

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA

Rainie Vieira Mendes

SOCIABILIDADE E IMPRENSA NO PERÍODO REGENCIAL:

a Sociedade Amante da Instrução

e a

Sociedade da Instrução Elementar do Rio de Janeiro

Nova Iguaçu

2014

RAINIE VIEIRA MENDES

SOCIABILIDADE E IMPRENSA NO PERÍODO REGENCIAL:

a Sociedade Amante da Instrução

e

a Sociedade da Instrução Elementar do Rio de Janeiro

Monografia apresentada ao Curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título De Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador: Professor Doutor Marcello Otávio Neri de Campos Basile

Nova Iguaçu

2014

Rainie Vieira Mendes

SOCIABILIDADE E IMPRENSA NO PERÍODO REGENCIAL:

a Sociedade Amante da Instrução

e

a Sociedade da Instrução Elementar do Rio de Janeiro

Orientador: Professor Doutor Marcelo Neri de Campos Basile

Monografia apresentada ao Curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título De Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BANCA EXAMINADORA

Nova Iguaçu

2014

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo abordar o movimento associativo na Regência, através da *Sociedade Amante da Instrução* e da *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*, bem como suas relações com o desenvolvimento da imprensa no período.

A visão perpetuada pela historiografia é que se trata de um período anárquico, já que os movimentos de revolta de maiores amplitudes, como a Cabanada, Revolução Farroupilha, Sabinada, Cabanagem, Balaiagem, são os que receberam maiores destaques nos estudos.

O período possui diversas fontes. Entre as mais ricas e complexas, estão os jornais, que foram importantes meios de veiculação de ideias, expressão e pressão política utilizados pelas sociedades, que eram inúmeras. Houve um verdadeiro surto de associações, não estritamente políticas, como também sociedades públicas: pedagógicas, como as pesquisadas nesse trabalho, artísticas, filantrópicas, de auxílio mútuo. No entanto, é importante destacar que uma associação, embora fosse de determinada categoria, podia desempenhar outras funções, além da explicitada em sua denominação.

O momento foi repleto de transformações políticas e sociais, com a participação de camadas, até então, excluídas do cenário público. As associações exerceram importantes funções no período regencial. A imprensa foi uma importante aliada para que estas pudessem fazer suas divulgações, comunicar reuniões, a adesão de novos sócios, expor suas propostas e reivindicações. Presenciou-se um verdadeiro surto associativo. Com a análise dos Estatutos e das notícias publicadas na imprensa em importantes jornais do período sobre as associações neste trabalho, os da *Sociedade Amante da Instrução* e da *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*. Com a pesquisa se pode constatar que as sociedades possuíam um sistema de organização e funcionamento com processos eleitorais, candidatos e duração de mandatos estabelecidos, além da presença de diferentes atores sociais.

Palavras – Chave: sociabilidade, Regência, Sociedade Amante da Instrução, Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Introdução

| | |
|--|----|
| 1. Tema e Problemática, historiografia e método..... | 02 |
|--|----|

Capítulo I

| | |
|--|----|
| Sociabilidade, Imprensa e Educação na Corte Imperial (1831-1840) | 30 |
|--|----|

Capítulo II

Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro

| | |
|------------------------------------|----|
| Organizações e Funcionamento | 41 |
|------------------------------------|----|

| | |
|-------------------------|----|
| Estatuto da Escola..... | 47 |
|-------------------------|----|

| | |
|-----------------------|----|
| Mapa Estatístico..... | 49 |
|-----------------------|----|

Publicação nos jornais analisados sobre a *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*:

| | |
|---|----|
| <i>Sociedade Amante da Instrução Elementar</i> no <i>Jornal Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario</i> | 55 |
|---|----|

| | |
|-----------------------------|----|
| <i>O Independente</i> | 56 |
|-----------------------------|----|

Capítulo III

Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro

| | |
|------------------------------------|----|
| Organizações e Funcionamento | 58 |
|------------------------------------|----|

Publicação nos jornais analisados sobre a *Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro*:

| | |
|---|----|
| <i>Sociedade Amante da Instrução</i> no <i>Jornal Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario</i> | 75 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| <i>Jornal da Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro</i> | 87 |
|--|----|

| | |
|-----------------------------------|----|
| Considerações Finais | 82 |
|-----------------------------------|----|

| | |
|-----------------------------------|----|
| Bibliografia e Fonte | 87 |
|-----------------------------------|----|

Introdução

1. Tema, Problemática, historiografia e método

O trabalho tem como tema as associações pedagógicas: *Sociedade Amante da Instrução* e *Sociedade da Instrução Elementar do Rio de Janeiro* e a importância exercida pela imprensa para o desenvolvimento do movimento associativo na Corte imperial no período regencial (1831-1840), e como estas eram organizadas através de estatutos.

O período regencial é singular na história, presenciou um verdadeiro surto de associações, o crescimento da imprensa e a publicidade como novidade no cenário, movimentos de protesto e revoltas, manifestações cívicas e a proliferação de uma participação pública na política, possibilitada pelo desenvolvimento dos espaços de sociabilidade. Apesar de toda a sua singularidade, trata-se de um dos períodos menos estudados da história, além de ser visto como anárquico, visão perpetuada pela historiografia, que enfatizou as grandes revoltas em suas abordagens, como a Cabanagem, no Pará, Farroupilha, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Sabinada, na Bahia, Balaiada, no Maranhão, e, Piauí e em menor destaque, O Levante dos Malês, na Bahia, e a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco e Alagoas. Outros levantes ocorreram no país, inclusive na Corte, porém não receberam destaque como os citados. Em 1831, foram cinco movimentos de protesto e revolta na Corte (As Noites das Garrafadas, entre os dias 11 e 16 de março; A Revolução de 7 de Abril, tendo como resultado a abdicação de dom Pedro I; a revolta do povo e tropa, de 12 a 20 de julho; o distúrbio ocorrido no Teatro São Pedro de Alcântara, nos dias 28 e 29 de setembro; o levante dos marinheiros na ilha das Cobras, em 6 e 7 de outubro). Em 1832, ocorreram quatro movimentos: as revoltas dos dias 3 e 17 de abril; as manifestações de protesto dos dias 12 e 25 de setembro. No ano de 1833, houve o distúrbio de 16 de dezembro.¹

O período presenciou inúmeras manifestações, com a participação de diversas camadas sociais, característicos da crescente politização das ruas. Foi o momento de efervescência política, fundamentada em matizes liberais, e de desenvolvimento de mecanismos de sociabilidade, em que se tornava cada vez mais difícil para dom Pedro manter

¹ Ver: BASILE, Marcello Otávio. Revoltas regenciais na Corte: o movimento de abril de 1832. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298, jan./dez. 2004; BASILE, Macello. *O Império em Construção: Projetos de Brasil e Ação Política na Corte Regencial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ. 2004; RIBEIRO, Gladys Sabino. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Damará/FAPERJ, 2002.

o controle do espaço público, que apresentava intensas agitações nas ruas. Pode-se dizer que o período apresentou uma nova cultura política.²

Serge Berstein, em “*A Cultura Política*”, atenta que o termo trata-se muitas vezes, de um campo antagônico. O autor destaca que, de maneira geral:

“é um fenômeno de múltiplos parâmetros que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”³.

Berstein destaca dois fatos fundamentais da cultura política:

“a importância do papel das representações da definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o caráter(sic) plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país”⁴.

Segundo o autor, o nascimento da cultura política ocorre através das respostas dadas a uma sociedade diante dos grandes problemas e crises de sua história. As respostas atravessam gerações. De acordo com ele, para que uma nova resposta baseada nos problemas da sociedade possa penetrar nos espíritos sob a forma de conjunto de representações de caráter normativo e surja como evidente a um grupo importante de cidadãos, se faz necessário um espaço de pelo menos duas gerações.

Berstein enfatiza que, além do tempo, a cristalização da cultura política, se faz também através de instituições como a família, escola, meio de trabalho, partidos políticos e a imprensa.

O período estudado foi importante para que houvesse o que o autor denomina de “cristalização política”; com a existência das associações que desempenhavam funções pedagógicas e não deixavam de apresentar também um cunho político; com a presença das facções políticas que buscavam para si a responsabilidade de construção da nação e a imprensa. O momento foi de crescimento e desenvolvimento dos mecanismos necessários para tal fenômeno. Importante destacar que para Berstein, a cultura política é difundida por gerações. Sendo assim, não é um fenômeno imóvel e está sempre em evolução. Enfatiza ainda, que nenhuma cultura política consegue sobreviver a prazo se estiver em grande contradição com a realidade.

Serge Berstein destaca que a cultura política é um fator de comunhão dos membros de um grupo, em que estes, acabam por ter uma visão comum de mundo através da leitura que

² BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 80.

³ BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: Rioux, Jean-Pierre, e SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 350

⁴ *Ibidem*.

fazem do passado, da perspectiva que apresentam do futuro e através das normas e valores que compartilham. Segundo ele, através da cultura política há a compreensão das motivações dos atos do homem em algum momento da história através de um sistema de valores, normas e crenças compartilhados por eles; da leitura que fazem do passado e das suas aspirações para o futuro; das representações que fazem da sociedade e da imagem da felicidade.

No que tange à sociabilidade, é indispensável que se apresente a proposta de Maurice Agulhon. Segundo o autor, é importante conhecer as sociabilidades pela densidade das constituições de associações, como estas apresentavam mudanças, estabelecendo uma delimitação de tempo e espaço. É preciso pesquisar o movimento de associações com quantidade de dados e compará-los, verificar suas transformações no tempo e no espaço.

Agulhon atenta-nos para a existência de meios formais e informais de sociabilidade. As práticas formais são as que de alguma forma se estabelecem de maneira institucional. Já as informais, não possuem forma institucional e ocorrem em espaços abertos, mantendo relações de familiaridade, relações interpessoais, de proximidade.

De acordo com o autor, a sociabilidade é referente à qualidade do ser sociável, relacionada ao comportamento coletivo em espaços formais ou informais. São nesses espaços que o homem vai estabelecer vínculos importantes para as relações humanas.⁵ As formas de sociabilidade estão inseridas na história das associações, já que elas são resultados do desenvolvimento das interações e em um dado momento precisaram de uma estrutura formal. Fato denominado pelo autor como de sociabilidade organizada.⁶

Marco Morel destaca a presença dos espaços formais e informais de sociabilidade. Havia a presença de associações que se constituíam como instituições, que era o caso das confrarias, das irmandades religiosas e leigas, as academias, as sociedades profissionais, corporativas, científicas, entre outros; e os meios formais de sociabilidade, que eram variados, se davam em meios públicos e privados, através das relações familiares e sociais, através de festas, reuniões, comemorações familiares, procissões. A sociabilidade informal se dava também através dos espaços públicos como ruas, praças, largos, manifestações populares, constituindo variadas redes de relações sociais.⁷

Mônica Martins faz uma importante análise sobre o movimento de sociabilidade e seus processos de transformações. A autora destaca dois elementos fundamentais para se entender

⁵ AGULHON, Maurice apud MULLER, Dalila. *Sociedade Harmonia Pelotense: um espaço de sociabilidade e de distinção da elite pelotense (1851-1860)*. São Paulo.

⁶ Ver: *O Movimento Associativo Regencial: Sociabilidade, Política e Cidadania na Corte Imperial*. Projeto PIBIC – CNPq. Orientador responsável: Professor doutor Marcello Otávio Neri de Campos Basile.

⁷MOREL, Marco. *As Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

as associações: a ajuda mútua e solidariedade, que possuíam importância na vida dos indivíduos e sociedades.

No Brasil, o mutualismo apresentou-se através das corporações de ofícios ou irmandades de ofícios (Bandeiras), sendo formas de organização entre artesãos que exerciam algum ofício. Houve nessas corporações uma grande influência de irmandades religiosas, sendo muito marcante a questão da religiosidade. Tais corporações possuíam muitas vezes, padroeiros de acordo com os seus ofícios. Essas irmandades também vão exercer funções de auxílio mútuo e assistência. As corporações foram fundamentais na relação entre os irmãos do ofício e também no relacionamento destes com a sociedade, desempenhando uma importante função nas relações sociais e de trabalho, servindo até mesmo como fonte de crédito.

Em 1824, com a Constituição outorgada pelo imperador, houve a extinção das corporações de ofício no Império. Em 1831, após a abdicação de d. Pedro I, uma nova forma de mutualismo foi autorizada. Ela se fazia através das associações e de sociedades de auxílio mútuo.⁸

Claudia Viscardi, embora aborde um período posterior ao proposto nesse trabalho, apresenta um importante panorama geral acerca da prática associativa. Viscardi afirma que houve na sociedade civil a predominância pela opção de auto-organização, possibilitada pelo fortalecimento de associações de ajuda mútua. A autora aborda que, embora algumas organizações fossem de direito privado, elas exerciam funções públicas. Sendo assim, o poder público sentia-se obrigado a lhes oferecer apoio, já que estas associações estavam desempenhando papéis que cabiam ao Estado. No entanto, esses recursos disponibilizados eram poucos. Essas sociedades muitas vezes recorriam à comunidade para garantir recursos.

O Estado também interviu na regulamentação das sociedades. Os estatutos eram avaliados pelo Conselho de Estado. O Conselho, segundo Viscardi, se auto atribuía o papel de proteger o povo contra as ilusões dos enganadores e contribuir para o aprimoramento dos estatutos.

No trabalho de Viscardi, a autora destaca possíveis motivações para o associativismo. O conhecimento das vertentes que abordam as causas é primordial para o entendimento das associações que envolvem filantropia e ajuda mútua. Uma das vertentes expressa a prática de ajuda mútua como resultado de incentivos por parte do Estado, visando a garantia do controle social. Foucault expressa que a prática de ajuda está no advento da filantropia e bem-estar

⁸ MARTINS, Monica de Souza N. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

social, originado do desejo de garantir o controle social. A segunda visão é baseada em fundamentos da Psicologia Social, a qual expressa que a personalidade altruísta é resultado de um aprendizado na infância, em que as relações pessoais irão priorizar a obtenção de status como formas de gratificação obtidas na vida. A terceira corrente defende que as práticas solidárias referem-se a relações individuais de troca. Sendo assim, a doação é feita visando expandir os ganhos pessoais, resultando em aprovação social e a gratidão de quem recebeu a doação. Já a quarta corrente é baseada na teoria da reciprocidade. Viscardi irá considerar essa abordagem a mais adequada para explicar as razões que conduzem os seres humanos a comportamentos mais solidários.

Importante trabalho que aborda o associativismo é o de Vitor Manoel Marques da Fonseca, *No Gozo dos Direitos Civis*. O autor inicia seu trabalho apresentando a definição de associativismo:

“Por associativismo entendemos a formação e funcionamento do que, em sociologia, é normalmente denominado associação voluntária, ou seja, um grupo formado por pessoas que se associam com base em um interesse comum e cuja participação não é obrigatória nem determinada por nascimento, e que existe independentemente do Estado”⁹.

O autor destaca importantes questionamentos que devem ser feitos por quem trabalha com associações, como os motivos que levam à criação das mesmas, quem são os participantes, o que faz com que as pessoas busquem fazer parte delas, como se dá a sua relação com as pessoas e com o Estado, quais as personalidades que a compõem¹⁰.

Marcello Basile, em *Movimento Associativo e Política Regencial: A Sociedade Federal Fluminense*, destaca que as sociedades avultaram no referido momento, caracterizando uma nova forma de se fazer política com uma maior presença do espírito público, caro à cultura política liberal.¹¹

Morel¹² afirma que os espaços públicos passaram por transformações, entre elas, o surgimento da opinião pública, tendo a função de instrumento de legitimação política. Os espaços públicos, em sua formação, vão apresentar a produção e circulação de ideias, interesses, novas propostas de mobilização e organização.

O trabalho de Augustin Wernet, *Sociedades Políticas (1831-1832)*, aborda as sociedades políticas, em especial a importância atribuída à Sociedade Defensora por parte dos

⁹ FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No Gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Niterói: Muiraquitã, 2008. p. 15

¹⁰ *Idem, Ibidem*.

¹¹ BASILE, Marcello. *Movimento associativo e política regencial: A Sociedade Federal Fluminense*. Rev. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas. Seropédica, RJ, EDUR, v. 29, n.1, jan-jun.m 2007. p.96.

¹² MOREL, Marco. *As Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

historiadores. O autor enfatiza, no entanto, que, embora esta Sociedade tivesse maior influência, não era a única associação política dos primeiros anos do período regencial. Pelo contrário, havia outras, em destaque estavam a Sociedade Federal e a Sociedade Conservadora da Constituição Jurada no Império do Brasil, e posteriormente a Sociedade Militar. Na obra de Wernet fica evidente que as camadas mais baixas da sociedade influenciaram no âmbito político, fortalecendo a visão de que o período presenciou o alargamento das participações no cenário político. Ele afirma:

A presença dos escravos e das camadas mais baixas da sociedade influenciou no procedimento político dos ‘donos do poder’ que tinham plena consciência do perigo da penetração de idéias ‘liberais’ nas demais camadas e do perigo de uma revolta de escravos que, muitas vezes, se tornou manifesta em épocas de fermentação política.¹³

O autor aborda a importância da participação de jornais em questões políticas da Sociedade. *A Nova Luz Brasileira* abordou questões como o federalismo e república federalista. *O Independente* também apresenta questões de cunho político, como a descrição do “povo” que havia participado do motim de 3 de abril de 1832, apresentações de artigos que buscavam definir o que se entendia por soberania popular.

Para Contier, no período trabalhado em sua obra, a imprensa tornou-se intolerante e a proliferação de sociedades secretas aumentaram a confusão existente no período. Segundo o autor, o Rio de Janeiro estava atravessando por um golpe de estado e passados o entusiasmo do acontecido, a colaboração e união entre os dois partidos Moderados e Exaltados deu lugar a discursos violentos e ofensivos por parte dos deputados.

A imprensa dos dois lados tornou-se intolerante os discursos dos deputados, violentos e ofensivos. Reuniões clandestinas e sociedades secretas aumentaram a confusão. Nas ruas, nas praças e nos quartéis da capital do Império começou a reinar a anarquia. Os cidadãos inflamados pelas calúnias da imprensa e instigados pelos políticos, ficaram desorientados. Ateava-se, deste modo, o facho da discórdia.¹⁴

Embora seja um dos momentos menos estudados da história, o período regencial possui diversas fontes. Entre elas, os jornais, que certamente são ricos em informações e também apresentam complexidades em suas análises. Os jornais são importantes fontes para o estudo das associações, possibilitando o mapeamento de tais agremiações.

As sociedades acabavam por constituírem-se como grupos de mobilização coletiva, representando classes, reivindicando demandas sociais e de arregimentação política. Exerciam

¹³WERNET, Augustin. *Sociedades Políticas (1831 – 1832)*. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, julho de 1978. p.20.

¹⁴CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842):matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes/Campinas: UNICAMP, 1979.p. 73

pressão sobre o governo e as autoridades públicas. Essas entidades associativas desempenhavam, além de suas atividades específicas, um verdadeiro mecanismo de ação política. O espaço público presenciara a proliferação de participações até então inéditas no cenário, com a politização das ruas e uma construção de cidadania.

Ao abordar a formação da cidadania no período, José Murilo de Carvalho, em *Cidadania: Tipos e Percursos*, destaca as diferenças que parecem úteis para a análise do caso brasileiro. O autor aborda as ideias sugeridas por Bryan Turner (1990), em que este define a cidadania a partir de dois eixos analíticos. Turner destaca o movimento de cidadania como construído de baixo para cima ou de cima para baixo, esclarecendo que os exemplos de cidadania construídos de baixo para cima são as experiências históricas marcadas pela luta por direitos civis e políticos conquistados ao Estado absolutista. Já o exemplo de cidadania constituída de cima para baixo são os casos em que o Estado manteve a iniciativa de mudança e estas foram sendo incorporadas aos poucos aos cidadãos, conforme se ampliava o leque dos direitos civis.

Já o outro eixo analítico proposto por Turner encontra-se no público-privado, permitindo com que a cidadania seja adquirida no espaço público, com a conquista do Estado, ou através do espaço privado, com a afirmação dos direitos individuais, fortalecidos através de organizações voluntárias, que ocasionam dificuldades na ação do Estado.

José Murilo, ao sistematizar os dois eixos que ocasionam os quatro tipos de cidadania, conclui que a conquista da cidadania de baixo para cima dentro do espaço público é representada pela trajetória francesa; no caso da cidadania obtida de baixo para cima dentro do espaço privado, seria o caso americano; o terceiro tipo seria a conquista da cidadania mediante a universalização dos direitos individuais, através do espaço público, no entanto, através da concepção do cidadão como súdito. O autor exemplifica com o caso inglês após o acordo de 1688, com a restauração da monarquia. No caso da cidadania construída dentro do espaço privado, de cima para baixo, segundo o autor, o exemplo é encontrado na Alemanha e seria quase sinônimo de ser leal ao Estado.

Outra abordagem sobre o desenvolvimento da cidadania encontradas no trabalho de José Murilo de Carvalho é a estabelecida por Gabriel Almond e Sidney Verba. Os autores diferenciam três tipos de cultura política, sendo elas: a paroquial ou localista, a súdita e a participativa. Já o quarto tipo de cultura cívica seria proveniente da combinação das três anteriores. A paroquial é definida como sendo a alienação em relação ao sistema político. As pessoas estariam reduzidas ao seu mundo familiar ou de tribo. Já a cultura súdita trata da existência de um sistema político diferenciado, em que há o relacionamento de pessoas; no

entanto, este se limita aos produtos de decisão político-administrativas, ou seja, o indivíduo não participa ativamente desse processo de escolhas. Já na cultura política participativa, há a percepção por parte do indivíduo do processo decisório e este se visualiza como membro ativo do sistema. É importante ressaltar que pode haver a combinação desses três tipos, de acordo com as variações dos setores da população e da maneira com que se relacionam com o sistema político.

José Murilo enfatiza que, no caso brasileiro, o Estado atrai os cidadãos de maneira seletiva e, por outro lado, há os cidadãos que procuram o Estado para que seus interesses particulares possam ser atendidos. No caso brasileiro, há uma grande dependência da sociedade ao Estado, ao mesmo tempo em que há atitudes anarquizantes e opositoristas diante das leis e do poder. Segundo o autor, a nossa realidade, baseada na tradição “oitocentista”, encontra-se próxima da construção de cidadania de cima para baixo, com a predominância da cultura política súdita, e também a paroquial.¹⁵

No entanto, há de se relativizar essa visão para o período e o tema estudado, já que as formas de sociabilidades foram variadas e tiveram a participação de diferentes grupos da sociedade, até então excluídos do cenário público. Estes novos atores exerceram influência em campos políticos e sociais. Havia heterogeneidade de sujeitos, meios e práticas, que agitaram o período com suas demandas e reivindicações.

Segundo José Murilo, a necessidade de insistir no tema revela a importância e o esforço no processo de construção do Estado nacional após a Independência e também devido à tradição estatista herdada por nós.¹⁶ No entanto, é importante enfatizar que a conquista dos direitos de cidadania, no caso brasileiro, não foi feita de maneira imediata, logo após o processo de Independência do país; havia, ainda, a forte herança colonial do analfabetismo, do latifúndio, da escravidão, do mandonismo local, da falta de integração entre as capitânias. Foi um processo construído através de transformações. Ao abordarmos o período regencial, faz-se fundamental destacarmos a importância dos grupos políticos da época, embora não seja o tema principal desse trabalho. Tais grupos, embora concorrentes, influenciaram no processo de transformação do período e estavam todos comprometidos com a construção de uma nação, cada grupo buscando garantir as suas formas de organização.

Em sua tese de Doutorado, Marcello Basile faz um importante trabalho sobre esses grupos políticos concorrentes na época: os Moderados, Exaltados e Caramurus. De forma

¹⁵CARVALHO, Jose Murilo de. Cidadania: Tipos e Percursos. In: *Estudos Históricos*, v. 9 – nº 18 – *Justica e Cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹⁶IDEM, *Ibidem*.

breve, faz-se necessário apresentarmos as características dessas facções liberais no campo político.

Os Moderados, que estavam situados no centro do campo político, buscavam seguir os clássicos liberais, como Locke, Guizot, Montesquieu e Benjamin Constant como referenciais teóricos. A facção ansiava pelo equilíbrio entre o absolutismo e a democracia. Propunham realizações de reformas político-institucionais que viessem a reduzir os poderes do imperador, conferindo maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário. Os moderados tinham por objetivo o estabelecimento de uma liberdade que não colocasse em risco as instituições monárquicas e a ordem social. Buscavam assegurar as conquistas liberais na Constituição de 1824. Rejeitavam preceitos igualitários, no que tange ao social e em termos políticos e de sufrágio. Segundo as ideias moderadas, os indivíduos seriam iguais perante as leis e diante das oportunidades. Segundo eles, havia uma desigualdade natural, portanto, qualquer ação que viesse minar essas desigualdades era considerada uma medida arbitrária, uma violação das desigualdades naturais que, para eles, eram legítimas entre os homens. Os Moderados defendiam a plena integração dos portugueses naturalizados brasileiros à nação. Estes eram caracterizados como *adotivos*.

Os Moderados também tinham como estratégia de mobilização da população celebrar as datas marcantes da história do Brasil independente. Eles eram encarregados de promovê-las oficialmente. Um dos grandes jornais em que os Moderados faziam circular suas ideias era o *Aurora Fluminense*, cujo redator foi Evaristo da Veiga, que também foi sócio das associações estudadas nesse trabalho: *Sociedade Amante da Instrução* e *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*. Também houve a presença de outro jornal moderado na Corte, *O Independente*, que teve como redatores Joaquim José Rodrigues Torres e Francisco de Salles Torres Homem.

Já os Exaltados estavam situados à esquerda do campo político, inspirados principalmente em Rousseau. Eram pertencentes a um liberalismo radical, possuidor de feições jacobinistas. Os exaltados defendiam profundas transformações sociais e políticas, com o intuito de instaurarem uma república federativa, capaz de garantir a cidadania e os direitos políticos a toda parcela livre da população. Eram favoráveis ao fim da escravidão, no entanto, esta deveria ocorrer de maneira gradual. É possível encontrar nas ideias dos Exaltados até mesmo uma proposta de reforma agrária. O grande jornal exaltado foi o *Nova Luz Brasileira*, redigido por Ezequiel Corrêa dos Santos, e foi o mais extenso e radical periódico dos exaltados na Corte. O periódico foi o maior opositor do jornal moderado *Aurora Fluminense*.

Os exaltados não viam problemas em assumir diante de um radicalismo político,

defendiam e adotavam posições extremadas. Caracterizavam a premissa moderada como omissa e passiva. Segundo eles, a soberania não estava no monarca, nem no Parlamento. Ela estava no povo, definido como o total dos membros adultos da sociedade civil. Essa soberania tinha relação com a ideia revolucionária pregada pelos exaltados. O grupo fazia críticas ao governo absoluto, afirmando que, neste caso, somente prevalecia a vontade arbitrária do governante.

Já os Caramurus estavam situados à direita, caracterizados pela vertente conservadora do Liberalismo, influenciados por Burke. Criticavam fervorosamente a Abdicação e eram contrários a qualquer tipo de alteração da Constituição de 1824. Para eles, esta já apresentava um caráter liberal suficiente. Os Caramurus eram defensores da monarquia constitucional extremamente centralizada, eram fortemente contrários à extinção do poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado. Afirmavam que o Senado tinha a função de servir como ponto de equilíbrio em relação aos princípios populares. Os Caramurus consideravam o 7 de Abril uma revolta, já que, para eles, tratava-se de um ato nulo e ilegal contra o legítimo governante da nação, já que esta figura, o imperador, era caracterizada pela Constituição como sagrada e inviolável.

Para os Caramurus, a República representava a anarquia. Combatiam o federalismo, eram contrários a qualquer tipo de descentralização.¹⁷

Gladys Ribeiro aborda a ideia do “ser brasileiro” e “ser português”, que acabara por constituir-se como uma construção histórica de oposição de um ao outro. A autora enfatiza que a busca por um espaço para a vivência da liberdade ganhou destaque, sendo gerador de conflitos, de atos de xenofobia, tendo o espaço do trabalho como ocasionador principal.

As rivalidades entre os chamados “brasileiros” e os “portugueses” tinham ligação com o fato de o português nato disputar nomeações e empregos, e, na maioria das vezes, garantia melhores colocações. Estes embates transformavam-se em lutas por um espaço político e por liberdade. Passou-se a ser um importante mecanismo de divisão, de delimitação de diferenças, atribuir qualidades ao “ser brasileiro” e ao “ser português”. Importante ressaltar que o período apresentava questões profundas de xenofobias, que iam além da simples definição de rivalidade entre “colonizador” e “colonizado”.

O português nato estava presente no mercado de trabalho, disputando vagas, o que ocasionava rivalidades com os “brasileiros”, desencadeando brigas por sobrevivência, que

¹⁷ BASILE, Macello Otávio. *O Império em Construção: Projetos de Brasil e Ação Política na Corte Regencial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ. 2004.

vinham sob a forma de lutas por espaços políticos, revestidas muitas vezes por rixas e preconceitos raciais.

A autora afirma que a causa da liberdade, em fins do ano 1821 e ao longo de 1822, foi transformada em “causa nacional”. O embate “ser brasileiro” ou “ser português” começava a apresentar conotações políticas. Em 1831 até 1834, essa questão ressurgiu com força. O antilusitanismo toma a forma de participação política e de luta pela liberdade.

Tentou-se criar uma “consciência” nacional, através da ideia do combate ao inimigo eleito, que era geralmente português nato, com a premissa de tratar-se da defesa dos direitos “nacionais”.

O período apresentava uma disputa de interesses de grupos e facções políticas conforme abordado anteriormente. As classes dominantes atravessavam por um período de dilemas políticos, que iam definindo os caminhos que o país seguiria. No entanto, é importante enfatizar que, na atitude dos presentes na “Noite das Garrafadas”, havia também personagens com ideias, que reivindicavam alguma forma de governo e contribuía para o processo com a sua participação.

Importante destaque da autora é o do erro cometido pela historiografia de não prestar a atenção ao antilusitanismo como um elemento primordial para que se entenda o jogo político, e não reduzir o fato a uma mera tensão entre “colonizados” e “colonizadores”. Parte da historiografia apresenta a questão da nacionalidade de forma simplificada, como reduzindo o “ser brasileiro” como oposto a “ser português”. Há o erro da não problematização da existência do “partido português” e do “partido brasileiro”, nem o que eram liberais conservadores e liberais democratas, os absolutistas e os constitucionalistas e as ligações destes com os partidos envolvidos no cenário da época.¹⁸

Tais visões simplistas remetem a problemas de interpretação, como se a identidade nacional já estivesse pronta e o antilusitanismo fosse puramente um problema de rivalidades nacionais. É preciso também dar importância à participação popular nesses acontecimentos e transformações. Gladys enfatiza que não se deve comprar o discurso de que a construção da identidade se deu unicamente por conflitos de nacionalidade e negar-se a participação popular nos fatos. Faz-se necessário entender o antilusitanismo como um fenômeno de raízes mais profundas, com relação ao mercado de trabalho, questões de etnia, raciais e de liberdade. O grande erro está em tentar entender a história política, as manifestações, os conflitos,

¹⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: RelumeDamará/ FAPERJ, 2002.

reduzindo-os a “Partido Brasileiro” e “Partido Português”, já que tiveram participantes da independência, que eram contrários ao governo, que eram “portugueses” de nascimento. Muitos oficiais rebelados também eram considerados “portugueses”, mas que haviam auxiliado no período da Abdicação, em que o imperador foi deposto.

As tensões e rixas estavam além de serem tensões de nacionalidades. Elas estavam imbuídas de valores políticos, com marcas raciais e classistas.¹⁹

A ideia de liberdade, com a Abdicação, ficou muito forte, estava presente por toda a parte dos espaços públicos. O memorialista Francisco Rezende enfatizou que o Brasil vivia mais em praças públicas do que em seu lar doméstico. O país apresentava uma atmosfera política, e em casa, desde cedo aprendiam-se as palavras: pátria e liberdade. Era um momento de efervescência política. O memorialista recorda-se que qualquer ato político era motivo de participação de homens e mulheres e quando a rua começava a escurecer, toda a vila iluminava-se. As pessoas não deixavam de ir assistir aos atos políticos ou públicos.²⁰ Importante ressaltar que o autor registra que em Minas Gerais a intensa alegria pública nos rituais cívicos da Regência, após a revolta mineira de 1842, já não eram mais como as grandiosas festas que se faziam em outros tempos. Tal depoimento enfatiza ainda mais o quanto o período regencial foi um momento marcante na história com uma forte efervescência política, característica do período.²¹

O período foi rico em projetos que visavam construir a ideia de “nação”, e nessa construção, surgiram variadas iniciativas na área da educação, com o intuito de “civilizar” a população. No entanto, é importante destacar que os meios de práticas educativas não ficaram restritos aos meios formais.

Ilmar de Mattos, em *O Tempo Saquarema*, enfatiza que os anos iniciais da Regência foram de intensas vivências por parte dos habitantes do Império. O autor afirma que o interesse principal entre os liberais àquela época era o de poder estar à frente da condução da política, fazendo com que assegurassem a predominância de cada grupo na província. No entanto, a proposta não era o bastante para o estabelecimento de uma unificação da nação em termos de política geral do Império. Os liberais divergiam em fundamentos e formas de ação, além da divergência de interesses, predominando os imediatos e particulares.²² Tal visão vai de encontro com a de José Murilo de Carvalho, já que Ilma contesta a ideia de homogeneização

¹⁹ IDEM, *Ibidem*.

²⁰ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1998. p. 67

²¹ IDEM, *Ibidem* p. 214.

²² MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

ideológica. Para Ilmar, essa unificação não existia, pois os grupos privilegiavam seus interesses particulares. O autor destaca que a classe senhorial teve um papel decisivo na composição do Estado imperial. Para o autor, este papel não foi apenas desempenhado por burocratas e magistrados.

não deixamos de “deslocar” ou “ampliar” o conceito de dirigentes (propriamente falando, de dirigentes saquaremas), os quais não mais se restringem aos “empregados públicos” encarregados da administração do Estado nos seus diferentes níveis. Por dirigentes saquaremas estamos entendendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial (...) quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelo (sic) parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes “não públicos” (...) ²³

O autor aborda o uso de dois termos: Casa e Estado. Entende-se por Casa, “o localismo, a ordem privada e a descentralização político-administrativa. Já o Estado seria o “poder central, a ordem pública e a centralização político administrativa”.²⁴ Na visão do autor, havia a atuação de liberais e conservadores, já que ambos precisavam legitimar o seu poder. Os liberais precisavam estar no Estado e os Conservadores também precisavam atuar na Casa.

Ilmar Mattos enfatiza, em sua obra, que, com a Lei de 20 de outubro de 1823, foi abolido do Estado o privilégio em fornecer a instrução, estabelecendo então, o princípio do ensino sem restrições. No entanto, a Constituição de 1824, garantia que a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos. Há portanto, um dilema. Quais seriam os meios que garantiriam essa instrução? A Lei de 15 de outubro de 1827 determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas e a aprovação do método Lancaster.²⁵ As associações pedagógicas desempenharam um papel primordial na garantia dessa instrução.

José Murilo de Carvalho, em *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*, trabalha a educação superior como um poderoso elemento de unificação da elite. Enfatiza que, até 1850, a grande maioria dos membros da elite foi educada em Coimbra. Fazia parte da política do governo português não permitir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias. Tal fato é contrastante com a situação das colônias espanholas, que, desde o início, puderam criar universidades. Segundo o autor, o que caracteriza a homogeneidade da elite brasileira foi a distribuição elitista da educação e também, até determinando momento, pelo local comum de formação. Houve, após a Independência, a

²³ IDEM, *Ibidem* p.15-16

²⁴ IDEM, *Ibidem* p. 146

²⁵ IDEM, *Ibidem*.

formação de duas gerações diferentes de políticos. Uma geração formada em Coimbra (Portugal) e outra formada no Brasil (São Paulo e Olinda/Recife). Outro fator que servia como reforço para o caráter homogeneizador dessa elite era a predominância da formação jurídica. No Brasil, a educação era a característica que diferenciava a elite política. José Murilo destaca que a ocupação, em especial se esta se apresenta em forma de profissão, é também um importante elemento unificador, com transmissão de valores, de interesses próprios da profissão. No caso da elite brasileira, que apresentava poucos casos de ocupação, tal fato servia também como elemento de homogeneização ideológica, de habilidades e interesses.²⁶

Morel também aborda a questão intelectual. Além das origens familiares e a carreira pública, havia a questão da formação. Direito era a que dominava na vida pública. Havia a aproximação da formação com a política. Outra formação que também ganhou destaque foi a de Medicina, que teve importante participação na construção do espaço público moderno.²⁷

Outro fator que também caracteriza a estabilidade do sistema político imperial era a possibilidade da construção de longas carreiras políticas, permitindo com que a elite, de maneira geral, fosse capaz de ganhar grande experiência no império. No caso brasileiro, a elite circulava por cargos nos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.²⁸ No entanto, embora a elite tivesse mecanismos que pudessem ser homogeneizantes, como acesso a uma educação diferenciada, ocupações características da elite e estivessem presentes nas instituições estatais, não podemos deixar de enfatizar que as mesmas possuíam diferentes facções e projetos de “civilização”, com interesses e propostas divergentes.

Miriam Waidenfiel Chaves e Sonia de Castro Lopes destacam que, no processo de construção da nação brasileira, o Rio de Janeiro era visto como o formador da “alma nacional”. Enfatizam a importância de trabalhar a diversidade de espaços de sociabilidade e propostas.²⁹

Em *Tradição escolar alemã: os imigrantes e os primórdios do sistema educacional na Petrópolis Colônia (1843-1860)*, Maria das Graças Rodrigues compartilha a ideia de Gouveia, de que o século XIX foi negligenciado como objeto de pesquisa na história da educação, o que ocasionou a ideia de falta de registros dos discursos educacionais e políticas de

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1891.

²⁷ MOREL, Marco. Ob. cit.

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. ob. cit.

²⁹ GOUVEIA (2001) apud RODRIGUES, Maria das Graças Duvanel. *Tradição escolar alemã: os imigrantes e os primórdios do sistema educacional na Petrópolis-colônia(1843-1860)* in VASCONSELOS, Maria Celi Chaves; Faria, Lia Ciomar Macedo de. (org.) *História de Pesquisa na Educação: Pesquisas na História da Educação* – Rio de Janeiro: Quare – 2010.

investimento do Estado. No entanto, tal visão vem sofrendo positivas modificações devido a investigação de fontes documentais que demonstram que o período passou por intensos debates educacionais.³⁰

Nessa obra, fica mais uma vez evidenciado a pouca atenção dada ao período por parte da historiografia, que privilegia determinados assuntos que acabam por estabelecer visões, tidas como únicas sobre o período, sendo os movimentos de protestos e revoltas os temas que recebem maior enfoque e acabam por negligenciar outros importantes temas e fontes.

Entre as variadas fontes, temos os impressos e, como todas as outras, sua análise também requer alguns cuidados.

Heloisa Vilella enfatiza a importância de se ter o cuidado de não legitimar os escritos impressos como verdade absoluta, já que, embora possam constituir-se em uma fonte de confiança, estes carregam linhas políticas e ideológicas que acabam por interferir nos textos.³¹

Essa questão será melhor evidenciada mais adiante com os trabalhos de Pocock e Skinner, Perelman, Olbrechts-Tyteca, Reboul e Burke no que tange à metodologia do trabalho.

Ana Lúcia Cunha Fernandes também destaca a importância de não legitimar os discursos presentes nos periódicos como se neles se encontrasse a história verdadeira.³² Observação que é válida para qualquer tipo de fonte.

A autora cita Caspard, destacando que o autor menciona o potencial das revistas pedagógicas para os que as buscam como meio de investigação, já que estas permitem que a história da educação possa ser escrita de maneira mais rica, pois há a possibilidade de análise da riqueza das iniciativas locais, institucionais, ideológicas e socioprofissionais.³³ A autora enfatiza que a imprensa pode revelar uma diversidade extraordinária na caracterização do campo educativo.

Ana Lúcia evidencia a visão de Nóvoa, que afirma que a imprensa tem por característica apresentar informações próximas do fato ou acontecido recente. Sendo assim, as publicações em jornais, possuem um caráter mais imediato, estando inserido em uma rede de

³⁰ RODRIGUES, Maria das Graças Durvanel. *Tradição escolar alemã: os imigrantes e os primórdios do sistema educacional na Petrópolis-colônia (1843-1860)* in VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. p.51

FÁRIA, Lia Ciomar Macedo de. (orgs.) *Histórias de pesquisa na educação: Pesquisas na história da educação* (ogs.) – Rio de Janeiro: Quartet – 2010. P.51

³¹ VILLELA, Heloísa. *Imprensa Pedagógica e Constituição da Profissão Docente no Século XIX*. in GONDRA, José (org.) *Dos Arquivos à Escrita da História: A Educação Brasileira entre o Império e a República* – Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

³² FERNANDES, Ana Lúcia Cunha Fernandes. *O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação*. in MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânica Nacif (org). *Impressos e História da Educação: Usos e Destinos* – Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

³³ CASPARD, 1981 apud FERNANDES (2008)

acontecimentos, ideias, fatos, situações políticas e diversas circunstâncias.³⁴

Importante obra que reúne trabalhos que fazem uso de impressos periódicos, entre eles revistas pedagógicas, temas envolvendo a educação como fonte, é a *História da educação pela imprensa*, organizada por Anaete Schebauer e José Araújo. Em sua organização, o livro reúne trabalhos que faziam uso de jornais de diferentes localidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.³⁵

Os autores destacam em seu trabalho a importância da imprensa como fonte para a história da educação:

Jornais e revistas e, particularmente, as revistas pedagógicas – por vezes, também denominadas por imprensa pedagógica – têm sido enfocadas diversamente, seja do ponto de vista teórico-metodológico, seja do ponto de vista da periodização³⁶

A imprensa é vista como uma importante fonte que possibilita novas visões, que permite com que haja um entendimento sobre o tempo.

Pesquisar sobre o período, a sociabilidade, neste trabalho especificamente sociedades pedagógicas, embora suas atividades não ficassem restritas a questões de ensino é importante para que se entenda como se dava a atuação de diferentes personagens e como as associações desempenharam importante papel político e social na corte.

Marcia Hilsdorf também trabalha a utilização da imprensa periódica do século XIX como fonte para o estudo de empreendimentos educacionais do Império. Segundo a autora, tal acontecimento tem contribuído para reverter a ideia perpetuada pela historiografia de que o período representou um “grande vazio” em termos de iniciativas educacionais.³⁷

Em Ezequiel Corrêa dos Santos: Um Jacobino na Corte Imperial, Basile ressalta que a imprensa, embora introduzida em 1808, exercia então uma ação limitada, apresentando números muito reduzidos de publicações, com caráter predominantemente oficial. O autor destaca que a partir de 1821, com o crescimento da fermentação política, ansiando pelo fim da censura, com a criação de tipografias particulares, a imprensa pôde presenciar um significativo crescimento na publicação de periódicos, sendo publicados naquele ano no Rio de Janeiro cerca de 23. No ano seguinte, o número de periódicos, principalmente político doutrinário, chegava a 40. Os jornais e os panfletos foram importantes divulgadores da cultura

³⁴ NÓVOA, 1993 apud FERNANDES(2008).

³⁵ SCHELBAUER, Anaete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza (org.). *História da educação: usos e destinos*.

³⁶ IDEM. *Ibidem*. p.5

³⁷ DIAS, Marcia Hilsdorf. *A Escola Normal Paulista na Ótica dos Conservadores: O Jornal Católica A Ordem*. in GONDRA, José (org.) *Dos Arquivos à Escrita da História: A educação brasileira entre o império e a república* – Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

política de cunho liberal.³⁸

Outro dado importante trabalhado pelo autor são os números de periódicos publicados. Em 1823, 30 foram publicados no Rio de Janeiro. O número caiu dois anos depois para 13. No entanto, em 1826, o número de jornais aumenta consideravelmente, passando para 31 periódicos publicados na corte. No ano seguinte o número cai para 26, mas retoma seu crescimento: 48 em 1828, 49 em 1829 e 52 em 1830.³⁹

Em *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*, José Murilo de Carvalho destaca as características da retórica, úteis ao trabalhar textos do século XIX, entre elas, a relação estreita entre os argumentos e a pessoa do orador, que podem ter seus discursos valorados de acordo com a sua autoridade, estabelecida através de seu prestígio, competência, honestidade. José Murilo afirma, ainda, que os oradores podiam recorrer à autoridade de outros para dar legitimidade ao seu discurso. Segundo o autor, através da retórica, novos argumentos podiam ser inseridos. Portanto, fazia-se necessário o uso de repetições, redundâncias e figuras de linguagens com o intuito de convencer quem ouvia ou lia a mensagem. José Murilo destaca ainda a importância dada ao conhecimento do público ouvinte ou leitor para que os argumentos, os posicionamentos, estilos fossem de acordo com o público alvo. O autor aborda ainda, o uso do argumento *ad personam*, ou seja, o ataque pessoal aos adversários. Algumas vezes, o ataque passava de verbal também para físico. O argumento tinha como intuito desqualificar os adversários. Havia ainda o *argumentum ad hominem*, que ocorria nos debates políticos, que não atacava os adversários, mas os argumentos utilizados por eles.⁴⁰

Arnaldo Contier, embora sua pesquisa seja sobre São Paulo, destaca também a presença do estilo retórico nos jornais:

“O emprego do estilo retórico pelos redatores do periódico define-se por uma linguagem impregnada de lexias associadas ao nível jurídico-político e moral do Estado implantado no Brasil após o 7 de setembro. A análise dos discursos indicou-nos uma série de questões ligadas à fala, pois os políticos profissionais, ligados à elite senhorial brasileira, estavam preocupados em *demonstrar*, em *convencer*, e em *envolver emotivamente* os receptores de suas mensagens”⁴¹.

³⁸ BASILE, Marcello Otávio. Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.16.

³⁹ IDEM, *Ibidem*. p. 22.

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152.

⁴¹ CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842): matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes/Campinas: UNICAMP, 1979.p.41.

O autor enfatiza ainda, que a linguagem empregada pelos escritores e autores era, muitas vezes, a transposição da fala para a escrita. Ou seja, tal fato facilitava a cultura oral, bastante marcante no período. Contier afirma que o objetivo principal da análise dos jornais, especialmente os dos fins do Primeiro Reinado e inícios do período regencial, é o estudo do vocabulário político e social dos agentes sociais, objetivando compreender os comportamentos da elite intelectual e política, diagnosticando as matizes da ideologia dominante. Ele enfatiza que a propagação das ideias filosóficas, sociais e políticas dos autores europeus encontraram seus reflexos nas mensagens dos redatores de jornais.

Em *Dos Arquivos à Escrita da História: A Educação Brasileira entre o Império e a República*, com a organização de José Gondra, há a reunião de importantes trabalhos sobre o processo da educação no período estudado, bem como a produção de sua historiografia.

Heloísa Helena Pimenta Rocha assinala a presença marcante de uma orientação religiosa na historiografia da educação produzida no Brasil para os cursos de formação docente. Destaca a existência de uma permanente ideia de “valores de uma civilização cristã.”⁴²

A autora aborda que segundo Afrânio Peixoto, os jesuítas, durante 210 anos, de 1549 a 1759, quando foram expulsos, foram os educadores do Brasil e a expulsão da Companhia de Jesus configurou a “primeira e desastrosa” reforma de ensino.⁴³

Os estudos e análises das fontes demonstram que o período foi rico em sociabilidade e processos educativos.

Gondra e Schueler também vão trabalhar a ideia presente muitas vezes na historiografia, que confere aos jesuítas a representação simbólica de terem sido os nossos primeiros mestres. Destacam que essa visão ainda se faz muito presente em nosso imaginário. Defendem que é preciso romper com a perspectiva da historiografia que priorizava desde a colonização, a igreja e o Estado como agências centrais, quase exclusivas nos processos educacionais.⁴⁴

⁴² ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Recordação para Professoras: A história da educação brasileira narrada por Afrânio Peixoto* in GONDRA, José (org.) *Dos Arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o império e a república* – Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p. 26

⁴³ PEIXOTO, 1933 apud ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Recordação para professoras: A História narrada da educação brasileira narrada por Afrânio Peixoto*. in GONDRA, José (org.) *Dos Arquivos à Escrita da História: A educação brasileira entre o império e a república* – Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p. 30.

⁴⁴ GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008 – Bibliografia básica da história da educação brasileira.

O desenvolvimento da educação esteve ligado ao processo de construção de identidade de uma nação. Tal projeto esteve alinhado ao das classes dirigentes, que defendiam que, através da educação, seria possível tentar combater os “perigos” das camadas mais baixas.

Os autores abordam também o projeto político presente no período que denominam como “A invenção do Brasil”, em que o Estado incentivava às instituições educacionais, culturais e científicas, as artes e a elaboração de produtores do conhecimento científico, com o objetivo de difundir a língua da pátria, a constituição do território e da população, de uma literatura nacional.

Ao longo do Império, a ideia de construir uma identidade nacional ocasionou a criação de projetos que visavam a elaboração dessa construção. Entre as medidas tomadas está a criação do Colégio Imperial Pedro II, em 2 de dezembro de 1837. Como destacam os autores, era a ideia de produzir um “lugar de memória” nacional. A instituição tinha o nome do imperador e a data de sua fundação era a mesma de seu nascimento. A instituição possibilitou a exaltação do Império e a figura do rei, através da reunião de simbologias e representações que seriam enaltecidas através de ocasiões solenes e visitas ao colégio.

Médicos e militares também apresentavam suas visões sobre o processo de educação.

Em *Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*, José Gonçalves Gondra analisa o projeto defendido por médicos higienistas no processo da construção educacional, que visava construir um padrão para as escolas. O autor usa como fonte as teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1854 e 1888. Embora sejam de um período posterior proposto ao da pesquisa, a obra é importante para que se entenda os projetos de educação defendidos na Corte. Segundo esses médicos, a resposta para a cura dos males em que a sociedade se encontrava, como a falta de civilidade e ordem, a falta de higiene e as práticas de curandeirismo, só seriam combatidas através da construção de uma escola que estivesse articulada com dimensões físicas, morais e intelectuais, tendo a higiene como base, em detrimento daquelas que garantiam um caráter de exclusividade para algum desses quesitos. Gondra destaca que esses médicos visavam estabelecer regras para o funcionamento das escolas com medidas que ocasionassem a existência de um corpo doutrinário, com características físicas, intelectuais e morais sadias. A figura do médico aparecia como responsável pela ciência e pela moral, capaz de transformar a sociedade em moralizada. O projeto dos médicos esteve alinhado com a ideia de educar e civilizar, com o objetivo de higienizar as escolas, os alunos, a cidade. Era preciso “curar”, “civilizar” a sociedade que estava “doente” e precisava de regeneração, e esta só seria possível com o combate ao charlatanismo, à incivilidade e à desordem.

O caminho defendido por esses médicos para que houvesse a “cura” da sociedade era através da organização da educação escolar. Gondra utiliza como fonte o uso de teses de médicos higienistas e encontra em alguma delas referências a higienistas franceses, como Michel Levi e Becquerel, em que havia a defesa de métodos capazes de realizarem a modificação da estrutura escolar. Havia o denominado Circumfusa, que visava estabelecer locais ideais para o estabelecimento de escolas. Vale ressaltar que, para eles, os prédios e edificações deveriam ser afastados do mundo urbano, para que as pessoas fossem preservadas das doenças e dos perigos enfrentados pelos problemas de moralidade que a cidade era capaz de exercer; o Applicata, com o intuito de resolver os problemas referentes a vestuário, higiene pessoal, como questões físicas e morais; o Ingesta, que tinha por objetivo questões referentes a alimentação nos colégios; o Gesta, com a preocupação do robustecimento e exercício do corpo; o Excreta, que tratava das questões referentes a eliminação de resíduos corporais; e Percepta, que buscava os moldes de higiene através dos sentidos: audição, olfato, paladar, tato e visão.

Gondra destaca:

Traçando um diagnóstico negativo do quadro em que se encontrava a educação na Corte, os médicos prescreviam a necessidade de mudanças e ameaçavam, no caso de não – obediência às recomendações, com o surgimento de sérios e múltiplos inconvenientes. Neste sentido, procuravam reforçar os termos dos seus enunciados para que fossem efetivamente levados em consideração, abordando os aspectos que deveriam ser submetidos a reforma.⁴⁵

O projeto defendido pelos médicos higienistas englobava também o comportamento necessário para o ingresso e o exercício do magistério:

Assim, não bastaria apenas uma formação intelectual sólida para o ingresso na carreira e para o exercício do magistério. Ao lado desta, uma outra exigência era colocada para os aspirantes ao magistério, a de uma boa formação de caráter. A dupla competência intelectual e moral constituíam-se pois, conforme a representação médica, em requisitos necessários para o bom exercício do magistério e, por conseguinte, para que se procedesse a uma boa formação moral e intelectual dos alunos.⁴⁶

Já no trabalho de Claudia Maria Costa Alves, *A Visão Militar da Educação no Império*, a autora enfatiza a ideia principal circulante entre a intelectualidade militar, que era a de que um povo educado era aquele que tivesse um patriotismo capaz de levá-lo a reconhecer o serviço militar como tributo à nação. Segundo os militares, a falta de patriotismo dos ricos

⁴⁵ GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. Programa de pós graduação. São Paulo, 200. p. 304

⁴⁶ IDEM, *Ibidem*. p. 309.

era devido à falta de valores da nacionalidade na educação. Para eles, estes valores não se faziam presentes na educação dos filhos de proprietários, fazendo com que ocasionasse um rastro de antimilitarismo, o que acabava por prejudicar a compreensão dos deveres com a pátria. Devido a isso, as pessoas mantinham desprezo pelo exército e pelo serviço militar.

Segundo a autora, havia para esses militares a ideia de associação de serviço militar e educação, em que o projeto civilizatório seria uma missão do exército. A autora destaca:

Essa tarefa educativa era assumida pela intelectualidade militar com uma nova consciência naquela década. Até então, as iniciativas do exército no sentido de instruir determinados segmentos sociais possuíam, no discurso, um caráter quer de assistência, quer de extensão natural de um ensino que se dirigia tanto para militares como para civis. A partir daquele momento, aparecia claramente a idéia do exército como escola de cidadania, por isso útil e necessária a todo e qualquer cidadão.⁴⁷

Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior, em *O Imperial Collegio de Pedro II e o Ensino Secundário da Boa Sociedade Brasileira*, aborda o Colégio Pedro II entre 1837 e os anos finais do império. O autor trabalha o ensino de formação secundária que era oferecido à jovens da Elite imperial brasileira. O Colégio tinha como objetivo oferecer uma educação que fosse diferenciada e se tornasse exemplo como padrão de excelência educacional para as outras instituições de ensino secundário que fossem criadas no Império.

O autor destaca que, devido à ideia de construção e desenvolvimento da Nação se fazia necessário, no período, a educação e a difusão de princípios morais e éticos, que eram considerados como fundamentais para que houvesse uma convivência social.

A fundação do Colégio Pedro II trouxe uma marco para a história:

A fundação do *Imperial Collegio de Pedro II* (CPII), em 1837, é sem dúvida, um momento importante da história do processo de escolarização do ensino secundário oficial no Brasil. (...) a instrução secundária oferecida no Município da Corte e nas demais províncias brasileiras, concentrava-se até então nas aulas avulsas, em estabelecimento particulares e em alguns seminários religiosos.

Almeida Oliveira, em *O Ensino Público*, aborda a deficiência do ensino para as mulheres, já que as que eram destinadas para elas eram em menor número se comparadas os homens.⁴⁸

O autor enfatiza que as escolas passavam por problemas, como irregularidades na frequência escolar e um estreito círculo de ensino: escrita, leitura e cálculos. Além de outros agravantes, como a falta de instrução e métodos dos professores.

⁴⁷ ALVES, Claudia Maria Costa. *A Visão Militar da Educação no Império* In: GONDRA, José (org.) *Dos Arquivos à Escrita da História: A educação brasileira entre o império e a república* – Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p. 159

⁴⁸ OLIVEIRA, Almeida de A. *O Ensino Público*. Brasília :Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.Pp. 47 – 48.

Segundo ele, o povo brasileiro queria figurar-se entre os povos civilizados, no entanto não possuía o ensino universitário e não buscava diminuir a falta com a ampliação do número das faculdades que possuía. De acordo com o autor, por parte do Estado, eram poucos os políticos que se preocupavam com a ideia.

Almeida Oliveira afirma que o ensino não era dado com regularidade e não compreendia todas as matérias, além dos professores, de uma maneira geral, não ajudaram em tal processo. Segundo ele, alguns escolhiam o magistério, embora não se preparassem, pela falta de melhor emprego. Não se preparavam e não buscavam se dedicar ao emprego, já que buscavam em outros meios para o aumento de suas rendas. Logo, sabiam pouco e ensinavam mal aquilo que sabiam.

Para o autor, o grande culpado desses problemas era o Estado, já que o mesmo monopolizou a instrução superior e não deu a ela nenhum desenvolvimento. Segundo o autor, as províncias faziam o que podiam.

Almeida Oliveira enfatiza que o desenvolvimento e progresso da instrução eram em sua maioria questão de dinheiro. A existência de boas escolas e mestres dependia de investimentos e de que se assumisse grandes despesas. No entanto, segundo o autor, ao centralizar a instrução, o Estado fez um grande mal, quando fingia-lhe fazer um grande bem.⁴⁹

Em *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*, Mônica Yumi Jinzenji, aborda a imprensa e a educação; enfatiza que as mulheres foram excluídas das escolas públicas até 1814. No século XVIII, a mulher passaria a desempenhar um papel fundamental para a sociedade, assumindo a característica de guardiã e gestora da intimidade familiar, conjugal e educadora das novas gerações.

Neste íterim, acompanhada da necessidade de distinção de comportamentos entre os sexos, se encontrava a ideia de que a mulher “não somente era ‘educável’, como deveria ser educada”.⁵⁰

Monica Jinzenji destaca que nas primeiras décadas do século XIX, a ação educativa era exercida por diferentes instituições:

é necessário considerar que a ação educativa exercida por várias “instituições”; concomitantemente à escola, os meios/espacos não escolares de formação tiveram importante função na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de conhecimentos. Entre tais meios/espacos, encontram-se a produção e circulação de romances, jornais, revistas, sermões, apresentações teatrais, festas, pinturas e a criação de estabelecimentos, como sociedades literárias, científicas e bibliotecas.⁵¹

⁴⁹IDEM, *Ibidem*. P. 53

⁵⁰JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 24.

⁵¹MARTINS, Monica de Souza N. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real 1808 – 1824*, p. 25

Outro importante fator abordado pela autora é que, apesar dos jornais da época se denominarem difusores das luzes, defendiam a escolarização da população. Segundo a autora, os jornais e a educação escolar buscavam se afirmar como sendo agentes privilegiados para a instrução do povo.

A autora enfatiza também a presença da meritocracia existente na utilização do método mútuo:

Presente na tradição pedagógica moderna, no século XIX, a meritocracia ocupa lugar especial no método mútuo, que pressupunha hierarquização e o ordenamento de um grande número de alunos e utilizava de recursos como a recompensa e o castigo, além de promover a emulação.⁵²

O trabalho de Genaro Rangel, *Semeadura e Colheita – Memória Histórica da Imperial Sociedade Amante da Instrução*, é uma obra de extrema importância ao estudarmos a *Sociedade Amante da Instrução*. Ela aborda a constituição da Sociedade, cita nomes de homens públicos que passaram por ela; alguns estiveram presentes na Câmara como José Clemente Pereira e Evaristo Ferreira da Veiga, (que também desempenhou a função de redator do Jornal *Aurora Fluminense* e foi presidente da *Sociedade Amante da Instrução*), Bernardo Pereira de Vasconcellos e Pedro de Araújo Lima, que também foi marquês de Olinda, entre outros nomes importantes que estiveram presentes na Sociedade. O livro apresenta dados sobre as despesas da Sociedade e enfatiza, que devido ao seu crescimento, ela podia rejeitar nomes importantes como membros, devido ao status que conseguiu atingir. A admissão do sócio era discutida e votada. O indivíduo precisava atingir a quantidade necessária de votos para ser admitido. A Sociedade aceitava mulheres desde a sua fundação embora sua participação fosse limitada em relação a dos homens, às mulheres eram ativas na Sociedade, recebendo cargo como inspetoras das aulas voltadas as meninas. Cândida Benigna foi uma mulher que desempenhou a função de mestra e permaneceu no cargo por 11 anos. Era responsável pela denominada pela sociedade de Aula de Santa Tereza, local em que era lecionada.⁵³ A Sociedade recebeu também a proteção do Imperador. O autor esclarece ainda, que inicialmente, a Sociedade surgiu com o nome de *Sociedade Jovial e Instrutiva*.

No início de sua obra, destaca o fato da mesma chamar-se Semeadura e Colheita. Segundo o autor, a Sociedade foi feita de muitos erros e acertos. Constituiu-se com generosidade, competência, dedicação, mas também passou por processos de desleixo, vilania e pecado, no entanto, o autor enfatiza que, assim como a parábola do semeador, a semente

⁵²IDEM, *Ibidem*. p. 242.

⁵³ RANGEL, Genaro. *Semeadura e Colheita: memória histórica da imperial sociedade amante da instrução*. Belo Horizonte, Lutador, 1979.

lançada sobre a terra, neste caso, pelos jovens fundadores da Sociedade caiu em boa terra e frutificou, possibilitando a colheita. A obra do autor traz uma extensa quantidade de informações sobre o funcionamento da Sociedade.

Para o estudo do período regencial, temos disponíveis diversas fontes, entre elas, os jornais, como já citado, que são ricos em informações. Através das publicações nos jornais, muitas associações promoviam seus sócios e dirigentes em termos políticos, que garantiam sua evidência através da defesa de ideias, publicações e a afirmação perante a opinião pública.

As fontes utilizadas foram os seguintes jornais regenciais: *Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario*, redigido por Evaristo Ferreira da Veiga, cuja investigação abrange a temporalidade de 8 de abril de 1831 a 21 de dezembro de 1835, embora seu primeiro número tenha vindo a público em 21 de dezembro de 1827, e conseguiu chegar a marca de 1136 números editados; *O Independente*, que circulou entre 3 de maio de 1831 e 22 de abril de 1833, a cargo de Joaquim José Rodrigues Torres e Francisco de Sales Torres Homem, aproximando-se ao número de duas centenas de edições; o *Jornal da Sociedade Amante da Instrução*, órgão da associação homônima, impresso em 28 de agosto de 1839. Os periódicos encontram-se microfilmados no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica. Outra fonte utilizada foram os Estatutos das sociedades *Amante da Instrução* e *de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*, que encontram-se na Biblioteca Nacional.

Nos periódicos analisados, além das sociedades *Amante da Instrução* e *Sociedade da Instrução Elementar do Rio de Janeiro*, divulgações de outras sociedades também foram encontradas.

No jornal *Aurora Fluminense* foram encontradas referências ou publicações além das Sociedades *Amante da Instrução* e *de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*, das Sociedades: *Sociedade Federal Fluminense*; *Sociedade Hamoniosa*; *Sociedade Defensora da Liberdade Independência Nacional*; *Sociedade Promotora da Liberdade*; *Sociedade Philomatica*; *Sociedade Conservadora*; *Sociedade Loyola*; *Sociedade Promotora da Civilização*(sic); *Sociedade de Medicina*. *Sociedade Federal de Perambuco*; *Sociedade Patriótica Maranhense*; *Sociedade Conciliadora da Bahia*; *Sociedade Militar*; *Sociedade Philantropica*; *Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional*; *Sociedade dos Conrados*, *Sociedade de Negociantes*; *Sociedade Gregoriana*; *Sociedade de Literatos*; *Sociedade Defensora da Villa de São Francisco de Paula*; *Columnistas*; *Sociedade Real de Medicina*;

Sociedade Namur; Sociedade Auxiliadora das Artes e Offícios; Sociedade de Beneficência; Sociedade Directora do Theatro da Praia do D. Manoel.

O jornal *O Independente*, apresentou a publicação referente à *Sociedade de Medicina; Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional; Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; Sociedade Defensora da Liberdade e Independência da Villa de Jacarehy; Sociedade Patriótica; Sociedade Conservadora da Constituição; Sociedade Federal; Sociedade Conservadora; Sociedade Promotora do Bem Publico; Sociedade dos Columnas; Sociedade Federal de Pernambuco; Sociedade Defensora do Rio de Janeiro; Sociedade de Baependy; Sociedade Pacificadora do Sabará* e também a pesquisada nesse trabalho, *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*.

Na análise dos periódicos, algumas questões são importantes: compreender como os discursos estão organizados, o que ele pretende construir, por quem é dito e a quem é direcionado, o que e a quem visavam influenciar, ansiando por novos adeptos e com o objetivo de estabelecer opiniões públicas favoráveis a seus ideais e como faziam a representação dos acontecimentos; a quem a mensagem lida era destinada, de quem era a elaboração dos discursos, a quem representava, quais os conceitos expressavam, a finalidade e as circunstâncias para a difusão de determinadas ideias, a realidade social, quais valores visavam construir.

A presença da imprensa na Corte do Rio de Janeiro permitiu com que houvesse o surgimento de um novo vocabulário político.

Burke⁵⁴ enfatiza o caráter social que a linguagem apresenta e seus conflitos. O autor destaca quatro questões: o emprego de linguagens distintas pelo mesmo indivíduo em diferentes situações; a utilização de linguagens diferentes por grupos sociais distintos; a língua como força social ativa e instrumento de poder, que molda a sociedade; a língua como expressão da sociedade ou da cultura na qual é usada.

As publicações nos jornais não abrangem simplesmente a linguagem e o texto. Há a relação do autor da mensagem com o público. O jornal apresenta argumentos direcionados ao público que pretende atingir e a quem visa influenciar.

Tania Regina de Luca destaca que na década de 1970 o número de trabalhos que utilizava jornais e revistas como fonte para o conhecimento de história do Brasil era relativamente pequeno. Embora a importância de tais impressos fosse reconhecida, eles eram

⁵⁴ BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995; BURKE, Peter, e PORTER, Roy (org.) *História Social da linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

pouco mobilizados como fonte para a escrita da História. Tal fato, ocorria devido a uma hierarquia qualitativa dos documentos. Os jornais apareciam como pouco adequados para a recuperação do passado, já que continham registros fragmentários do presente.

Apesar da crítica realizada a essa concepção realizada na década de 1930 pela Escola dos *Annales* não houve o reconhecimento da imprensa como fonte importante. Tania Regina enfatiza que o processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática. Houve também, o abandono da ortodoxia economicista e ocorreu o reconhecimento da importância dos elementos culturais.⁵⁵

A autora destaca a visão de José Tenório Rodrigues em que o autor enfatiza que embora o jornal fosse uma das “principais fontes de informação histórica”, era preciso estar atento ao fato de que nem sempre a independência e a exatidão estavam presentes no conteúdo editorial.⁵⁶

Tania Regina também apresenta em seu trabalho, a visão de Jean Glénisson. Segundo Jean, sempre será difícil identificarmos as influências ocultas que jornais exerceram, qual o papel desempenhado e qual a pressão exercida pelo governo.

Em seu trabalho, a autora apresenta também a visão de Ana Maria Almeida em que esta enfatiza os cuidados com as armadilhas reservadas pela imprensa. Segundo a autora, corremos o risco de buscarmos em um periódico, aquilo que queremos confirmar.⁵⁷

Os periódicos são ricas e complexas fontes. As associações exerceram importantes funções no período regencial. A imprensa era uma aliada para que estas pudessem fazer suas divulgações, comunicar reuniões, a adesão de novos sócios, expor suas propostas e reivindicações. O período regencial presenciou um verdadeiro surto associativo. As associações foram importantes agentes agregadores de pessoas, que poderiam se reunir por um bem comum ou devido a dependência dos serviços oferecidos por elas. Embora possuíssem o pagamento de taxas mensais e de adesão por parte dos sócios, as sociedades muitas vezes enfrentavam dificuldades para manterem seus serviços. Recorriam a pedidos a outras sociedades e também buscavam a contribuição de não sócios e a ajuda do governo.

Algumas vezes, alguns alunos das escolas dessas associações tinham a dependência dos serviços oferecidos por elas, que, além das funções pedagógicas, desempenhavam também a filantropia, já que os jovens, muitas vezes, indigentes e órfãos também recebiam outros serviços prestados pelos membros, como a disponibilização de roupas, serviços de

⁵⁵ LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) 1ª ed. Editora Contexto, 2006.

⁵⁶ IDEM, *Ibidem*. p. 115 - 116

⁵⁷ IDEM, *Ibidem*. p. 117.

farmácia e medicina.

O trabalho será organizado em dois capítulos, seguidos das considerações finais. O capítulo I será destinado a Sociabilidade, Imprensa e Educação na Corte Imperial, com o objetivo de trabalhar a influência da imprensa no funcionamento dessas associações e também abordar como estavam inseridas essas sociabilidades no processo da educação na Corte.

O capítulo II será destinado para a análise das fontes das sociedades pesquisadas. Na primeira etapa, a *Sociedade Amante da Instrução* e a organização de seus estatutos, seguido pela análise do jornal homônimo dessa Sociedade e também das notícias veiculadas nos jornais: *Aurora Fluminense* e *O Independente*.

No capítulo III, será analisado os estatutos da *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro* e também as notícias veiculadas pelos jornais citados.

Por fim, serão feitas as considerações finais do trabalho.

Capítulo I

1. Sociabilidade, Imprensa e Educação na Corte Imperial (1831-1840)

Nesse capítulo, busco trabalhar a importância da imprensa no processo de sociabilidade e no desenvolvimento da educação na Corte imperial.

As associações constituíram-se em importantes grupos de mobilização coletiva, reivindicando demandas sociais, sendo importante meio de arregimentação e influência política, exercendo pressão sobre o governo e as autoridades públicas. É importante ressaltar que a ausência de amparo estatal em algumas situações, por parte do poder institucional estimulava o processo de associação. Inclusive, algumas associações foram “amparadas” pelo governo no Brasil regencial, por desempenharem funções em que o mesmo se mostrava ausente ou ineficaz. O Estado exerceu e sofreu influências das associações da época.

O período regencial presenciou o surgimento e o crescimento de diferentes associações dos mais variados tipos, principalmente as de auxílio mútuo. Indivíduos de

diversas camadas sociais foram importantes agentes nesse processo de sociabilidade, capazes de mudar o cenário político e social. Dessa forma, o Estado e as classes dirigentes precisaram adotar medidas que inserissem essas pessoas na sociedade. Elas foram importantes alvos de projetos de “civilização”.

As associações pesquisadas nesse são as pedagógicas, apresentavam grande poder de organização no período, no entanto, precisavam obter a autorização do governo. As associações puderam contar ainda com a novidade da época: a publicidade, que possibilitava que elas divulgassem suas propostas, atraíssem novos sócios e exercessem funções políticas. Foi o período da proliferação das sociedades públicas, embora, as sociedades secretas continuassem a existir.

O período evidenciou que a circulação de ideias e o desenvolvimento dos espaços públicos não ficavam restritos apenas a espaços específicos, como palácios e gabinetes. O desenvolvimento de uma vida política se dava também nas ruas, nos quarteirões, largos, praças, ou seja, estava presente nas vias públicas.

As manifestações passaram a ter novas conotações, ligadas à cidadania, começando a ter ideias vinculadas a uma modernidade política e participação na vida pública. Há no cenário a participação de diferentes atores que passaram a interferir na vida social e política da sociedade. As concepções culturais e políticas modificaram a esfera pública. As ruas eram lugares privilegiados socialmente para se fazer política. No caso do Rio de Janeiro, havia ainda o fato de além, de ser uma cidade, era também a corte imperial, com a concepção de Cidade-Corte. A cidade desempenhava papéis de organização da nacionalidade.

A corte imperial era um lugar privilegiado para a formação de uma opinião pública, que foi possibilitada devido às transformações dos espaços públicos.⁵⁸ A Corte caracterizava-se como uma cidade com seus variados atores sociais, com tensões urbanas, e mantinha também o caráter de Corte, sede de uma monarquia centralizada. Por apresentar tais funções, a cidade apresentava a sua cena pública local, no entanto, atingia níveis nacionais por se tratar da Corte. Havia na cidade imperial a circulação de impressos que se espalhavam por outras cidades, fazendo com que houvesse participações de atores do centro e das províncias, que traziam à tona as demandas de seus locais, levavam informações e ideias para as suas províncias. A imprensa possibilitou que novas práticas culturais fossem estabelecidas.

A caracterização das ruas como espaço público, de manifestações e da participação da imprensa nesse processo, pode ser exemplificado com o episódio:

⁵⁸MOREL, Marcos. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades da Corte Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

Em 1830, (...) para festejar o oitavo aniversário da proclamação da Independência, Ezequiel Correia dos Santos, redator do Jornal *Nova Luz Brasileira* (identificado aos liberais Exaltados) pede autorização para preparar uma comemoração no Passeio Público. O chefe da polícia nega a pretensão. Outro redator, Evaristo da Veiga (*Aurora Fluminense*, expressão dos liberais Moderados) protesta contra tal proibição e pergunta: se o governo sempre permitiu outras festas de rua como a do Espírito Santo, de Nossa Senhora da Glória e a dos militares no Campo do Santana, por que então impedir a comemoração da Independência.⁵⁹

As elites nacionais começaram a se posicionar como agentes de centralização nacional. No entanto, é importante ressaltar que, muitas vezes, também estavam inseridas na disputa de poderes no Império, sendo representantes dos mais variados interesses. Os projetos de “identidade” representavam diferentes demandas, além da participação daqueles que não faziam parte da elite, mas compuseram o cenário, exerceram influências sobre ele e participaram também desse processo. A imprensa foi um importante veículo de propostas políticas a nível nacional.

O Rio de Janeiro foi um importante centro de transformações políticas, sociais e educacionais, influenciando a formação da nação, além de ser também o centro da economia nacional com a produção cafeeira.

A imprensa estava presente na política, na economia, na vida social e na cultura da sociedade. A partir desses fatores, a imprensa foi se desenvolvendo e tornando-se agente fundamental nesse processo de mudanças no país. A imprensa contou ainda com a presença dos correios, o que permitia que os jornais recebessem, trocassem cartas e exemplares com outros jornais, o que aumentava a possibilidade de circulação de ideias.

A parcela da população que não sabia ler tinha acesso ao conteúdo dos textos através da leitura das publicações em voz alta nos espaços públicos.

Entre os atores sociais do período, no início do século XIX, surge a figura do homem público, novidade na América portuguesa. Surge o jornalista ou panfletário, que será denominado como redator ou gazeteiro. O redator será o difusor de ideias, de organização de debates, possuidor de funções políticas e pedagógicas. Esses redatores apresentavam-se como homens eruditos, publicavam impressos, influenciavam pessoas, participavam de embates e ataques pessoais e a facções, apresentavam propostas políticas e sociais. Esses redatores, publicistas, homens de letras, predominantemente possuíam uma formação característica das elites letradas que estavam inseridas no poder político do Brasil. No século XIX, os homens de letras se apresentavam também como homens públicos, atuantes na política.

A retórica era um elemento sempre presente no discurso político da época, tratava-se, inclusive, de uma disciplina extremamente necessária e valorizada. Quem possuísse formação

⁵⁹ *Ibidem*, p. 161.

além do nível de alfabetização elementar, possuía a disciplina da retórica como de grande importância. Ela fazia parte da vida cotidiana das pessoas, através de cerimônias, missas, leituras e também na prática da oralidade, em que as informações chegavam até os iletrados.⁶⁰

Esse movimento associativo na Corte se apresentava com diversas funções, que causou interferências na política e na vida pública em geral. O governo passou a observar e reprimir, quando necessário, os grupos com caráter claramente político, e a estimular os que apresentavam funções de filantropia, pedagogia, colonizadora e econômica. Com as associações e a imprensa, surgia então, uma outra maneira de se fazer política, com a presença da publicidade dessas agremiações e a veiculação de notícias sobre as mesmas pela Corte e a nível nacional.

Dentre os espaços de sociabilidade que se desenvolveram na Corte imperial estão as sociedades pedagógicas, que desempenharam um importante papel no desenvolvimento da educação e participaram ativamente do projeto de formação do “cidadão” brasileiro. Era necessário estabelecer laços entre o Estado, as classes dirigentes e as massas da sociedade. O desenvolvimento da escolarização terá um papel de destaque nesse processo. O país desejava fazer parte das chamadas nações civilizadas e precisava estabelecer elementos para tal.

As instituições educacionais foram importantes meios de transmissão de valores e nesses estabelecimentos havia a circulação de jornais que divulgavam notícias, ideias e costumes.

A *Sociedade Amante da Instrução* teve seu próprio jornal, homônimo, embora este tenha tido apenas um exemplar. As Sociedades quando não tinham o próprio periódico, publicavam suas notícias nos jornais circulantes da época. Nota-se que a imprensa e as instituições escolares estavam interligadas, ambas tinham o objetivo de transmitir valores, a ideia de que estavam levando “a luz” para a população e eram poderosos meios de divulgação de valores, formadores e influenciadores de opiniões.

As associações educativas tinham como objetivo principal fornecer a educação para a população. Elas passaram a se organizar em Estatutos. Através deles, estabeleciam como seria o seu funcionamento, a função de cada membro, as normas da Sociedade para os membros, tais como, as formas de ingresso e as funções de cada um.

⁶⁰ BASILE, Marcello Otávio. Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

As Sociedades com caráter educativo tinham por objetivo a disseminação de conhecimento, que eram delimitados pelo estatuto.⁶¹

As associações possuíam caráter multifacetado, desempenhando funções que não estavam explícitas em sua designação. Outra questão é que as associações que desempenharam funções pedagógicas, caso das analisadas a seguir, receberam muitas vezes, estímulos por parte do governo. Embora a ajuda governamental não fosse o suficiente para que essas agremiações pudessem manter sua existência e a realização de suas atividades. Muitas vezes, elas recorriam a doações da comunidade, além das taxas cobradas para garantir o ingresso e as mensalidades cobradas aos associados.

Restritas associações garantiram de maneira formal a proteção imperial. Entre elas, a *Sociedade Amante da Instrução*, a *Sociedade Filantrópica Liberdade Constitucional* e o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

As sociedades de cunho pedagógico geralmente pediam apoio oficial. Algumas vezes, quem possibilitava que a associação possuísse uma sede era o governo. Outro fator que muitas vezes estreitava a relação das associações com o Estado era a presença marcante de associados que mantinham relação com o governo, como é o caso das associações estudadas nesse trabalho: *Sociedade da Instrução Elementar do Rio de Janeiro* e a *Sociedade Amante da Instrução*. No entanto, é importante ressaltar, que embora tivessem ligações com o governo e seus membros fossem atuantes, essas associações não se caracterizavam como sendo uma espécie de extensão do Estado, embora alguns sócios de tais agremiações acumulassem funções jornalísticas e políticas.

No século XVIII há sinais evidentes da presença de homens letrados, possuidores de bibliotecas particulares, além das tentativas, embora isoladas e reprimidas, de instalações de tipografias em cidades brasileiras. Era comum encontrarmos a figura do deputado-redator. Ser redator de jornal era uma das formas de ascender a um cargo político. Era comum um redator exercer a função de deputado.

Morel destaca que esses homens de letras tinham dentro de si a ideia de que eram possuidores de uma missão pedagógica, que pudesse esclarecer e civilizar as classes tidas como perigosas a sociedade. O objetivo desses homens era a transformação dessas classes em úteis, trabalhadoras, fato que era possibilitado através da educação. Essas camadas da população eram muitas vezes caracterizadas pela pobreza e por falta de instrução. Cabia a esses homens letrados mostrarem o caminho, o conhecimento a esses seres desprovidos de

⁶¹ FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No Gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Niterói: Muiraquitã, 2008.

instrução.⁶² Essa preocupação dos seres letrados em inserirem essas camadas a sociedade ou propiciarem ensino a elas, não nos remete simplesmente a um ato de filantropia. Tal fato deixa evidente que esses grupos, denominados como desfavorecidos, exerciam influência no cenário, nos espaços públicos e de sociabilidade, além de uma preocupação do alargamento do público leitor. No entanto, Morel destaca também a existência de alguns homens de letras defenderem que era função dos homens instruídos buscar a aproximação de grupos que fossem menos favorecidos, para que pudesse haver a defesa de valores imbuídos de caráter de liberdade e igualdade.

Essas associações se tornaram possibilitadoras de contato entre letrados e camadas pobres da população. Para constituírem tais associações, algumas informações eram exigidas: havia a necessidade de declarações dos objetivos que aquela associação buscava, como era estruturada administrativamente, como era feito o seu funcionamento e quais as exigências para que os membros pudessem fazer parte delas, que variava de acordo com a associação, mas normalmente eram questões como idade, função, gênero e moralidade.⁶³ Para garantirem o seu funcionamento, precisavam evidenciar a periodicidade de suas reuniões, quem eram os membros votantes, e a função dos cargos existentes nas associações.

As associações possuíam sedes que, além de servirem como local para atividades, reuniões, também era um meio de mostrar as condições em que se encontrava a sociedade. Através de suas sedes, buscavam demonstrar a viabilidade financeira que possuía tal associação. A sede era um meio de atrair membros, tentar garantir o pagamento de mensalidades, visando demonstrar que valia a pena ser associado da agremiação.

A opinião pública será agente poderoso para a legitimação de ideias, como instrumento de divulgação e transformação de opiniões, desempenhando funções políticas.

Há no cenário a presença de gritos, vozes e exclamações. Além das expressões escritas, houve as verbais e gestuais, que permitiam alcançar maiores camadas da população, não se restringindo ao público leitor.

Os jornais foram importantes defensores da educação. Nos jornais aqui pesquisados, *Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario*; *O Independente* e o *Jornal da Sociedade Amante da Instrução*, foram encontrados publicações, nomes de sócios, cartas e comunicados das sociedades pedagógicas: *Sociedade Amante da Instrução* e *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*. Os jornais e as sociedades pedagógicas tiveram

⁶² MOREL, Marco. *As Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)* – São Paulo, HUCITEC, 2005.

⁶³ IDEM, *Ibidem*. p. 16.

papeis fundamentais no processo de escolarização da população. Importante ressaltar que esse processo de escolarização não significava a defesa do ensino para todos.

A imprensa foi um importante meio de veiculação das ideias dessas sociedades. Através dos periódicos, as Sociedades faziam anúncios, comunicavam os dias de suas reuniões, defendiam suas propostas e divulgavam resultados de eleições.

As instituições envolvidas no processo de educação e os jornais buscavam para si o papel de responsáveis pela instrução do povo, defendiam que eram eles quem transmitiam valores e levavam “a luz” para a população. Eles buscavam estabelecer-se como educadores da sociedade. Era comum a participação de pessoas envolvidas com os periódicos, como redatores, que também faziam parte do desenvolvimento do processo de escolarização, sendo membro de alguma sociedade pedagógica.

Os periódicos tiveram papel fundamental na escolarização do país como divulgadores de tal projeto, evidenciavam anseios e também atuaram como promotores de debates, participando ativamente desse processo. Era a imprensa quem fazia circular os projetos de implementação referentes à instituição do ensino público, noticiava o estabelecimento de instituições e suas propostas, divulgava a situação das instituições e os acontecimentos que envolviam tais estabelecimentos.

Em 1835, foi criada a Escola Normal de Niterói, que foi a primeira instituição no Brasil com o intuito de formar professores para o ensino primário no Rio de Janeiro. Tinham como princípios a ordem e a civilização.⁶⁴

Em 1837, houve a criação do Colégio de Pedro Segundo, o que representou uma transformação no ensino, com o chamando ensino secundário. O colégio era voltado para o ensino da chamada boa sociedade brasileira e tinha como objetivo estabelecer um padrão de excelência educacional para as outras instituições que fossem criadas. Era preciso que a nação pudesse se desenvolver com princípios morais e éticos.⁶⁵

O Colégio de Pedro II representou a oficialização do ensino secundário no Brasil. Anteriormente, as aulas eram feitas de maneira avulsa, o que fazia com que o processo de escolarização passasse por alguns problemas, como a falta de um programa que fosse

⁶⁴CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *Instituições Educacionais*. In: CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro (org.) *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro – um século de história (1850 – 1950)* – Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009. p. 125

⁶⁵JUNIOR, Carlos Fernando da Cunha. *O Imperial Collegio de Pedro II e o Ensino Secundário da Boa Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2008. p. 9

comum.⁶⁶

O corpo docente do Colégio era composto exclusivamente por homens, embora algumas mulheres tivessem tentado ingressar como professoras no Colégio, não sendo aceitas. Tratava-se de uma instituição voltada para os homens, fato que permaneceu até o início da década de 1920. ⁶⁷Os docentes eram homens reconhecidos e diplomados. Ao fazer parte do corpo docente do Colégio, o professor podia gozar de alguns privilégios sociais, já que se tratava de uma instituição com grande reconhecimento social. Além dos professores, a instituição contava ainda com a presença de inspetores, que eram responsáveis pela conduta, vigilância e controle dos alunos.

O Colégio de Pedro Segundo atendia aos alunos da chamada boa sociedade, aos então, futuros dirigentes da nação. Os alunos eram preparados para a política e a direção de negócios, para que assumissem postos de direção no país. Os gastos para manter um aluno no Colégio eram altos, apenas uma minoria da população tinha condições de ingressar e manter-se na instituição. Os alunos do colégio obtinham destaque na sociedade até mesmo através dos uniformes da instituição. O Colégio, com o passar dos anos, passou a ser um símbolo do império.

A imprensa também interferiu no desenvolvimento do Colégio de Pedro II. Ela fez denúncias sobre as condições dos prédios que eram usados como externato e internato pela instituição, denunciou problemas, os privilégios no ingresso por meio de apadrinhamento, denunciava os reitores e até mesmo o governo imperial.

A instituição foi um modelo para os outros estabelecimentos de ensino secundário no Brasil. O colégio representava o padrão de ensino, era o espaço para a formação de uma elite nacional, os futuros dirigentes da nação, a representação da institucionalização do ensino secundário no Brasil.

Houve a institucionalização do ensino secundário com a criação do Colégio de Pedro II, que era voltado para as elites, no entanto, era preciso disciplinar o restante da população. Algumas associações foram responsáveis por tal objetivo. Entre elas, as Sociedades pesquisadas neste trabalho: *Sociedade Amante da Instrução* e *Sociedade Elementar do Rio de Janeiro*. Embora estas também atendessem aos filhos dos sócios da Sociedade, tratavam-se de sociedades que atendiam a população pobre da Corte, principalmente os órfãos e indigentes.

⁶⁶PENNA, Fernando de Araujo. *O "Currículo Colegial" do Colégio de Pedro III*. CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro (org.) *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850 – 1950)*. Rio de Janeiro. Mauad X: Faperj, 2009. p. 41.

⁶⁷JUNIOR, Carlos Fernando da Cunha. ob. cit p. 47.

O período presenciou a preocupação com a educação das classes dirigentes, mas também com a das classes populares, que se mostravam atuantes na sociedade, através de manifestações, reivindicações, movimentos populares, pressões políticas e associações. Era um grupo que exercia pressão nas demandas políticas, sociais e eram alvos de preocupação por parte do Estado e das classes dirigentes.

As mulheres ficaram excluídas do processo de escolarização nas escolas públicas até 1814. A resistência à presença das mulheres na escola se dava até mesmo por questões familiares, como valores morais e necessidade de força de trabalho. Embora as mulheres tenham sido aceitas posteriormente, as oportunidades para os homens eram maiores e o conteúdo do ensino para as mulheres era diferenciado.

Com o passar dos anos, a mulher ganhou um papel na sociedade. Passou a ser vista como a guardiã e educadora das novas gerações. Elas passaram a ser consideradas as responsáveis pelo bem estar da nação, já que estas eram vistas como as responsáveis pelo bem estar da família. Eram consideradas as responsáveis pelo apoio que davam aos maridos e filhos em ações políticas.⁶⁸ Logo, as mulheres passaram a ter nos jornais e revistas, publicações voltadas exclusivamente para o público feminino, no intuito de atrair novas leitoras. Houve também o início da participação dessas mulheres nos jornais, solicitando ainda, através da imprensa, a sua inserção em Sociedades. As mulheres passaram, então, a serem inseridas no processo de escolarização, embora com ressalvas. A mulher passa a ter espaço para desempenhar o papel de inspetora para meninas em algumas sociedades. A mulher professora era a representação do processo de defesa da importância de inserir a mulher no processo de escolarização.

O processo de escolarização da população no período regencial teve as sociedades pedagógicas como grandes aliadas. Essas Sociedades desempenhavam funções de cunho pedagógico, em que alfabetizavam, ensinavam Matemática e a prática da leitura a filhos de sócios, mas principalmente a jovens pobres, órfãos e indigentes. Elas defendiam que era preciso que esses jovens aprendessem conceitos morais e de cidadania, através do respeito a regras e a comportamentos determinados pela Sociedade, como assiduidade e pontualidade. Os jovens deveriam aprender a ter disciplina e moralidade.

As associações pedagógicas assumiram também o caráter de filantrópicas, pois forneciam vestimentas, alimentação e roupas para aqueles que fossem assistidos por elas.

As sociedades pedagógicas estabeleciam laços com a população e com o Estado, já

⁶⁸ JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

que, embora não fossem uma extensão deste, desenvolviam atribuições que deveriam ser responsabilidade dele e também precisavam da autorização do mesmo para que pudessem funcionar. Algumas vezes, recebiam inclusive sua ajuda financeira.

Com o surgimento das sociedades pedagógicas, ficou evidenciada a necessidade que surgia da escolarização das camadas populares, que, ao estarem inseridas em uma sociedade, estavam vinculadas, de certa forma, a projetos políticos e aos chamados projetos de “civilização” e “moralidade”. Acreditava-se que essa população pobre seria “civilizada” através da educação, com o aprendizado da leitura, da Matemática, de um ofício, de conceitos religiosos e morais.

A maioria dos homens envolvidos nessas sociedades exerciam funções políticas, estavam presentes ativamente na imprensa e, algumas vezes, possuíam cargos políticos. Essas sociedades exerciam influências sociais e políticas. Sendo assim, ter as camadas mais baixas da população sendo atendidas pelas sociedades era a possibilidade de atrair novos atores para o seu projeto político e uma maneira de manter essa população sobre seu domínio e vigilância.

O período regencial foi rico em transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais. Diferentes atores fizeram parte dessas mudanças, desde os dirigentes a integrantes das camadas pobres da população. Foi o período de participações políticas, manifestações, disputas de poderes e do surgimento de projetos de “nação”, em que diferentes classes dirigentes defendiam seus projetos e buscavam atrair novos adeptos. Sendo assim, o processo de educação desenvolvido não apenas pelo Estado, com a criação do Ensino Público, mas também pelas sociedades pedagógicas foram importantes transformadores sociais e políticos.

Muitas vezes, estar vinculado a alguma sociedade, assim como ser assinante de algum jornal, era assumir determinado posicionamento político, já que o social, político e econômico estavam interligados.

A sociedade brasileira desejava estar entre as chamadas sociedades civilizadas e o processo de escolarização da população fazia parte desse projeto de civilização. As instituições públicas, as sociedades pedagógicas estavam envolvidas no objetivo de disciplinar a população considerada “perigosa” e que necessitava ser disciplinada.

O período presenciou projetos educacionais defendidos por médicos, militares, por dirigentes do Estado e também pela população em geral, que fez com que os projetos fossem pensados também de acordo com a sua presença. Passou a ser defendida a necessidade de que essa população fosse escolarizada. No entanto, é importante destacar que a educação destinada

às classes populares não era a mesma para a elite. Os meninos da elite, que frequentavam o Pedro Segundo eram preparados para assumirem o poder, tornarem-se dirigentes. Já o ensino destinado às camadas pobres tinha como objetivo a “civilização”, a “moralidade” da população, o aprendizado de um ofício e a ampliação do público leitor.

No desenvolvimento da escolarização, a imprensa e as sociedades pedagógicas estiveram interligadas. A educação muitas vezes tinha destaque nas publicações dos jornais e o funcionamento das sociedades dependia também das publicações que elas faziam nesses periódicos. As sociedades faziam seus comunicados, tais como: reuniões, lista de sócios, atribuições e todo o tipo de publicação que a sociedade desejasse tornar pública. Imprensa e educação buscavam para si a responsabilidade da tarefa de levarem “a luz” para a população. No entanto, nesse processo, as duas estiveram intimamente ligadas. Para o amplo funcionamento de uma, havia a necessidade da outra. Era comum a existência de atores envolvidos no projeto de escolarização através da participação em sociedades pedagógicas estarem presentes também nos jornais.

A imprensa e as sociedades pedagógicas desempenharam papéis determinantes no processo de “civilização” da população. Estiveram presentes em projetos de defesas de educação, influenciaram em comportamentos, valores e foram importantes meios de arregimentação política, exercendo grandes influências no comportamento da sociedade, sendo agentes ativos nesse processo de desenvolvimento e mudanças.

Juntamente com a imprensa, as sociedades pedagógicas trouxeram à tona a necessidade de educar uma população que, através de sua presença e atuação na sociedade, exercia pressão sobre o governo e as classes dirigentes, que acabaram por ter que pensar em um projeto de educação voltado para elas.

O período presenciou um momento de intensas mudanças e transformações, em que diferentes atores sociais e políticos estiveram presentes e atuantes nesse processo.

Capitulo II

Sociedade de Instrucção Elementar do Rio de Janeiro

Organização e funcionamento:

A publicação do Estatuto da *Sociedade de Instrucção Elementar do Rio de Janeiro* ocorreu em 1831 pela Typographia de Thomaz B. Hunt & CA com dez títulos.

Os artigos também sofreram algumas modificações com acréscimos ou substituições. A Sociedade esclareceu que os mesmos tinham por intuito, melhorias no andamento da Sociedade.

O Título I: Fim e Objecto da Sociedade, possui os artigos 1º e 2º; o Título II: Composição da Sociedade, abrange os artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º; o Título III: Applicação dos Fundos, tem o artigo 8º; o Título IV: Direcção dos Negocios da Sociedade, possui os artigos 9º, 10º, 11º, 12º, 13º; o Título V: Reunião dos Socios Effectivos em Assembleia Geral, abrange os artigos 14º, 15º, 16º, 17º; o Título VI: Reunião dos Membros do Concelho, tem os artigos

18º, 19º, 20º, 21º; o Título VII: Comissões, os artigos 22º, 23º; o Título VIII: Contabilidade, os artigos 24º, 25º; o Título IX: Obrigação dos Socios, e Penas pela Ommissão, os artigos 26º, 27º, 28º; o Título X: Disposições Geraes, os artigos 29º, 30º. ⁶⁹

Há também a publicação do primeiro mapa estatístico da Escola da *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*. O mapa foi apresentado ao Conselho em sessão do dia 13 de junho de 1833, pelo sócio efetivo e diretor da escola, Jose da Costa Azevedo.

No estatuto, ficou estabelecido que o fim da sociedade era o de promover, através de todos os meios ao seu alcance, a instrução elementar na província e em todo o império. A sociedade era destinada a abranger trabalhos das ciências físicas, morais e as que eram essencialmente ligadas à instrução elementar.

Na composição da Sociedade, eram aceitos sócios efetivos, correspondentes e honorários. A permissão para ser sócio em uma destas categorias era dada a todas as pessoas naturais ou estrangeiras, que tivessem a admissão proposta por um dos sócios efetivos e fossem aprovadas pela maioria absoluta da sociedade. No entanto, havia mais algumas exigências para cada categoria de sócio.

Para ser sócio efetivo, as pessoas que quisessem concorrer para os fins da Sociedade, através de suas luzes e experiência, deveriam pagar a quantia de seis mil reis no momento de sua entrada e a mensalidade de quinhentos reis.

Para ser sócio correspondente, era necessário prestar serviços que a Sociedade julgasse relevante ou comunicassem objetos referentes à instrução elementar e também se comprometessem a pagar, no mínimo, quinhentos reis mensais.

Para ser sócio honorário, era preciso ser sócio efetivo ou correspondente, ter desempenhado seu cargo dignamente e se achar impossibilitado de poder continuar com as funções do cargo. Era necessário ter feito à instrução elementar, serviços julgados como muito distintos.

| Tipos de Sócios | Taxas a pagar para ser sócio |
|------------------------|---|
| Efetivos | 6 mil reis na entrada e 500 reis mensais |

⁶⁹ Estatutos da Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro. 1834 Tipografia “Typ. Flum. De Brito &Comp”. E publicação de 1836 do mesmo Estatuto publicado pela Tipografia “Typografia do Diario, de N.I.Viana”

| | |
|------------------------|--|
| Correspondentes | Prestar serviços relevantes A Sociedade, comunicar objetos referentes à instrução elementar e o pagamento mínimo de 500 mil reis. |
| Honorários | Necessário ser sócio efetivo ou correspondente e estar impossibilitado de continuar com suas funções no cargo. Era preciso ter prestado serviços julgados como distintos para a Sociedade. |

Os fundos da Sociedade, conforme estabelecido no Estatuto, eram aplicados em objetos que tinham uma relação imediata com a instrução elementar e particularmente relação com a proposta da sociedade. Eram destinados para a aquisição de casas para o funcionamento de reuniões da sociedade e a conservação daquilo que ela possuísse ou viesse possuir. Os fundos também eram usados para a compra de jornais, memórias e escritos sobre a instrução elementar, publicação dos trabalhos da Sociedade, redação dos jornais e tradução de obras que fossem úteis para a instrução elementar. O Estatuto estabelecia ainda que os fundos eram destinados também para dar prêmios aos autores de obras ou professores que tivessem destaque na aplicação dos métodos adotados pela Sociedade e também seriam usados no estabelecimento de escolas, em que os métodos da Sociedade fossem ensinados e praticados.

A Sociedade tinha estabelecido, em seu Estatuto, como deveria ser organizado e dirigido os negócios.

Para garantir o seu funcionamento, tinha um Conselho estabelecido em assembleia através de voto com maioria relativa dentre os sócios efetivos. O Conselho era constituído por um presidente, um vice presidente, um secretário arquivista, um tesoureiro e também pelos membros das comissões. As comissões estabelecidas eram as seguintes: 1. De fundos, composta por três membros; 2. De exame do estado da instrução elementar, composta de cinco membros; 3. De melhoramento da instrução elementar, composta por sete membros; 4. De revisão de memórias ou outros escritos oferecidos ou indicados a Sociedade, composta por cinco membros; 5. Da publicação dos trabalhos da Sociedade, composta por dez membros. Ficou estabelecido que o número de membros das comissões e da mesa poderia ser alterado se houvesse necessidade devido às circunstâncias.

Antes das alterações dos Estatutos, os membros do Conselho eram definidos por três

meses, exceto o secretário e o tesoureiro, que ficavam estabelecidos por um ano; um terço dos membros escolhidos em cada trimestre, deveria ser mantido no trimestre seguinte. Todos os membros podiam ser reeleitos e os mesmos poderiam recusar o emprego, se este fosse o seu desejo.

Com as alterações nos Estatutos, os membros do Conselho passaram a ser determinados por seis meses. Era competência do Conselho, expedir e dirigir através da mesa, os negócios da Sociedade em nome e delegada por ela.

Os sócios efetivos se reuniam em assembleia geral e tinham sessão pública no dia 1º de março de cada ano, ao fim de cada trimestre e nas vezes que a Sociedade julgasse necessária ou quando os membros fossem convocados pelo Conselho.

Antes das modificações nos Estatutos, para que a assembleia fosse considerada reunida e capaz de exercer suas funções, era necessária a presença de mais da metade dos sócios efetivos que fossem residentes na cidade. Caso o presidente ou o vice presidente eleitos em conselho não pudessem presidir a assembleia, a mesma escolhia quem seriam os substitutos.

Com a alteração feita no Estatuto, passou a ser constituída assembleia geral quando houvesse o Conselho reunido e mais os sócios efetivos que se apresentassem no dia indicado, que era comunicado através de anúncio feito em algum periódico. Nota-se aqui a importância desempenhada pela imprensa no andamento da Sociedade.

A assembleia reunida era destinada a ouvir os relatórios dos trabalhos do Conselho todo ano. Era responsável pela arrecadação e aplicação dos fundos da Sociedade, pela nomeação do novo Conselho e a indicação nas melhorias que deveriam ser feitas na Sociedade. Cabia à assembleia estabelecer a cada trimestre as questões que poderiam ser propostas pelo Conselho, a admissão ou não das pessoas como sócias, que foram propostas por ele.

Já os membros do Conselho, reuniam-se duas vezes no mês. No entanto, se fosse necessário, ocorriam reuniões extraordinárias. Antes das alterações dos Estatutos, para que o Conselho pudesse ser considerado reunido e capaz de exercer suas funções, era necessário que o presidente, o secretário e seus suplentes estivessem presentes e pelo menos um membro de cada comissão.

Com a alteração dos Estatutos, ficou estabelecido que era considerada sessão estabelecida quando comparecessem a mesa alguns dos membros das comissões, no entanto, não havia deliberação de negócios que pertencessem a comissões em que os membros não estivessem presentes. Na ausência do presidente, do secretário e seus suplentes, o sócio mais

antigo em idade que estivesse presente era quem desempenhava tal função na mesa. Já na ausência do secretário, era o mais moderno quem desempenhava a sua função.

Ficou estabelecido na alteração dos Estatutos que o presidente ficava autorizado a nomear os comissionados para a realização de trabalhos propostos.

Nas sessões ordinárias ou extraordinárias do Conselho, além dos membros do Conselho, os sócios honorários, correspondentes e efetivos também podiam propor e discutir. No entanto, as propostas só eram consideradas aceitas após a votação realizada pelos membros do Conselho. Entre as funções do Conselho estava governar a parte econômica e dirigir os negócios da Sociedade. Antes de resolver qualquer questão que fosse de competência de alguma das comissões, o Conselho deveria ouvi-las antes. Era função do mesmo estabelecer correspondências e admitir ou não a proposta de pessoas indicadas para a Sociedade. Era o responsável pela arrecadação de fundos e a aplicação naquilo que fosse definido em assembleia.

As comissões tinham um presidente, que era o membro que recebesse o maior número de votos e um secretário arquivista, que era o segundo colocado na contagem dos votos. As comissões tinham a duração de três meses e tinham a função de examinar as propostas enviadas que eram remetidas pelo Conselho, ou que tivessem sido indicadas por algum dos membros. Cabia a essas comissões, dar o seu parecer por escrito. A comissão deveria também expor o resultado de seus trabalhos, redigir correspondências e propor melhoramentos relacionados à instrução elementar. Era responsabilidade da comissão de publicação, particularmente, cuidar da composição e publicação dos trabalhos da Sociedade.

As receitas e despesas eram autorizadas pelo Conselho. Era o conselho quem enviava a autorização por escrito ao tesoureiro para efetuar-las, e era a Comissão de Fundos quem escriturava os documentos.

Antes das modificações dos Estatutos, o tesoureiro apresentava a conta da receita e despesa na primeira sessão de cada mês. Com a alteração, ficou estabelecido que o tesoureiro deveria apresentar-se na primeira sessão de cada trimestre.

O tesoureiro era submetido a um parecer da Comissão de Fundos e, de acordo com os documentos que este apresentava, sua conta era aprovada ou rejeitada na sessão seguinte.

Quanto às obrigações dos sócios efetivos e correspondentes, estava a de pagar a consignação em todos os trimestres. Caso estivesse sujeito a tal consignação e não a fizesse durante dois trimestres, o mesmo era considerado demitido da Sociedade.

Era obrigatório aos sócios que comparecessem em todas as sessões. Caso não fosse possível o comparecimento, deveria justificar a sua falta. Se não apresentasse tal justificativa, era considerado demitido do lugar que ocupava.

Os sócios efetivos eram obrigados a assistir as sessões, as quais eram convocados pelo Conselho, justificando sua ausência caso ela ocorresse. Aqueles sócios que não fizessem a justificativa perdiam o direito de ser sócio efetivo e era considerado, a partir de então, como correspondente.

No Estatuto há o último título destinado às disposições gerais, em que documentava que a sociedade tinha o propósito de se instalar em cada uma das províncias com o mesmo fim e o lugar em que fosse instalada, designaria o nome da Sociedade.

A Sociedade de Instrução Elementar fundou uma escola em 28 de fevereiro de 1833, cujo o objetivo era o ensaio de disciplina.

Atribuições e funções dos Sócios

| | |
|-------------------------------|--|
| <p>Efetivos</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Antes das modificações dos Estatutos, para que a assembleia fosse considerada reunida e capaz de exercer suas funções, era necessária a presença de mais da metade dos sócios efetivos, que residissem na cidade. - Com as modificações feitas no Estatuto, passou a ser considerada assembleia geral reunida, quando houvesse o Conselho reunido e mais os sócios efetivos que se apresentassem no dia indicado através de anúncios em periódicos. - Pagar consignações a cada trimestre. Caso estivesse sujeito a tal consignação e não a fizesse durante dois trimestres, o mesmo era considerado demitido da Sociedade. - Podiam propor e discutir nas sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho. - Obrigatório comparecer em todas as sessões. Caso não fosse possível o comparecimento, deveria justificar a sua falta. Se não apresentasse tal justificativa, era considerado demitido do lugar que ocupava. - Obrigatório assistir as sessões em que fossem convocados pelo Conselho, justificando sua ausência. Os sócios que não justificassem, perdiam o direito de serem sócios efetivos e eram considerados, a partir de então, sócios correspondentes. |
| <p>Correspondentes</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Pagar consignações a cada trimestre. Caso estivesse sujeito a tal consignação e não a fizesse durante dois trimestres, o mesmo era considerado demitido da Sociedade. - Podiam propor e discutir nas sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho. - Obrigatório comparecer em todas as sessões. Caso não fosse possível o comparecimento, deveria justificar a sua falta. Se não apresentasse tal justificativa, era considerado demitido do lugar que ocupava. |
| <p>Honorários</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Podiam propor e discutir nas sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho - Obrigatório comparecer em todas as sessões. Caso não fosse possível o comparecimento, deveria justificar a sua falta. Se não apresentasse tal justificativa, era considerado demitido do lugar que ocupava. |

Além dos sócios, a Sociedade ficou organizada em sua composição da seguinte maneira:

| | Composição |
|------------------|--|
| Conselho | Presidente, vice presidente, um secretário arquivista, um tesoureiro e membros das comissões. |
| Comissões | <ol style="list-style-type: none"> 1. De fundos, com 3 membros 2. De exame do estado da instrução elementar, com 5 membros. 3. De melhoramento da instrução elementar, com 7 membros. 4. De revisão de memórias ou outros escritos oferecidos ou indicados a Sociedade, com 5 membros 5. De publicação dos trabalhos da Sociedade, com 10 membros. <p>O número de membros das comissões e da mesa, poderia ser alterado se houvesse necessidade devido às circunstâncias.</p> |

Estatuto da Escola da Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro

A Escola da Sociedade teve o seu estatuto estabelecido no dia 5 de junho de 1833. No dia 25 de junho de 1833, a Escola apresentou algumas observações sobre o mapa estatístico e o funcionamento da mesma.

Ficou estabelecido no estatuto que a escola funcionaria todos os dias, excetos aos domingos, dias santos, os seis dias durante a semana santa, os dias de solenidade da nação, e durante 21 de dezembro a 6 de janeiro, período que era considerado feriado.

O tempo das lições diárias eram de quatro horas seguidas, iniciadas às nove e meia da manhã nos seis meses corridos a partir do dia 1º de maio. Nos outros seis meses, as aulas iniciavam-se às nove horas.

O estatuto determinava que os artigos referentes ao horário e dia das aulas seriam mostrados aos pais, para que os mesmos pudessem calcular o tempo que levariam para conduzir o filho à escola. Ficou determinado que, antes do professor estar na sala, nenhum aluno deveria estar na mesma.

Os discípulos seriam admitidos através da decisão do diretor da escola. Fato este definido em Conselho pela Sociedade. Para serem admitidos na Escola, a Sociedade poderia impor algumas condições, além das já determinadas no Estatuto, que eram: idade maior de 6 anos completos, e menor de 11 anos iniciados, decência e limpeza no vestuário. No entanto, nota-se a matrícula de alunos com até 13 anos, na listagem apresentada pelo mapa estatístico da Sociedade.

Ficou estabelecido que a escola abriria um quarto de hora antes do tempo marcado. Enquanto o professor não chegasse, o chamado *Continuo*, que era quem desempenhava a função de inspeção, permaneceria na sala. Antes do início das aulas, a Escola deveria ser limpa e varrida diariamente.

As visitas à Escola eram permitidas, desde que a pessoa fosse de consideração para a Sociedade. No entanto, a entrada de criados e escravos, que conduziam discípulos para a Escola, não era permitida, e o anúncio da chegada destes, não deveria ser transmitido para dentro da escola.

As observações apresentadas sobre o mapa estatístico e o funcionamento da escola, assinadas em 25 de junho de 1833, esclarecem que o adiantamento mostrado no mapa teria sido maior, se não tivessem ocorridos: alterações na doutrina e na série das lições; alguns adiantamentos nas lições ocasionados por falta de tempo; cartas que apresentavam irregularidades e imperfeições; a indecisão em algumas disciplinas, o que a escola julgava normal e indispensável nos primeiros ensaios; a impossibilidade de multiplicar as classes, devido à falta de discípulos que estivessem preparados e devido ao retumbo do salão; a falta de escrita; a passagem repentina de letras, de uma grande manuscrita para um letra redonda e miúda; a supressão não preparada dos acentos sobre as vogais; a necessidade de dar aos discípulos determinados descansos.

As observações foram assinadas pelo Sócio e Diretor da escola, José da Costa Azevedo.

Mapa Estatístico da *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*

No mapa estatístico da escola da *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro* são apresentados os nomes de vinte alunos inscritos na Sociedade, a idade, a época de suas

admissões na escola, os conhecimentos que possuíam no momento em que entraram na escola da Sociedade, os conhecimentos que possuíam até o momento, as classes que faziam parte, (sendo estas divididas em classes de leitura e de aritmética), o número de faltas que tiveram e o número de lições feitas.

No mapa da Sociedade há 20 alunos inscritos e avaliados através dos conhecimentos que possuíam e os conhecimentos adquiridos na escola da Sociedade. Alguns membros, por estarem pouco tempo na Escola, não puderam ter seus conhecimentos adquiridos avaliados.

O membro mais novo tinha 6 anos e o mais velho 13 anos.

Os alunos geralmente ingressavam na sociedade por meio do pedido de algum membro, alguma carta solicitando o ingresso desses alunos por parte de familiares ou sócios. Era necessário que os alunos fossem assíduos e se comportassem de acordo com os valores de moralidade e higiene da sociedade.

Os nomes apresentados foram:

| N u m e r a ç ã o | Nome | I d a d e | Admissão | Conhecimentos Apresentados | Conhecimentos Adquiridos | Classes Leitura / Aritmética | F a l t a s | L i ç õ e s |
|--|---------------------------------|----------------------------------|-----------------|---------------------------------------|-------------------------------------|---|--|--|
| 1 | José Maria da Costa Azevedo | 9 | 28 fev. 1833 | Lia vagamente | Lê corrente | IV e II | 18 | 46 |
| 2 | José da Costa Azevedo | 7 | 28 fev. 1833 | Nada sabia | Lê devagar | III e II | 18 | 46 |
| 3 | João Laurenti da Silva Mattos | 6 | 28 fev. 1833 | Nada sabia | Lê qualquer nome | II e I | 2 | 62 |
| 4 | Manoel Francisco José de Araujo | 8 | 1 mar. 1833 | Nada sabia | Lê qualquer nome | II e I | ... | 63 |
| 5 | José Ignacio Guimarães | 9 | 5 mar. 1833 | Lia muito pouco | Lê meiramente | IV e I | 4 | 55 |
| 6 | João Francisco José de Araujo | 12 | 7 mar. 1833 | Soletava muito pouco | Lê qualquer nome | II e I | 6 | 51 |
| 7 | Adolfo Crispiniano Valdetaro | 6 | 8 mar. 1833 | Soletava muito pouco | Lê devagar | III e I | 6 | 50 |
| 8 | Emilio João Valdetaro | 11 | 8 mar. 1833 | Soletava pouco | Lê devagar | III e I | 1 | 55 |
| 9 | Camillo Valdetaro | 7 | 8 mar. 1833 | Soletava muito pouco | Lê devagar | III e I | 1 | 55 |
| 10 | Antonio de Azevedo | 7 | 12 mar. 1833 | Nada sabia | Desaparecido | | 44 | 14 |
| 11 | Frederico Januario da Silva | 10 | 16 mar. 1833 | Lia muito pouco | Lê meiramente | II e I | 8 | 38 |

| | | | | | | | | |
|----|---------------------------------|----|-------------------------------|-------------------------------|---|----------|------|----|
| 12 | Antonio Machado | 7 | 1 abr. 1833 | Soletava | Lê devagar | III e II | | 46 |
| 13 | José Maria de Carvalho | 11 | 7 maio 1833 | Lia, escrevia, contava pouco. | Lê corrente | IV e II | 3 | 20 |
| 14 | Carlos Arthur Busch Varela | 8 | 20 maio 1833 | Lia pouco | Lê devagar | III e I | 1 | 12 |
| 15 | Leopoldo Frederico Busch Varela | 6 | 20 maio 1833 | Nada sabia | Lê certos nomes | I | 1 | 12 |
| 16 | José Pinto Magalhães | 7 | 2..- data imprecisa maio 1833 | Nada sabia | Lê certos nomes | I | | 12 |
| 17 | João Duarte Nunes | 13 | 3jun 1833 | Lia, escrevia, contava pouco | Não há tempo para conhecer dos seus adiantamentos | IV e II | | 3 |
| 18 | Carlos Vieira da Costa | 9 | 3jun 1833 | Lia muito pouco | Não há tempo para conhecer seus adiantamentos | III e I | | 3 |
| 19 | Felippe Vieira da Costa | 8 | 3jun 1833 | Lia muito pouco | Não há tempo para conhecer seus adiantamentos. | III e I | | 3 |
| 20 | Antonio Mariano de Azevedo | 6 | 5jun 1833 | Lia muito pouco | Não há tempo para conhecer seus adiantamentos | III e I | | 1 |

Havia na Sociedade alunos que possuíam todo o sobrenome igual, o que indica que podiam ser da mesma família. Os membros também foram admitidos na mesma data, exceto os de sobrenomes: de Azevedo; de Araújo, já que estes membros apresentaram-se em datas diferentes. Há, ainda, o fato de apresentarem a mesma quantidade de faltas para aqueles cuja apresentação tenha sido na mesma data, exceto os de sobrenome Valdetaro, que havia três alunos com tal sobrenome matriculados e um deles possuía um número de falta superior aos outros dois.

Havia dois segmentos de ensino: Literatura e Aritmética. A classe de literatura era composta por 4 turmas (de I a IV). A de aritmética era composta por duas turmas (I e II).

Número de alunos matriculados de acordo com a faixa etária:

| Idade | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
|------------------|---|---|---|---|----|----|----|----|
| Número de alunos | 4 | 5 | 3 | 3 | 1 | 2 | 1 | 1 |

Número de alunos matriculados de acordo com o sobrenome completo por igual:

| Sobrenome | Número de matriculados |
|------------------|------------------------|
| da Costa Azevedo | 2 |
| da Silva Mattos | 1 |

Número de alunos matriculados de acordo com a turma:

| Turma | I | II | III | IV |
|-------------------|----|----|------------------|------------------|
| Literatura | 2 | 4 | 9 | 4 |
| Aritmética | 12 | 5 | Não existe turma | Não existe turma |

| | |
|-----------------|---|
| José de Araújo | 2 |
| Guimarães | 1 |
| Valdetaro | 3 |
| de Azevedo | 2 |
| da Silva | 1 |
| Machado | 1 |
| de Carvalho | 1 |
| Busch Varela | 2 |
| Magalhães | 1 |
| Duarte Nunes | 1 |
| Vieira da Costa | 2 |

As avaliações dos conhecimentos dos membros eram divididas da seguinte forma: a situação do aluno no momento de sua admissão na escola e os conhecimentos até o momento documentados no mapa. Os conhecimentos apresentados no momento da admissão eram definidos das seguintes maneiras: lia vagamente; nada sabia; lia muito pouco; soletrava muito pouco, lia pouco; lia, escrevia, contava pouco. Já os conhecimentos atuais eram definidos como: lê corrente; lê devagar; lê qualquer nome; lê meiantemente; lê certos nomes e os que não houveram tempo de serem avaliados. Há, ainda, a presença de um aluno que parou de frequentar as aulas e não justificou a ausência.

Número de alunos avaliados de acordo com os conhecimentos apresentados:

| Conhecimentos Apresentados | Número de Alunos |
|----------------------------|------------------|
| Lia devagar | 1 |

Número de alunos avaliados de acordo com os conhecimentos adquiridos:

| | |
|-------------------------------------|---|
| Nada sabia | 6 |
| Lia muito pouco | 5 |
| Lia pouco | 1 |
| Soletrava | 1 |
| Soletrava pouco | 1 |
| Soletrava muito Pouco | 3 |
| lia, escrevia, contava pouco | 2 |

| Conhecimentos Adquiridos | Número de alunos |
|--|-------------------------|
| Lê corrente | 2 |
| Lê devagar | 6 |
| Lê meia mente | 2 |
| Lê certos nomes | 2 |
| Lê qualquer nome | 3 |
| Desaparecido | 1 |
| Não há tempo para conhecer dos seus adiantamentos | 4 |

Número de alunos matriculados de fevereiro a junho de 1833, meses analisados no relatório:

| Mês | Número de alunos |
|------------------|-------------------------|
| Fevereiro | 3 |
| Março | 8 |
| Abril | 1 |
| Mai | 4 |
| Junho | 4 |

A escola documentou no mapa estatístico como ocorreu o seu funcionamento e cada aluno recebeu uma numeração, em que cada um, de acordo com ela, desempenhava uma função na classe.

O início das lições de leitura ficou previsto para março. O método utilizado seria o chamado de *Lições de Ler por J. C. A.*, tendo uma única classe. A turma teria um monitor, que seria o discípulo nº1 (José Maria da Costa Azevedo), que foi educado pelo mesmo método. O método utilizado era o Lancasteriano de ensino.

Em 15 de abril, no momento de descanso permitido à turma, os discípulos que estavam mais adiantados, que eram os de números 1, 5 e 11 (José Maria da Costa Azevedo, José Ignacio Guimarães, Francisco Januario da Silva), começaram a ler a história de Simão de Nantua, mercador de feiras.

Tal obra era de autoria de Padre Antonio Pereira de Caldas, que era considerado um renomado orador.⁷⁰

Em 29 de maio, os discípulos de números 2, 7, 8, 9, 12 e 14 (José da Costa Azevedo, Adolfo Crispiniano Valdetaro, Emilio João Valdetaro, Camillo Valdetaro, Antonio Machado e Carlos Arthur Busch Varela) iniciaram a leitura do mesmo livro. Já em 26 de maio, iniciaram as lições de aritmética, em uma classe única, que foi instruída pelo diretor, com o consentimento do professor.

Em 29 de maio, os discípulos 1, 2, 12 e 13 (José Maria da Costa Azevedo, José da Costa Azevedo, Antonio Machado e José Maria de Carvalho), considerados como os mais adiantados formaram a classe II.

Foi documentado no mapa que todos os alunos que estavam lendo ou soletrando alguma coisa, apresentaram uma ortografia que ainda precisava melhorar, com exceção dos discípulos 1 e 14 (José Maria da Costa Azevedo e Carlos Arthur Busch Varela).

Esclarecem a divisão em 4 classes de leitura, tendo a classe I, a ocupação de leitura de cartas; a II, preparar para a leitura de letra redonda; a III e IV, a leitura da história de Simão de Nantua. Todas as classes realizavam sobre as cartas exercícios ortográficos.

Os monitores da classe I são: um discípulo da classe II ou da III, que era nomeado diariamente. Já nas classes II, III e IV, nos exercícios ortográficos, o nomeado era o discípulo número I (José Maria da Costa Azevedo). O das classes III e IV, no momento da lição, era o professor.

O mapa documenta também, a existência de duas classes de aritmética. Os monitores são: Da classe I, o professor; da II, o diretor. O funcionamento das classes obedecia as seguintes normas: a classe I trabalhava diariamente. Já a classe II funcionava nos dias em que o diretor estava na escola.

As atividades das classes eram divididas da seguinte forma: a classe I trabalhava a numeração falada e escrita, a leitura dos números inteiros, exposição do princípio fundamental da nossa numeração e sua aplicação, a solução de problemas. Já a classe II teria os mesmos exercícios, além de tarefas sobre os números decimais, composição, decomposição de um número qualquer, inteiro ou decimal, emprego de signos algébricos.

Há documentado que os alunos de números 1, 2, 7, 8, 9, 12, 13 e 14 (José Maria da Costa Azevedo, José da Costa Azevedo, Adolfo Crispiniano Valdetaro, Emilio João Valdetaro, Camillo Valdetaro, Antonio Machado, José Maria de Carvalho e Carlos Arthur

⁷⁰ DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica à moda brasileira: transições da cultura oral para a cultura escrita no ensino fluminense de 1746 a 1834*. São Paulo. Editora Unesp, 2013. p. 97.

Busch Varela) eram considerados muito distintos na leitura; os de números 3, 4, 5 e 11 (João Laurenti da Silva Mattos, Manoel Francisco José Rodrigues, José Ignacio Guimarães, Francisco Januário da Silva) eram considerados medianos, e o número 6 (João Francisco José de Araujo) era pouco distinto se comparado aos outros alunos citados.

Já na aritmética, eram considerados muito distintos, os números 1, 2, 12 e 13 (José Maria da Costa Azevedo, José da Costa Azevedo, Antonio Machado e José Maria de Carvalho). Os medianos eram os números 3, 4, 5 e 11 (João Laurenti da Silva Mattos, Manoel Francisco José Rodrigues, José Ignacio Guimarães e Francisco Januário da Silva). Os números 3, 4, 5 e 6 (João Laurenti da Silva Mattos, Manoel Francisco José Rodrigues, José Ignacio Guimarães e João Francisco José de Araújo) eram pouco distintos se comparados aos outros alunos citados.

No mapa da sociedade, constam apenas nomes de meninos. As meninas não participavam das classes da Sociedade, diferentemente da *Sociedade Amante da Instrução*, que também será abordada nesse trabalho.⁷¹

Publicações dos Jornais analisados sobre a *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*:

⁷¹ Primeiro Mappa Estatístico da Escola da Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro. Apresentado ao Conselho em sessão de 13 de junho de 1833, pelo sócio efetivo e diretor da Escola, José da Costa Azevedo.

A Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro no Jornal Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario

A Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro também usava o jornal para fazer comunicado sobre a realização de suas Sessões. O jornal era o meio utilizado pela associação para comunicar as reuniões que seriam realizadas.

Domingo 3 de Junho pelas 11 horas da manham e no lugar de costume haverá reunião em Assembléa geral dos membros effectivos da Sociedade de Instrução Elementar a fim de tomar posse o Conselho ultimamente eleito. Salla das sessões em 27 de Maio de 1832, 2ª Regeneração.

O Secretario – F.C Valdetaro

Rio de Janeiro

(...) No *independente* de sabbado passado ha excellentes reflexões sobre a educação das diferentes classes da sociedade, a sua leitura nos fez recordar de alguns passos que no ministério do Sr. Lino Coutinho se derão para a reforma do Seminario de Sr. Joaquim, instituído para o ensino dos meninos pobres, e os quaes parecem não ter surtido effeito. Hum plano de reformação que a *Sociedade de instrucção elementar* confeccionara, ficou em theoria, quando alias o temos por facilmente adaptável áquelle Seminario. Nada mais improprio do que dar-se a meninos que hão de procurar a subsistencia nos trabalhos mechanicos, o tyrocínio que deve servir de preparatório para Medicos e Letrados, e que de ordinário os leva ao amor da ociosidade, e logo que chegão ao termo do que se lhes faz allí aprender, a hum estado de perplexidade, que os deixa sem modo honesto de vida, e mesmo com certa repugnância ás profissões que mais facilmente podiam dar-lhe o pão. O ensino elementar da leitura, escripta, contabilidade, desenho, e geometria deve ser acompanhado do exercício de alguma arte mechanica, em que os meninos se habituem ao trabalho, e ganhem luzes de hum officio lucrativo. Lançados depois disso no meio da sociedade, elles não hirão augmentar o numero dos vagabundos e ociosos. (...) ⁷²

O jornal *Aurora Fluminense* apresenta uma crítica sobre a educação das diferentes classes da sociedade. O jornal diz que *O Independente* em uma publicação fez excelentes reflexões sobre o tema. Segundo o *Aurora Fluminense*, o Seminário de Sr. Joaquim não estava colocando em prática as reformas propostas pela *Sociedade de Instrução Elementar*. Segundo o jornal, a educação dada naquele seminário não era própria a meninos que iam procurar a subsistência em trabalhos mecânicos, já que no estabelecimento, o aprendizado oferecido deveria servir de preparatório para médicos e letrados. Sendo assim, segundo o jornal, os meninos ficavam expostos a ociosidade, sem um modo honesto de vida e com repugnância a profissões que seriam as responsáveis por dar-lhes o pão.

Nota-se na publicação que a educação era diferente para as classes sociais. Havia na sociedade, a preocupação em ensinar aos jovens das camadas pobres um ofício. O jornal e a *Sociedade de Instrução Elementar*, imprensa e instituição pedagógica respectivamente, que buscavam para si a função de “portadores da luz” que esses jovens precisavam, defendiam

⁷² Jornal *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, 1385 – 1386.

um ensino voltado para a aprendizagem de um ofício. Defender a educação da população, não era o mesmo que defender uma educação igual para todos. Pelo contrário, havia grande diferença. A educação da população pobre deveria ser uma e a da elite, outra. Por isso, o incômodo de imprensa e associação pedagógica com o ensino que estava sendo destinado aos meninos que procuravam o Seminário de Sr. Joaquim.

Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro no Jornal O Independente

Há na publicação do jornal, o anúncio da instalação da Sociedade de *Instrução Elementar do Rio de Janeiro*.

Instalou-se no dia 18 do corrente a Sociedade de Instrução Elementar, que já ha muito fora anunciada em um dos numeros do Patriota: o fim desta associação he promover, quanto possivel for, o melhoramento dos methodos de instrucção elemental. Quando se considera os atrazos, os inconvenientes, os vicios mesmos da instrucção primaria dos nossos filhos; quando se considera que as primeiras noções adquiridas na idade infantil são as que mais profundas e duradouras impressões, produzem sobre nós, quando se considera em fim nos grandes resultados, que provirão d'um systema methodico, seguido desde o ensino dos primeiros elementos da instrucção até os ramos mais complicados dos conhecimentos humanos; (...) ⁷³

Eram os jornais quem comunicavam a instalação de alguma sociedade. A população, outras associações ficavam sabendo de sua existência e seus propósitos. O funcionamento das mesmas, desde a sua instalação estava atrelado a imprensa, já que era ela quem tornava pública a sua existência e desempenhava papel fundamental na sua organização.

A Sociedade convocava seus sócios, através de avisos no jornal para a reunião em assembleia geral. No próprio estatuto da sociedade consta que as convocações para as reuniões seriam feitas através de periódicos.

Aviso

O Conselho da Sociedade d'Instrucção Elemental do Rio de Janeiro, convoca todos os Srs. Socios da mesma, para reunião em assembléa geral, domingo 17 do corrente ao meio dia, no lugar do costume.

O Secretario
F. C Valdetaro⁷⁴

A Sociedade utilizava o jornal para fazer comunicados e convites para a população ou determinado público que determinava atingir. Em uma publicação no Jornal *Aurora Fluminense* convida professores de escolas de primeiras letras, públicos e particulares para assistirem uma sessão da sociedade para refletirem sobre o desempenho e os fins da mesma.

⁷³Jornal *O Independente*. Anno 1831, terça feira, 21 de junho. N. 15. P.57

⁷⁴ Jornal *O Independente*. Anno 1831, sexta feira, 15 de junho. N. 22. P. 88.

A Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro deseja de preencher do melhor modo que lhe for possível a importante tarefa de que se incumbio, tendo procurado todos os meios conducentes ao fim de sua instituição – o melhoramento da instrução elementar neste império – conta como hum dos mais eficazes a deliberação tomada pelo Conselho em sessão de 9 do corrente para que sejam convidados dos Jornaes todos os senhores Professores d’escolas de primeiras letras quer publicos quer particulares a assistirem as sessões da Sociedade que se fazem todos os domingos do meio dia as duas da tarde em huma das salas por baixo do muzeu nacional, cuja entrada he pela rua dos Siganos. A sociedade confiada nas luzes, patriotismo e filantropia das pessoas, incumbidas entre nos do interessante trabalho de dirigir os primeiros passos da infancia, espera que nao recuzarão coadjuval-a com as suas reflexões no desempenho dos fins a que ella se ha proposto. Sala das sessões em 10 de outubro de 1831, 1º da Regeneração.

O Secretario

F. C. Valdetaro ⁷⁵

Os jornais e as Sociedades pedagógicas estivarem intimamente ligados. O amplo funcionamento dessas sociedades dependia das publicações que eram feitas nos periódicos.

Por outro lado, os assuntos que recebiam grande destaque nos periódicos eram aqueles voltados à educação. Imprensa, jornais e sociedades pedagógicas foram primordiais para o desenvolvimento da escolarização da sociedade e do chamado projeto de “civilização”.

CAPITULO III:

Sociedade Amante da Instrução

Organização e funcionamento:

⁷⁵ Jornal *O Independente*. Anno 1831, terça feira, 25 de outubro. N.51.

A *Sociedade Amante da Instrução* teve início em 1829, com o nome de *Sociedade – Jovial e Instructiva*. No dia 15 de agosto de 1831 foi denominada de *Sociedade Amante da Instrução*. O ato solene da instauração ocorreu no Beco da Lapa.⁷⁶

No Resumo Histórico da Sociedade⁷⁷ ficou documentado que os dez fundadores da Sociedade organizaram os Estatutos provisórios.

Por quase dois anos, a Sociedade permaneceu funcionando em um espaço pequeno com recursos limitados; portanto, seus membros, resolveram dar publicidade a Sociedade, no intuito de definir e dar solidez a sua existência.

Em 1º de outubro de 1831 foram abertas as aulas de gramática, francês, música e taquigrafia, tendo alguns sócios como professores de forma gratuita. Em 24 de dezembro foram aprovados e publicados os estatutos da Sociedade. Em 7 de janeiro de 1832, iniciou-se a aula de primeiras letras, destinada a meninos pobres, especialmente órfãos. No início foram admitidos 16 alunos.

A Sociedade foi crescendo rapidamente e garantindo novos sócios, necessitando de um espaço maior para o funcionamento da Sociedade. No dia 1º de fevereiro de 1832, mudaram-se para o edifício do largo d’Ajuda, esquina da rua Santa Luzia. Devido a mudança e alteração no seu funcionamento, a Sociedade fez reformas em seus Estatutos. Em 22 de janeiro de 1833, houve a instauração desses estatutos.

Em 10 de abril de 1834, membros da Sociedade reuniram-se em uma assembleia geral dos sócios, com o objetivo de decidir sobre a proposta do Conselho de tentar obter para a Sociedade, a proteção do monarca. A proposta foi aprovada por todos os sócios.

Em 24 de abril de 1834, a comissão recebeu a resposta do monarca, que aceitou o título de Protetor da Sociedade.

Em 1835, as aulas secundárias foram suspensas, no entanto, as aulas de primeiras letras foram mantidas. As aulas de primeiras letras receberam maior número de alunos e foi dividida em duas, sendo uma para 150 meninos e outra para 50 meninas. Nas turmas, a terça parte era destinada para os filhos dos sócios e as outras aos indigentes, especialmente aos órfãos.

⁷⁶ Resumo Histórico sobre a Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Typ. do Diário, de N. L. Vianna, 1840.

⁷⁷ Idem.

A sociedade possuía uma Comissão de Caridade para atender aos necessitados com calçado e vestuário, e também cuidados médicos e de farmácia, que eram oferecidos por alguns sócios.

Em 7 de novembro de 1838 foi decretada a reforma pelo Conselho que administrava a Sociedade e incumbiu uma comissão responsável pela Reforma dos Estatutos. Em 9 de janeiro de 1839 foi apresentado o projeto ao Conselho, que passou por um processo de decisão realizado em assembleia geral dos sócios no dia 1º de agosto de 1839, aprovando o Estatuto. Depois de aprovado, foi autorizado ao Conselho seguinte que fizesse alterações, para que o mesmo fosse definitivamente adotado e sancionado.⁷⁸

No primeiro relatório, datado de 21 de agosto de 1831, elaborado por Luiz Antônio Goulart, primeiro presidente da Sociedade, enfatizava:

A Sociedade Amante da Instrução teve principio em 5 de Setembro de 1829, debaixo titulo – Jovial e instructiva – e foram seus fundadores o Sr. Joaquim Bernardo Leal, Luiz Antonio Goulart, Francisco Antonio Sobral, Victorio José Barbosa da Lomba, José Lopes Xavier, Ludgero Braulio Ferreira, João Carneiro dos Santos, Damazo da Fonseca Lima, Elias Affonso Lima e Luiz José do Murinelly.

A Sociedade adquirio nova organização com a denominação actual em 15 de Agosto de 1831, com a cooperação dos sobreditos e dos Srs. Manoel Gaspar de Siqueira Rego, Francisco Dionysio da Silva, João Marcello Brasil, Domingos de Azevedo Coutinho Duque Estrada, Antonio Felix Martins, José Custodio da Fonseca Paes, João Antonio de Sampaio, Alvaro Antonio Marcello, Manoel Rodrigues de Oliveira, Severiano Maria Dias da Cruz e Severiano José de Almeida Goulart.⁷⁹

Genaro Rangel apresenta em sua obra, alguns dados dos fundadores e sócios da sociedade. O autor enfatiza a dificuldade em traçar a idade de alguns dos sócios; no entanto, apresenta os dados de alguns na época da fundação da *Sociedade Jovial e Instructiva* em 1829:

Damazo da Fonseca Lima tinha 17 anos; Elias Affonso Lima, 20 anos e era primo de Damazo da Fonseca Lima; Francisco Antônio Sobral, 21 anos; João Carneiro dos Santos, 25 anos; Joaquim Bernardo Leal, 21 anos; Luiz José Murinelly, 18 anos; Ludgero Braulio Ferreira, 20 anos e Victório José Barbosa da Lomba, 17 anos. Não há informação a respeito da idade de José Lopes Xavier.⁸⁰

Nota-se que os fundadores da sociedade eram todos jovens estudantes.

⁷⁸ Resumo Histórico sobre a *Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Typ. Do Diario, de N. I. Vianna. 1840. p.6

⁷⁹ Primeiro relatório estabelecido da sala de sessões em 11 de julho de 1838 da Sociedade *Amante da Instrução* elaborado por Luiz Antônio Goulart, 1º presidente da Sociedade In: RANGEL, Genaro. *Semeadura e Colheita : Memória Histórica da Imperial Sociedade Amante da Instrução*. Belo Horizonte, Lutador, 1979. p.73.

⁸⁰ RANGEL, Genaro. *Semeadura e Colheita: memória histórica da imperial sociedade amante da instrução*. Belo Horizonte, Lutador, 1979. p.66

Damazo da Fonseca Lima quando fundou a sociedade era músico e cantor. Matriculou-se na Academia Militar e em 1834 tornou-se Segundo Tenente. Em 1837 foi promovido a 1º tenente e encarregado de levantar a planta da Capital de Alagoas. Dirigiu a matriz das obras de Niterói. Foi promovido a capitão e enviado ao Espírito Santo. Estado que permaneceu até a sua morte em 1849.⁸¹

Elias Affonso Lima, na época da fundação da sociedade trabalhava no Arsenal de Guerra. Em 1837 desempenhou a função de escrivão e em 1840 a função de escrevão. Em 1851 tornou-se o 2º Oficial da Secretaria e em 1855 ocupou o cargo de Secretário, função em que foi aposentado. Morreu em 1866.⁸²

Francisco Antônio Sobral frequentou o Convento de Santo Antônio juntamente com Joaquim Bernardo Leal, no entanto, Sobral não completou o curso. Empregou-se na Secretaria de Colonização, posteriormente na Secretaria do Arsenal de Guerra e após o falecimento de sua mãe em 1830, foi fazer a escrita comercial de um tio que era comerciante em São Cristóvão. Em 1838, se empregou na Repartição do Troco do Cobre e posteriormente na Coletoria Geral da Província do Rio de Janeiro. Desempenhou também a função de escrivão da Secretaria da Santa Casa da Misericórdia. Não há registro sobre a data de sua morte. Sabe-se que em 1867 estava vivo e que em 1879 já havia morrido.⁸³

João Carneiro dos Santos desempenhou a função de contínuo na Secretaria do Arsenal de Guerra. Em 1846 foi para Maricá e abriu uma escola para meninos. Escola que não se tem maiores informações. Morreu em 1858⁸⁴

Joaquim Bernardo Leal estudou no Seminário de São José. Em 1821 foi estudar filosofia no Convento de Santo Antônio. Empregou-se na Secretaria do Arsenal de Guerra na Misericórdia. Ao perder o emprego no Arsenal, ofereceu-se para ocupar o cargo de professor na sociedade, de maneira gratuita, enquanto ela não pudesse pagar. Em 1834 passou a dar aulas particulares na Lapa. Em 1841 foi convidado por José Clemente Pereira para trabalhar na Secretaria da Santa Casa como oficial – major. Passados sete anos nessa função, voltou a dar aulas aos meninos na sociedade Amante da Instrução. Renunciou ao cargo e foi lecionar em um estabelecimento dirigido pelo Monsenhor Silveira, Bispo do Maranhão. Em 1853 foi convidado a trabalhar na Secretaria da Ordem Terceira da Penitência. Emprego em que provavelmente permaneceu até a sua morte em 1882.⁸⁵

⁸¹ IDEM, *Ibidem*. P. 102-103

⁸² IDEM, *Ibidem*. p. 103-104

⁸³ IDEM, *Ibidem*.p. 105.

⁸⁴ IDEM, *Ibidem*. p. 108

⁸⁵ IDEM, *Ibidem*. p. 92-95

José Lopes Xavier, em 1859 foi nomeado Juiz de Paz na Freguesia de José da Boa Morte e aguardava o juramento.⁸⁶

Ludgero Bráulio Ferreira em 1824 era empregado na casa comercial de Salvador Correia de Sá. Em 1827 foi trabalhar na Tesouraria das Tropas. Em 1834, com a invalidez de seu pai, empregou-se como guarda da alfândega. Morreu em 1865.⁸⁷

Luiz Antonio Goulart foi praticante, função equivalente a de alferes no quartel general do Comando das Armas. Por volta de 1852, foi aposentado, desempenhando a função de 3º escrivão no Tesouro Nacional. Morreu em 1880.⁸⁸

Luiz José Murinelly em 1830 desempenhava a função de taquígrafo nas duas casas do Parlamento e também trabalhou na Assembléia Fluminense. Desempenhou a função de almoxarife do Arsenal de Marinha. Morreu em 1877.⁸⁹

Victorio José Barboza da Lomba no ano da fundação da sociedade era estudante dos preparatórios. Em 1830, iniciou o curso na Academia Militar que funcionava no Arsenal de Guerra, na Misericórdia, sendo 1º cadete no Corpo de Artilharia a Cavalos. Em 1883 tornou-se almirante na Academia de Marinha. Lutou nas guerras do sul e do Paraguai. Morreu em 1889.⁹⁰

A nova organização da sociedade teve a participação de Antonio Felix Martins, médico que foi membro da Junta Central de Hygiene Publica criada em 14 de setembro de 1850; Alvaro Antonio Marcello, também médico; Domingos de Azevedo Coutinho Duque Estrada, médico homeopata; João Antonio de Sampaio, comerciante; João Marcello Brasil, cirurgião vacinador; José Custodio da Fonseca Paes, médico tenente cirurgião do Corpo de Saúde do Exército; Manoel Gaspar de Siqueira Rego, proprietário da tipografia do Teatro de São Pedro de Alcântara; Manoel Rodrigues de Oliveira, médico;⁹¹ Severiano Maria Dias da Cruz que enviou um requerimento a câmara solicitando sua admissão como taquígrafo em 1827.⁹²

⁸⁶ *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1859.* Fundado por Eudardo Laemmert. Décimo sexto anno. Rio de Janeiro em Casa dos Editores – proprietários Eduardo e Henrique Laemmert. Rua da Quitanda, nº 77. Ano: 1859.

⁸⁷ RANGEL, Genaro. *Semeadura e Colheita: memória histórica da imperial sociedade amante da instrução.* Belo Horizonte, Lutador, 1979. p. 109-110.

⁸⁸ IDEM, *Ibidem.* p. 98

⁸⁹ IDEM, *Ibidem.* p.99-100

⁹⁰ IDEM, *Ibidem.* p. 100-102.

⁹¹ *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1859.* Fundado por Eudardo Laemmert. Décimo sexto anno. Rio de Janeiro em Casa dos Editores – proprietários Eduardo e Henrique Laemmert. Rua da Quitanda, nº 77. Ano: 1859.

⁹² *Diário da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil.* 1827. p.80

Fizeram parte do quadro de sócios da sociedade, nomes importantes como: Araújo Lima; Cairu e Monte Alverne; Manoel Jacinto Nogueira da Gama, o Marquês de Baependi; o Desembargador José Antônio da Silva Maia; Carlos José de Almeida; Angelo Saldanha, o Visconde de Alcântara; Coronel Manoel João Goulart; Luiz Vicente de Simoni; Mosenhor João Nepomuceno; Vigário Bernardo José da Silva Veiga;⁹³

Na nova organização da sociedade, nota-se a presença de nomes importantes e que tinham já alguma influência na sociedade, diferentemente da sua primeira organização, em que os fundadores eram ainda estudantes.

Na nova organização, a sociedade pode contar com o serviço de alguns sócios e de membros da sociedade que se ofereciam para fornecer algum serviço. José Carvalho Ribeiro que era proprietário da Casa da Sociedade em 1832, ofereceu 6 meses de aluguel da sede; Luiz Antônio da Costa que era dono de botica ofereceu medicamentos grátis aos meninos assistidos. O Dr. Luiz Vicente Simoni prestava serviços médicos gratuitos; o Dr. Francisco Alves de Moura que era médico da Corte também ofereceu seus cuidados aos meninos, assim como o Dr. Duque Estrada; José Carlos Fluminense que era proprietário do Teatro do Vallongo, ofereceu um espetáculo para auxiliar na compra dos vestuários para os meninos; José Soares de Azevedo que era o diretor do Colégio Emulação, para jovens abastados, ofereceu bolsas de estudo em que dava seis vagas na escola para meninos indicados pela *Sociedade Amante da Instrução* a cada ano.⁹⁴

A Reforma do Estatuto foi aprovada e sancionada no dia 30 de julho de 1840 e a exposição do Estatuto foi aprovada pelo Conselho no dia 5 de agosto de 1840.

Há duas publicações do Estatuto da Sociedade. A publicada em 1836 pela *Typografia do Diario, de N.L. Viana*, em que O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 22 de janeiro de 1833, tendo como presidente Narcizo da Silva Nepomuceno; Joaquim Bernardo Leal como 1º Secretário e Luiz Antonio Goulart como 2º Secretário. A publicação de 1840 foi feita pela mesma tipografia, *Typografia do Diario, de N.L. Viana*, estabelecida na sala de sessões, no dia 30 de julho de 1840, cujo o presidente era José Clemente Pereira; o 1º Secretário, Joaquim Bernardo Leal, e o 2º Secretário, Candido Porfirio de Assis Araujo.

Ficou estabelecido pela Sociedade, em seus Estatutos, que seu intuito era promover e proteger, quando estivesse ao seu alcance, a instrução. Para promover a instrução, a sociedade

⁹³ RANGEL, Genaro. *Semeadura e Colheita: memória histórica da imperial sociedade amante da instrução*. Belo Horizonte, Lutador, 1979. p.123 e 127

⁹⁴ *Ibidem*. p. 163-165.

estabeleceu aulas gratuitas, principalmente de ensino primário, para os jovens indigentes e aos filhos de sócios.

A sociedade não tinha limite para o número de sócios e aceitava ambos os sexos. Os sócios eram denominados como benfeitores ou efetivos no Estatuto de 1836.⁹⁵ Com a publicação da alteração dos Estatutos em 1840, os sócios passaram a ser divididos em: Honorários, Beneméritos, Benfeitores, Efetivos e Correspondentes, podendo uma mesma pessoa acumular títulos.

Os sócios poderiam ser nacionais ou estrangeiros. No entanto, para ser sócio efetivo era necessário que residisse no Império no momento de sua admissão. Os sócios efetivos deveriam pagar mensalidades e prestar serviços pessoais, no intuito de manter a Sociedade, fatores estes documentados no Estatuto de 1836. Já as sócias, se fossem efetivas, podiam ser nomeadas pela administração da Sociedade para inspecionarem a instrução das jovens.

A reforma de 1840 reforçou que as sócias, agora enfatizado que em qualquer categoria, não podiam participar da área administrativa da Sociedade, no entanto, podiam ser nomeadas para a inspeção das aulas voltadas para as meninas.⁹⁶

Na reforma publicada em 1840, foi acrescentado que os sócios efetivos seriam aqueles que governariam a área econômica e administrativa da Sociedade. Não era necessária nenhuma qualificação para ser admitido, somente a percepção da Sociedade do zelo deste sócio com a instituição e uma reconhecida moralidade. Ficou determinado que o sócio efetivo deveria contribuir com a caixa social quando entrasse na Sociedade com uma quantia que não poderia ser inferior a quatro mil reis e com a mensalidade de quinhentos reis por mês, ou, então, o sócio deveria pagar por uma vez, a quantia de 50 mil reis para exonerar-se das taxas.⁹⁷

No Estatuto de 1836, os sócios benfeitores deveriam apenas pagar a sua mensalidade, ou então contribuir algo a Sociedade ou prestar algum serviço relevante. No entanto, não poderia ser em um valor inferior a cento e cinquenta mil reis. Ao contrário dos sócios efetivos, aos benfeitores, o serviço pessoal não era obrigatório.

Os sócios benfeitores tinham direito ao voto juntamente com os efetivos nas eleições gerais, no entanto, as sócias não tinham direito ao voto.

⁹⁵ Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1836 pela Typografia do Diario, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 22 de janeiro de 1833. Art. 5°.

⁹⁶ Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1840 pela Typografia do Diario, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 30 de julho de 1840, Título I, Art. 9.

⁹⁷ *Ibidem*. Título I, Art. 7.

Na reforma dos Estatutos em 1840, foi documentado que embora não fossem obrigado a assumir cargos da Sociedade, o sócio benfeitor poderia ser convocado a servir em algum cargo, cabendo a ele aceitar ou não. Ficou estabelecido ainda que, além do direito ao voto nas eleições gerais, tinham também nas assembleias.

Com a Reforma dos Estatutos, surgiram as figuras dos Sócios Honorários, Beneméritos e Correspondente.⁹⁸

| Estatuto de 1836 | Estatuto de 1840 |
|---|---|
| <p>Sócios Benfeitores: podiam ser nacionais ou estrangeiros. Deveriam apenas pagar a sua mensalidade, ou então, contribuir algo a Sociedade ou prestar algum serviço relevante. No entanto, não poderia ser um valor inferior a cento e cinquenta mil reis. Serviço pessoal não era obrigatório. Tinham direito ao voto nas eleições, exceto as mulheres. Poderia ser convocado a servir em algum cargo, cabendo a ele aceitar ou não.</p> | <p>Reforçou que as mulheres sócias benfeitoras ou de qualquer outra categoria, não podiam participar da área administrativa da Sociedade. Podiam ser nomeadas para a inspeção das aulas voltadas para as meninas. Tinham o direito de discutir e votar em assembleias ordinárias e extraordinárias da Sociedade.</p> |
| <p>Sócios Efetivos: podiam ser, nacionais ou estrangeiros. Tinham que residir no império. As sócias efetivas podiam ser nomeadas para a administração da Sociedade para inspecionares a instrução das jovens. Deveriam pagar mensalidade e prestar serviços sociais no intuito de manter a Sociedade.</p> | <p>Foi acrescentado que os sócios efetivos seriam aqueles que governariam a área econômica e administrativa da Sociedade. Não era necessária nenhuma qualificação para ser admitido, somente percepção da Sociedade com a instituição e uma reconhecida moralidade. Deveria contribuir com a caixa social quando entrasse na Sociedade com uma quantia que não poderia ser inferior a quatro mil reis e com a mensalidade de quinhentos mil reis para exonerar-se das taxas. Serviço social obrigatório. Tinham direito ao voto, exceto as mulheres. Tinham o direito de discutir e votar em assembleias ordinárias e extraordinárias da Sociedade.</p> |

No Estatuto de 1840, surgiram os sócios: Honorário, Benemérito e Correspondente.

⁹⁸ *Ibidem*, Título I, Art 4 - 8

Sócios Honorários: eram aqueles indivíduos que tivessem feito algo através de sua ilustração para a melhoria da instrução primária ou científica. Eram aqueles que tiveram participação na fundação de estabelecimentos destinados a educação da mocidade. Isentos de taxas e de funções administrativas. Poderiam ser consultados nos negócios quando fosse necessário.

Sócio Benemérito: eram aqueles indivíduos que prestaram à Sociedade relevantes serviços pessoais e eram declarados como sócios fundadores. Tinham que contribuir para a fundação da Sociedade com uma quantia que não fosse menor que cento e cinquenta mil reis ou com algum donativo que fosse equivalente a essa quantia. Não eram obrigados a nenhuma prestação pecuniária, mas podiam ser convocados para cargos na Sociedade e era facultativo ao sócio aceitar ou não. Não tinham o direito de discutir e votar em assembleias ordinárias e extraordinárias da Sociedade.

Sócio Correspondente: indivíduo que dentro ou fora do império mantinha relações com a Sociedade através de informações que pudessem garantir a melhoria do instituto, que promoviam os interesses da associação. Tinham o direito de discutir e votar em assembleias ordinárias e extraordinárias da Sociedade.

No Estatuto de 1836 ficou estabelecido que a administração da Sociedade era responsabilidade de um Conselho que deliberava e administrava em nome da mesma. O Conselho era composto por 21 membros, que eram eleitos pelos sócios em um colégio eleitoral, de seis em seis meses. Eram considerados suplentes dos conselheiro, os imediatos a estes em votos e eram chamados de acordo com a maioria dos mesmos votos, através de um ofício do Secretário de acordo com as seguintes normas: não comparecimento de mais de quatro reuniões seguidas do Conselho; de ausência participada; de despedida voluntária; de óbito.⁹⁹ Com a Reforma de 1840 ficou estabelecido que a Sociedade seria administrada por dois Conselhos.

⁹⁹ Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1836 pela Typografia do Diario, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 22 de janeiro de 1833. Título II. Art. 8 – 10.

Quando estes suplentes estivessem reunidos, ocupando um lugar no Conselho, cabia a eles permanecerem na mesa, exceto no caso do Conselho atingir o número necessário para se constituir. Neste caso, o suplente com o menor número de votos devia retirar-se.

Com a reforma dos Estatutos em 1840, ficou estabelecido que a Sociedade seria administrada por dois Conselhos, modificando um pouco a dinâmica do seu funcionamento. Ficou estabelecido, um Conselho com vinte e um sócios que recebiam o título de Conselheiros e o outro era denominado de Grande Conselho composto por estes vinte e um sócios e com mais outros vinte um, que eram denominados de Consultores. Cabia a este Grande Conselho, decidir e conhecer apenas alguns negócios que deveriam ser tratados especialmente por ele. Os sócios Beneméritos e Benfeitores tinham assento e voto no Grande Conselho e os mesmos eram intitulados Consultores natos.¹⁰⁰ Os conselheiros e consultores eram nomeados de ano a ano. Os consultores eram nomeados entre os sócios de maneira geral e o Grande Conselho, entre os sócios que tivessem tido um ou mais cargos na Sociedade no período de pelo menos dois anos ou que fossem sócios efetivos por pelo menos três anos e cumprissem com o pagamento das mensalidades.¹⁰¹

Era atribuição do Conselho manter a guarda dos estatutos e dos regulamentos da Sociedade e fazê-los efetivos; deliberar e tomar medidas sobre os fins da Sociedade; criar aulas da Sociedade; suprimir as que julgassem necessárias; e elaborar os regimentos e instruções. O Conselho anda ficava responsável pela matrícula dos alunos, que eram comunicadas pelo diretor. Também era responsabilidade do conselho a dispensa desses alunos para os casos estabelecidos nos regulamentos.

Cabia ao Conselho nomear os responsáveis pelas aulas e os substitutos destes e qualquer outro empregado que não fossem da nomeação dos sócios, e estabelecer a quantia que os mesmos iriam receber. O Conselho também era responsável pela suspensão de todos os empregados que fossem de sua responsabilidade de escolha, se houvesse necessidade. O motivo deveria ser documentado e os acusados tinham o direito de serem ouvidos. A prestação de contas do tesoureiro, todas as vezes que se julgasse necessário, eram estabelecidas também pelo Conselho.

O Conselho deveria resolver as questões de despesas extraordinárias que surgissem e fossem necessárias, definir as despesas de caráter ordinário para os seis meses seguintes. Cabia ao Conselho também manter correspondências com as Sociedades científicas e

¹⁰⁰ Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1840 pela Typografia do Diario, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 30 de julho de 1840,.Titulo II Art. 10.

¹⁰¹ *Ibidem*. Título II Art. 11.

beneficentes tanto no Império, como fora dele e com as pessoas que eram úteis para a Sociedade.

Com as modificações do Estatuto de 1840 e o surgimento do Grande Conselho, ficou estabelecido que era função do Conselho propor ao Grande Conselho a reforma de algum ou alguns artigos dos Estatutos que parecessem necessitar de alteração ou adicionamento.¹⁰²

Com o surgimento do Grande Conselho, ficou estabelecido que o presidente e os secretários do Conselho também seriam do Grande Conselho.¹⁰³

As atribuições do Grande Conselho eram: guardar os Estatutos e conhecer a respeito do cumprimento das deliberações. Era responsável pela nomeação dos sócios honorários, beneméritos e benfeitores e por decretar honras especiais aos sócios que prestaram altos serviços e eram dignos do reconhecimento da Sociedade; nomear o presidente, vice presidente e secretários do Conselho, lembrando que essas funções deveriam ser ocupadas pelos mesmos membros do Conselho; nomear e demitir o diretor das aulas e o tesoureiro da Sociedade; criar aulas, colégios e quaisquer outros estabelecimentos para a instrução e educação da mocidade; criar lugares e empregos novos e estabelecer os ordenados; decretar a aquisição ao alienamento de bens de raiz, a compra e a venda de apólices da dívida pública, submetendo a alienação a sanção da assembleia geral; decretar as despesas extraordinárias que o outro Conselho propusesse; interpretar dúvidas que pudessem ocorrer sobre os Estatutos e oferecer a sanção da assembleia geral, a reforma ou o adicionamento de artigos de acordo com a proposta do outro Conselho; fazer as convocações extraordinárias à assembleia geral nos casos e para os fins que o Grande Conselho entendesse ser necessário; resolver qualquer negócio que o outro Conselho devolvesse a seu conhecimento e decisão.¹⁰⁴

Os Conselhos eram instalados no dia 1º de outubro de cada ano. Para que houvesse sessão do Conselho era necessário que pelo menos onze membros estivessem presentes e do Grande Conselho, vinte e dois. No entanto, ao que fosse referente a matrícula de alunos e os requerimentos estivessem bem informados também pelo diretor das aulas, poderia ser deferido em sessão de sete conselheiros.¹⁰⁵

A assembleia geral dos sócios também era proposta pelo Conselho, bem como, a reforma ou modificação de alguns artigos dos estatutos, desde que respeitando as normas da Sociedade.¹⁰⁶ A reforma ou modificação deveria ser aprovada por dois terços dos conselheiros

¹⁰² *Ibidem*. Título II Art13 (7º-9º).

¹⁰³ *Ibidem*. Título II Art 14º.

¹⁰⁴ *Ibidem*. Título II Art. 15 (1º - 11º).

¹⁰⁵ *Ibidem*. Título II Art. 16.

¹⁰⁶ *Ibidem*. Título II, Art. 8-12 (1º-8º)

presentes, devendo a proposta ser redigida e assinada pela mesa e apresentada à assembleia geral dos sócios. A assembleia geral deveria consentir a reforma ou modificações dos artigos, cabendo ao conselho seguinte a discussão em caráter ordinário. Sendo a proposta aprovada, ela era convertida em resolução e novamente apresentada à assembleia geral para ser sancionada. Após a reforma ou modificação desses estatutos ou de alguns dos artigos, novas propostas só deveriam ser recebidas de 4 em 4 anos e sempre respeitando a finalidade principal da Sociedade.¹⁰⁷

As sessões do Conselho eram duas a cada ano. A primeira ocorria no dia 25 de fevereiro e a segunda no dia 15 de agosto. Caso não houvesse a reunião com o número de conselheiros necessários para a sua abertura nos dias estabelecidos, os conselheiros reunidos estavam autorizados a convocar os suplentes.

A mesa do Conselho era composta por um presidente e dois secretários, que eram nomeados entre os membros. A duração da mesa deveria ser determinada pelo regimento interno. A nomeação dos componentes: presidente, vice presidente, secretários e comissões dos conselhos; a validação de seus diplomas; a política interna, como se daria a discussão; as horas e dias das sessões deveriam ser marcados no Regimento Interno.¹⁰⁸ Para que a sessão pudesse ser realizada, era necessária a presença de pelo menos onze membros.¹⁰⁹ As questões do Conselho eram resolvidas através da maioria de votos dos membros presentes, exceto o caso de pedido de reforma ou modificações do Estatuto. Neste caso, era necessária a aprovação de dois terços dos conselheiros. Sendo assim, a proposição era redigida e assinada pela mesa para ser apresentada a assembleia geral dos sócios.¹¹⁰

Na ausência de algum Conselheiro por quatro sessões seguidas e algum consultor eletivo por duas sessões seguidas, havia a substituição por aqueles que foram os imediatos em votos e a substituição ocorria até quando não estivesse preenchido o número dos conselheiros e consultores do ano.¹¹¹

A função de formalizar o orçamento também continuou sendo competência do Conselho, no entanto, no Estatuto de 1836, a formalização era referente a seis meses. Com o Estatuto de 1840 passou a ser ao ano. Continuava sendo função do Conselho decretar as

¹⁰⁷*Ibidem*. Título IX, Art. 47-49.

¹⁰⁸ Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1836 pela Typografia do Diario, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 22 de janeiro de 1833. Título II. Artigo 9 (9° - 11°) – 15.

¹⁰⁹ *Ibidem*. Título II, Art. 18.

¹¹⁰ *Ibidem*. Título IX. Art.47.

¹¹¹ *Ibidem*. Título II, Artigo 12.

despesas extraordinárias que pudessem surgir; no entanto, no Estatuto de 1840 ficou documentado que tais despesas não poderiam exceder a quantia de quatro centos mil reis.¹¹²

Nos Estatutos de 1836, a reunião dos sócios em assembleia geral ocorria nos dias primeiro de fevereiro e primeiro de agosto anualmente, e também sempre que fossem convocadas pelo Conselho. Aqueles sócios que não comparecessem no dia e hora estabelecido para a reunião deveriam acatar o que fosse decidido pelos presentes. Para que se constituísse assembleia geral, era necessária a reunião de 45 membros.¹¹³

A assembleia geral era presidida pelo presidente ou vice presidente do Conselho, e assumiam o cargo de secretários os mesmos do Conselho. Era função da assembleia geral: ouvir, examinar o relatório dos trabalhos do conselho que findava, o balanço geral da receita e despesa que o mesmo apresentasse. A assembleia deveria tomar as medidas necessárias para o bem da sociedade, sempre obedecendo as normas dos Estatutos.

A assembleia decidia se deveria ocorrer a reforma total ou parcial e modificações dos estatutos. Reformas e modificações estas propostas pelo Conselho. Cabia à assembleia geral resolver as propostas estabelecidas pelo Conselho, quando fosse convocada e consultada por este.

Nos Estatutos de 1840, ficou estabelecido que a assembleia geral ficaria constituída quando se reunisse quarenta e três votos. Se após repetidos anúncios, não se reunissem os votos, poderia haver a deliberação com os membros presentes. No caso de reunião extraordinária, se no primeiro anúncio não houvesse o número de votos, ocorria o segundo chamado. Se continuasse sem o número suficiente, o poder deliberativo era devolvido ao Grande Conselho, com os sócios que se achassem presentes na ocasião.¹¹⁴

Na Sociedade havia também a função de tesoureiro. Nos Estatutos de 1836, ficou documentando que ele era eleito no mesmo dia e da mesma maneira que os conselheiros e o responsável pelo Conselho. Era permitido ao tesoureiro assistir as sessões do Conselho e opinar sobre as questões financeiras, no entanto não era permitido a este, o direito ao voto sobre tais questões, exceto se estivesse desempenhando a função de conselheiro. Era atribuição do tesoureiro, organizar a conta geral da receita e a despesa, que deveria ser documentada. O tesoureiro deveria comunicar, através da voz ou por escrito, as informações

¹¹² *Ibidem*. Título II, Artigo 13 (6°).

¹¹³ Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1836 pela Typografia do Diario, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 22 de janeiro de 1833. Título III. Art. 19.

¹¹⁴ Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1840 pela Typografia do Diario, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 30 de julho de 1840, Título III Art. 22.

exigidas pelo Conselho. Não era permitido ao conselheiro fazer despesas, além das determinadas pelo Conselho.¹¹⁵

Nos Estatutos de 1840 ficou definido que o tesoureiro era a pessoa de confiança e o entendido em matérias de contabilidade. Era incumbido de arrecadar e guardar o dinheiro e os fundos da Sociedade. O tesoureiro tinha a responsabilidade das cobranças e a efetuação dos pagamentos que eram determinados pelas resoluções gerais ou especiais do Conselho, e deveria apresentar de três em três meses o balancete da receita, despesas e todas as vezes que fosse exigido. O tesoureiro era o responsável pela organização do projeto de orçamento da receita e da despesa anual. Deveria apresentar ao Conselho tal projeto até o dia 30 de junho de cada ano.¹¹⁶

Nas resoluções de 1836, o diretor de aulas na Sociedade era nomeado pelo Conselho na 1ª sessão ordinária depois de sua abertura. Era função do diretor, examinar, inspecionar o estado das aulas e a assiduidade dos professores responsáveis pelas aulas, denominados como lentes ou seus substitutos, comunicando tudo ao Conselho no início de cada mês. Era o diretor quem deveria propor ao Conselho os lentes ou substitutos para as aulas. O diretor deveria informar ao Conselho sobre a pobreza e indigência dos alunos que buscavam a admissão nas aulas primárias da Sociedade. Cabia ao diretor comunicar, por voz ou escrito, as informações que fossem exigidas pelo Conselho e cumprir as determinações.

O diretor deveria requisitar ao tesoureiro os objetos que fossem necessários para as aulas e as quantias delimitadas pelo Conselho para a despesa das mesmas. O diretor poderia também propor ao Conselho, o que achasse necessário para a melhoria de sua administração.¹¹⁷

Nas resoluções de 1840, ficou documentado que o diretor das aulas deveria ser uma pessoa distinta pela sua autoridade, letras e bons costumes, e era qualificação indispensável que proferisse a religião Católica Apostólica Romana. Ficou determinado como sendo obrigação do diretor: a inspeção das aulas; a vigilância da assiduidade e comportamentos dos professores e seus substitutos; a manutenção da ordem e disciplina dos alunos; o zelo pelos adiantamentos dos alunos, tanto instrutivos quanto morais e religiosos; propor ou emendar os métodos para a melhoria do ensino e representar por voz ou escrito tudo o que parecesse conveniente e necessário para que fossem executadas as importantes obrigações que eram

¹¹⁵Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1836 pela Typografia do Diario, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 22 de janeiro de 1833. Título IV. Art. 23-26.

¹¹⁶Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1840 pela Typografia do Diario, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 30 de julho de 1840, Título III. Art. 24.

¹¹⁷Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1836 pela Typografia do Diario, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 22 de janeiro de 1833. Título IV. Art. 23-26.

confiadas a ele. O diretor deveria apresentar, de três em três meses, um mapa que informasse o estado das aulas e um relatório geral no fim de agosto de cada ano.

Era atribuição do diretor propor ao Conselho, os professores e os substitutos para as aulas da Sociedade, dando preferência em suas propostas aos nacionais. Estes deveriam professar a religião do Império. Era atributo do diretor informar os requerimentos dos meninos pobres ou filhos dos sócios que tinham o interesse em se matricularem nas aulas da Sociedade.¹¹⁸

Tanto o diretor das aulas quanto o tesoureiro tinham a permissão para ingressarem no Conselho para expor em voz ou escrito a respeito do que seria bom para o exercício de seu cargo. Era permitido que participassem da discussão do Conselho, mas não podiam votar, exceto se algum deles exercesse a função de conselheiro ou consultor.¹¹⁹

Aos sócios, era permitido que propusessem a entrada de qualquer candidato. A proposta era lida no Conselho e ficava sobre a mesa, tendo o dia de sua decisão designado pelo presidente; no entanto, esta não poderia ser inferior a oito dias.

O presidente estabelecia o dia da decisão e ocorria o voto secreto. O resultado se dava pela maioria absoluta dos votos dos membros presentes. Caso fosse permitida a admissão do candidato, o Conselho, através de um ofício assinado pelo presidente, convidava o membro em nome da Sociedade. Ao entrar na Sociedade, o membro deveria doar uma joia, cujo valor não poderia ser inferior a quatro mil reis e contribuir com quinhentos reis mensalmente.

Aos sócios efetivos era estabelecida a norma de não negar-se aos empregos e comissões aos quais fosse nomeado, sem que comunicasse ao Conselho ou a quem fosse responsável as causas que o fizeram recusar tais cargos.

Os sócios tinham direito ao voto nas eleições gerais da Sociedade; caso não fosse possível o seu comparecimento, era permitido que o sócio enviasse a sua cédula assinada e fechada ao Presidente do Colégio Eleitoral. Os sócios tinham responsabilidade sobre as suas obrigações. Era garantido aos sócios e àqueles que prestassem serviços a Sociedade a possibilidade de reclamarem seus direitos perante o Conselho. Os sócios podiam demitir-se da Sociedade, cabendo-lhe comunicar ao Conselho e este tornava pública tal demissão. Se o sócio que quis demitir-se da Sociedade estivesse com pertences da mesma, era sua obrigação restituir tudo a ela.

¹¹⁸Estatuto da Sociedade *Amante da Instrução*. Ano da publicação: 1840 pela Typografia do Diário, de N.I. Viana. O Estatuto foi estabelecido na sala de sessões em 30 de julho de 1840, Título. III. Art. 27

¹¹⁹*Ibidem*. Título III. Art. 28.

Nos Estatutos de 1836, ficou estabelecido que os sócios poderiam propor ao Conselho medidas que pudessem ser benéficas para a Sociedade; no entanto, para estes, o direito era restrito a objetivos científicos e de instrução. Se o sócio não exercesse a função de Conselheiro, seu assento se dava em um lugar separado no momento da discussão de sua proposta. Nessa situação, o seu direito a voto é privado e o mesmo deveria retirar-se do círculo do Conselho ao findar a discussão.

Nos Estatutos de 1840, ficou determinado que qualquer indivíduo que fosse nomeado membro da Sociedade tinha a necessidade apresentar ao Conselho uma proposta assinada pelo proponente. No caso de proposta para sócio efetivo ou correspondente, após sua leitura, era decidida em pelo menos oito dias depois de sua apresentação. A decisão era estabelecida através de voto secreto e sem discussão. No caso de sócio para as outras classes, a proposta era enviada a uma comissão e o parecer dado por ela entrava em discussão. Se fosse admitida também por voto secreto, convertia-se em resolução.¹²⁰

Ficou estabelecido que todos os sócios em geral e cada um em particular, exceto os sócios honorários, tinham o direito de discutir e votar em assembleias ordinárias e extraordinárias da Sociedade. Nas eleições gerais tinham o direito de propor naquelas reuniões ou no Conselho qualquer medida referente ao bem geral do Instituto.

Os sócios podiam matricular seus filhos, sem necessariamente ter que comprovar pobreza, no entanto, respeitando os regulamentos de vagas destinadas aos indigentes.¹²¹

Os sócios que tivessem taxas a pagar mensalmente e não fizessem o pagamento por mais de três anos, era considerado como tendo renunciado ao direito a associação. Sendo assim, não poderia fazer parte da assembleia geral, nem votar ou ser votado para nenhum cargo da Sociedade. No entanto, se o sócio saldasse o que estivesse devendo, os seus direitos seriam restituídos.¹²²

A isenção do pagamento da mensalidade era possível em dois casos, através do reconhecimento dos serviços prestados ou a impossibilidade honesta e justificável. Para que a isenção pudesse ter efeito, tinha que ocorrer uma resolução do Grande Conselho que assim declarasse.¹²³

O Conselho deveria apresentar à assembleia geral da Sociedade um relatório anual dos seus trabalhos, com o quadro demonstrativo da situação da Sociedade.

¹²⁰ *Ibidem.* Título V. Art. 29.

¹²¹ *Ibidem.* Título V Art. 32.

¹²² *Ibidem.* Título V Art.35.

¹²³ *Ibidem.* Título V Art. 36

No Estatuto de 1840, ficou estabelecido que o Conselho deveria tomar as contas do tesoureiro de três em três meses, diferentemente do de 1836, que era mensalmente.

Segundo os Estatutos de 1836, as disposições gerais estabelecidas pelo Conselho referentes aos negócios regulamentar, administrativo e científico da Sociedade eram convertidos em Resoluções e eram executados conforme fosse determinado pelo Regimento interno da Sociedade. As resoluções que fossem aprovadas passavam a ter vigor após o dia em que fossem publicadas.

O processo eleitoral da Sociedade acontecia da seguinte forma: os Conselheiros e o tesoureiro eram nomeados em eleições gerais de acordo com a maioria relativa das respectivas células que fossem aparecendo, no entanto, não deveria ser em número inferior a quarenta e três.

Nos Estatutos de 1836 era estabelecido que, após a conclusão dos trabalhos da Assembleia Geral dos Sócios, a mesma passava a receber o nome de Colégio Eleitoral para que houvesse a apuração das cédulas dos novos conselheiros e tesoureiro. A apuração acontecia diante da mesma mesa eleitoral, no entanto, os demais sócios que não estivessem na composição da mesa deveriam retirar-se após a instalação do Colégio. As normas da apuração eram definidas em uma resolução do Conselho.

Já nos Estatutos de 1840, ficou documentado como seria o funcionamento dessa eleição. Após presidido o colégio pela mesa do Conselho que findava, eram declaradas abertas as eleições e a votação era feita por listas ou cédulas assinadas pelos eleitores e entregues por eles ou remetidas em carta fechada à mesa, que as recebia até o dia 14 de setembro. No dia 15 começava a apuração, podendo a mesa eleitoral dividir-se em duas ou três. A primeira mesa tinha o presidente do conselho presidindo; a segunda, o vice presidente, e a terceira, pelo 1º secretário, sendo cada uma assistida pelos secretários ou seus suplentes. O resultado de cada apuração era verificado por todas as mesas reunidas.¹²⁴

Depois de um ano da aprovação dos Estatutos, se houvesse a necessidade de reforma ou modificação em algum deles, fazia-se a proposta por escrito ao Conselho e, se fosse aprovada pela terça parte dos conselheiros presentes, a mesma era remetida a uma comissão especial para dar o parecer. Após o parecer da Comissão, havia uma discussão e, depois, se fosse aprovada por dois terços dos conselheiros presentes, a proposta era redigida e assinada pela mesa; depois era apresentada à assembleia geral dos sócios. Caso a reforma ou modificação dos artigos fosse aprovada pela assembleia, havia a discussão ordinária pelo

¹²⁴ *Ibidem.* (Título VI, Art 19-40)

Conselho seguinte. Se fosse aprovada, era convertida em resolução e novamente apresentada à assembleia geral para ser sancionada.

Nos Estatutos de 1836, ficou estabelecido que, depois da primeira vez que os Estatutos passavam por reformas ou modificações, novas propostas só poderiam ser recebidas de quatro em quatro anos, sem desrespeitar o principal objetivo da Sociedade. Nos Estatutos de 1840, o prazo para a alteração foi mantido.

A Sociedade fez alterações em seus artigos e Estatutos, com o intuito de melhorar o seu funcionamento; no entanto, respeitando o seu objetivo principal, que era o de promover e proteger a instrução.

Nomes importantes fizeram parte da Sociedade. Alguns entraram no mesmo dia da festa de suabinstitação, dia 15 de agosto de 1831, em homenagem a Nossa Senhora da Glória. Entre os membros renomados estavam: Pedro Araújo Lima, que seria o futuro marquês de Olinda, Luiz Vicenti Simoni, cônego Narciso Nepomuceno da Silva, o vigário Bernardo José da Silva Veiga, Carlos José de Almeida, João Rebello de Vasconcellos e Souza, Antonio Joaquim de Souza, frei Francisco de Monte Alverne, Evaristo Ferreira da Veiga, redator do *Aurora Fluminense* e que seria presidente da Sociedade, José Clemente Pereira, que seria presidente da Sociedade e já havia exercido a função de gabinete em 1829, período em que apresentou à Assembleia Geral um projeto que visava ter objetivos de curto prazo sobre o ensino elementar; José Clemente Pereira e Bernardo Pereira de Vasconcellos, que em 1829 apresentaram à Câmara os projetos do Código Criminal, tendo o projeto de Vasconcellos se transformado na lei em 16 de dezembro de 1830.¹²⁵

Os Estatutos das Sociedades estabeleciam regras para o funcionamento das mesmas, determinando quais seriam as funções de cada membro. As sociedades possuíam regras de funcionamento e seus objetivos eram estabelecidos através dos Estatutos.

Os Estatutos davam às sociedades um caráter de instituição que possuía normas e regras para que o seu funcionamento fosse possível. Os membros, ao se associarem, sabiam que existiam normas que deveriam ser respeitadas se quisessem fazer parte dela.

¹²⁵RANGEL, Genaro. *Semeadura e Colheita: memória histórica da imperial sociedade amante da instrução*. Belo Horizonte, Lutador, 1979.

| Estatuto de 1836 | Estatuto de 1840 |
|--|---|
| <p>A administração da Sociedade era responsabilidade de um Conselho que deliberava e administrava em nome da mesma.</p> <p>Conselho composto por 21 membros, eleitos pelos sócios de seis em seis meses.</p> <p>Formalização do orçamento referente a seis meses.</p> <p>Conselho tomava as contas do tesoureiro mesalmente.</p> <p>Reunião dos sócios em assembleia geral ocorria nos dias primeiro de fevereiro e primeiro de agosto anualmente e também sempre que fossem convocadas pelo Conselho.</p> | <p>Ficou estabelecido que a Sociedade seria administrada por dois conselhos: um conselho com vinte e um sócios, que recebiam o título de conselheiros, e o outro era denominado de Grande Conselho, composto por estes vinte um sócios, com mais outros vinte e um, que eram denominados consultores.</p> <p>Era função do Grande Conselho: decidir e conhecer apenas alguns negócios que deveriam ser tratados por ele.</p> <p>Era função do Conselho: propor ao Grande Conselho a reforma de algum ou alguns artigos dos Estatutos que parecesse necessitar de alteração ou adicionamento.</p> <p>O presidente e os secretários do Conselho também eram do Grande Conselho.</p> |

A Sociedade Amante da Instrução no jornal Aurora Fluminense: Jornal Político e Litterario

O Diretor da Sociedade Amante da Instrução comunica aos sócios, o resultado da eleição para Conselheiros e Tesoureiro.

- O Director da Sociedade Amante da Instrução faz saber a todos os sócios, que havendo-se no dia 10 do corrente procedido, a eleição para Conselheiros, e Thezoureiro, que hão-de servir até 2 de Agosto do presente anno, sahirão eleitos por maioria de votos os Srs.

votos

| | |
|---|----|
| Francisco Dionisio da Silva | 34 |
| Dr. Luiz Vicente De-Simoni | 33 |
| Maximiano de Souza Valente Junior | 32 |
| Ignacio José Malta | 32 |
| Antonio Angelo Pedroso | 32 |
| Solidonio José Antonio Pereira do Lago..... | 31 |
| Luiz Antonio Goulart | 31 |
| Jannuario dos Santos Sabino | 31 |
| Joaquim Bernardo Leal | 30 |
| Manoel Ignacio de Figueirido Jaime | 29 |
| Manoel Gaspar de Siqueira Rego | 28 |
| Luiz Pedro de Queiroz | 28 |
| Joaquim Francisco das Chagas Catete..... | 27 |
| Antonio Americo de Urzedo | 23 |
| Manoel Joaquim Xavier de Barros | 23 |
| João Marcello Brasil..... | 19 |
| João Carneiro dos Santos | 19 |
| SahioThesoureiro | |
| O Sr. Joaquim Francisco das Chagas Catete | 23 |
| Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1832. | |

D.A.C Duque Estrada, Director.¹²⁶

¹²⁶Aurora Fluminense. Sexta feira, 17 de fevereiro de 1832. Num. 594. p. 2524.

Nessa lista de sócios, encontramos médicos, professores, militares, escrivão, tipógrafo como Januario dos Santos Sabino que foi professor, autor de “Pantheon Escolar Brasileiro”; João Marcello, cirurgião vacinador; João Carneiro dos Santos, Professor primário; Manoel Joaquim Xavier de Barros, escrivão; Manoel Ignacio de Figueiredo Jaime, médico; Joaquim Francisco das Chagas Catete, militar; Manoel Gaspar de Siqueira Rego, dono de tipografia e subscritor de *A Trajédia da Inquisição*; Solidonio José Antonio Pereira do Lago, militar; Joaquim Bernardo Leal, professor; Luiz Vicente de Simoni, médico; Maximiano de Souza Valente Junior, professor; Antonio Americo de Urzedo, médico; Antonio Angelo Pedroso, médico; Ignácio José Malta, integrante da Sociedade Farmacêutica Brasileira; Luiz Antonio Goulart, que trabalhou na Diretoria Geral de Rendas Públicas como escrivão; Luiz Pedro de Queiroz, médico.¹²⁷

A sociedade tinha a presença de homens que desempenhavam importantes funções e alguns tinham algum prestígio na sociedade.

A Sociedade também comunicava, através do jornal, quem iria assumir determinados cargos na ausência de outros. Foi o que aconteceu quando o próprio sócio, Luiz Antonio Goulart anunciou que exerceria a função de diretor da Sociedade, já que o atual encontrava-se impossibilitado.

Annuncio. – Achando-se impossibilitado o Diretor da Sociedade Amante da Instrucção, fui chamado em conformidade do artigo 18 dos Estatutos, a exercer este Emprego: o que faço publico a todos os Socios; advertindo-lhes, que a minha residenciahe no largo d’Ajuda Casa nº 257.

Luiz Antonio Goulart¹²⁸

Os comunicados da Sociedade eram em sua maioria feitos através da imprensa. Os jornais foram veículos de informação fundamentais para a organização e o funcionamento das sociedades.

O jornal publica uma mensagem destinada ao *Sette d’Abril*. Questiona a escolha do Conselheiro da *Sociedade Amante da Instrucção* e enfatiza a existência de publicações anônimas com injúrias e mexericos.

Ao Sette d’Abril – Apontado

- O Sette d’Abril quer sinceramente os progressos e a illustração: elle não póde levar o bem que espiritos acanhados, como nós tenhamos na *Sociedade Amante da Instrucção* o lugar de Conselheiros. Estes cargos forão feitos para os grandes genios, e nós esperamos vêr publicados os nomes do circulo anônimo, redactor da *Folha das Injurias*, para que todas as Sociedades promotoras da instrucção elementar se apressem a dar-lhes grau elevado em seu seio. De

¹²⁷ *Archivos Brasileiros de Medicina*. Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Medicina., 1912

¹²⁸ *Aurora Fluminense*. Segunda feira, 21 de maio de 1832. Num.631. p. 2664.

alguns suspeitamos nós, a respeito de quem fôra injustiça grave não assignar-lhes lugar, quando se trata de escolas de charidade. Para que foi também a *Sociedade Amante da Instrucção* eleger-nos seu Conselheiro? Não sabia que era isto menos agradável ao Sette d´Abril? Não temeo as suas *seringadas, palmatoadas e lembretes*? Rara vocação tem para intriga o Sette! Não estão vendo a *sagacidade* com que elle procura meter a zizania entre pessoas que se achão relacionadas e que não merecem a sua *honroza* simphathia? (...) ¹²⁹

O jornal servia também como meio de questionamentos e denúncias. Através dele, jornais divergiam ou concordavam em opiniões e enfatizam os seus posicionamentos.

Nessa publicação, o Jornal *Aurora Fluminense* denuncia a existência de publicações anônimas que denomina como *Folha das Injurias*. O jornal questiona também, o posicionamento do periódico *O Sete d´Abril*. Entiza ainda, a sua insatisfação acerca da escolha dos Conselheiros da *Sociedade Amante da Instrucção*.

O jornal comunicou também que a *Sociedade Amante da Instrucção* pediu auxílio à administração do Theatro da Praia de D. Manoel com o intuito de obter um benefício para poder arcar com as despesas que estavam excedentes. Na publicação, há o comunicado de que a *Sociedade Amante da Instrucção* possuía por seu Augusto Protetor, S.M.I, o Senhor D. Pedro II. A publicação demonstra que, muitas vezes, as sociedades tinham que buscar auxílio de outros meios, outras sociedades para que pudessem desempenhar suas atividades. No caso da *Sociedade Amante da Instucção*, as funções desempenhadas não eram apenas pedagógicas. Ela fornecia roupas, medicamentos, exercia também um caráter de filantropia.

A Sociedade Amante da Instrucção que há quatro anos no Rio de Janeiro se emprega em promover o ensino dos meninos pobres, obrigada a despesas que excedem o circuito das suas faculdades, dirigio-se a Administração do Theatro da Praia de D. Manoel, rogando-lhe a mercê de hum Beneficio em proveito das suas aulas, naquele Theatro. Com a melhor vontade, e a mais distincta polidez a benemérita Administração se prestou a dar deferimento ao pedido da Sociedade Amante da Instrucção, manifestando assim quanto se interessa pela sorte da nossa juventude indigente, e deseja contribuir para que sua educação melhore. A Sociedade tem a ventura de contar por seu Augusto Protector, S.M.I o Senhor D. Pedro 2º, e tratou logo de enviar ao nosso querido Monarcha huma deputação para pedir-lhe a Graça de Honrar com a sua Prezença àquelle espectaculo: ao que S.M.I benignamente annuo. Hum Menino, objeto de nossas mais caras esperanças, penhor dos futuros destinos da Patria, he o natural amparo, he a confiança mais segura dos pequenos desvalidos cujo ensino a Sociedade Amante da Instrucção auxilia e promove. O dia 16 do corrente esta designado para ter lugar o Beneficio que indicamos, e de hum Publico ilustrado e philanthropico cumpre esperar todo o favor, para objeto que reclama o interesse e simphathia dos corações bem formados. Trata-se de facilitar a aquisição dos primeiros conhecimentos a meninos cuja triste sorte inhabilitá-los-hia de os ganharem, a não lhes valerem os cuidados de huma Associação benfazeja, trata-se de contribuir para este fim com limitada quantia. Quem se recusará á tão pequeno sacrificio! Ninguem dotado da generosidade que he natural ao character Brasileiro. ¹³⁰

¹²⁹*Aurora Fluminense*, p. 3763. Vol. 8. Número 1017. Rio de Janeiro, quarta feira 18 de Fevereiro de 1835.

¹³⁰*Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, quarta feira, 7 de outubro de 1835. N. 1103, p. 4133.

Aceito o pedido de ajuda da *Sociedade Amante da Instrucção* feito a *Sociedade Directora do Theatro da Praia D. Manoel* é enviado um ofício de agradecimento.

Officio de agradecimentos, dirigido pela Meza da Sociedade Amante da Instrucção á Sociedade Directora do Theatro da Praia D. Manoel

Illustrº Srs.

- A Sociedade Amante da Instrucção, penhorada pelo fator que de vossa extremada filantropia acaba de receber, fôra digna de grace censura, se não patenteasse devidamente os sentimentos da sua gratidão. A Meza que dirige os trabalhos Conselho da mesma Sociedade, acha-se incumbida de hum dever muito agradável aos corações daqueles que a compõe, quando tem de apresentar-vos, Srs., os testemunhos de reconhecimento pelo beneficio com que vos apressastes generosos a concorrer em auxilio da Sociedade Amante da Instrucção, para os fins que ella se propõe. Aos leitores das belas Artes, a cujas fadigas deve tanto o espirito de sociabilidade, não podem deixar de mostrar-se interessados nos progressos da illustração: e as Aulas do primeiro ensino que esta Sociedade sustenta, devião encontrar alento e proteção natural nos que por sua profissão forão ecarregados de ter sempre aberta huma Escola de civilização e de costumes. Os tenros meninos, malquistos de fortuna, e que recebem nessas Aulas o pão da instrucção primaria, serão em todo o tempo pregoeiros da vossa generosidade; nem a Sociedade Amante da Instrucção esquecerá a nobre franqueza, o movimento espontaneo de filantropia com que anuístes aos rogos desta Associação, patenteando vossa caza, dedicando vossos disvelos e trabalho, em vantagem de huma instituição que só animos ferrenhos não aprecião. A intelligencia já formada deve dar a mão aos timidos ensaios da intelligencia que começa a desenvolver-se; nem as Artes liberaes merecerião esse nome honroso, se aquelles que a cultivão, ellas não inspirassem taes disposições e sentimentos.

As benções do Céu desção sobre os homens que não forão surdos aos gemidos da infancia, e á reclamação de seus patronos! Prospere a Sociedade Directora do Theatro da Praia de D. Manoel, a medida dos votos da Sociedade Amante da Instrucção, tanto como o pedem o bem da civilização e o bem da humanidade. Sala das sessões da Sociedade Amante da Instrucção, 24 de Outubro de 1833.

Illust. Srs. Directores e Socios do Theatro da Praia de D. Manoel¹³¹

Nessas publicações de pedido e agradecimento, fica evidente que as sociedades solicitavam ajuda uma das outras para continuarem desempenhando as suas funções. O jornal era muitas vezes meio utilizado para que o pedido fosse feito.

Ao analisar o agradecimento, podemos concluir que muitas vezes, a sociedade que recebia o pedido de outra, se via provavelmente na obrigação de ajudar, já que a solicitação era feita de maneira pública. Caso recusasse o pedido e a associação solicitante publicasse algum comunicado referente a tal recusa, isso se tornaria público. Logo, as associações que atendiam aos pedidos de ajuda tinham o seu nome publicado de maneira positiva. Eram vistas como uma sociedade generosa e dependendo da função desempenhada pela sociedade que pediu a ajuda, neste caso, uma sociedade pedadógica que também tinha características

¹³¹*Aurora Fluminense*. Vol. 8 - Rio de Janeiro, segunda feira, 2 de novembro de 1835. N. 1114. p. 4180.

filantrópicas, como preocupada com a educação e sobrevivência de órfãos, indigentes e dos mais necessitados.

Publicação da Sociedade *Amante da Instrução* em seu jornal homônimo

O jornal apresentava-se sob o mesmo nome da Sociedade. Teve uma única publicação do dia 28 agosto de 1839. O Jornal apresentava a epígrafe:

“A Boa educação da mocidade he a melhor garantia de felicidade de hum estado”.¹³²

A publicação do Jornal foi em função da morte do presidente da Sociedade, tenente General Manoel Joaquim Pereira da Silva.

A Sociedade Amante da Instrução, honrando como costuma, até alem do tumulo, os Socios que nella se distinguem por seos relevante serviços, e tributando a virtude o mesmo culto que professa ao saber, consagrou a sua reunião extraordinaria no dia 10 de Junho a honrar a memoria do seo finado Presidente o Tenente General Manoel Joaquim Pereira da Silva, homem geralmente estimado por suas optimas qualidades; e insigne por seos serviços.¹³³

A sessão foi iniciada ás seis e meia da tarde com o discurso do Sr. Vigario Bernardo José da Silva e Veiga, que exercia no momento a função de presidente.

Antonio Candido de Lima¹³⁴, que era então membro do Conselho, foi quem fez o elogio histórico e leitura do mesmo em homenagem ao Tenente General Manoel Joaquim Pereira da Silva.

ELOGIO

Do falecido Presidente da Sociedade Amante da Instrução, o Exm.º Tenente General Manoel Joaquim Pereira da Silva, composto e recitado por Antonio Candido de Lima.

A morte, cujo braço remata o ultimo elo da cadêa da existência humana; a morte, que feixa o espaço que decorre do berço do tumulo, acaba de arrancar d'entre nós hum dos mais firmes sustentaculos desta filantrópica instituição! O Exmº Manoel Joaquim Pereira da Silva já não vive!....A louza que lhe cobre a camoa em vão pretende separal-o de nossas vistas: nosso coração pulsando de saudades nos aviva sua lembrança, e nos convida a humedecer com nossas lagrimas suas respeitáveis cinzas. Entre os gemidos de huma filha que elle idolatrava sobresahe os ais da juventude indigente que elle protegia; e ao pranto saudozo de seus amigos acompanhão os saudozos suspiros dos Membros da Sociedade Amante da Instrução de que elle tão dignamente fez parte como tributo de amizade, de apatidão, e de respeito.(...)

As homenagens ao finado continuaram, um epicêndio foi recitado pelo Dr. L. V. De Simoni.

¹³²*Jornal da Sociedade Amante da Instrução*. Quarta feira, 28 de agosto de 1839. N. 2.

¹³³ *Ibidem*. Pp.1-2

¹³⁴ Empregado público. *Ramalhete Poético do Parnaso Italiano* oferecido a SS. MM. II. o Senhor D. Pedro Segundo, imperador do Brazil, e á Senhora D. Thereza Christina Maria, imperatriz sua agusta esposa na occasião do seu faustissimo consorcio; pelo Dr. Luiz Vicente D-Simoni. 1843.

Qual a dôr não será, qual a saudade
 Por hum chefe tão caro, e respeitado!
 Por tão digno varão, que, da virtude
 Os dictames seguindo, em toda parte
 Todos os corações, a si chamava,
 E, de estima geral sempre cercado,
 Sustento era da pátria, e pae dos povos, (...)
 Justo tributo, esta funerça pompa
 Esta dôr, este pranto a nossa perda
 Só lastimem; somente ao mundo mostrem
 Que somos gratos; que a virtude prezão
 Da instrucção os amantes; que nos peitos,
 Onde se ao saber tribuna culto,
 Tem também Aretêa altar e templo.¹³⁵

Houve a leitura de uma nênia em homenagem ao finado com os oradores das duas classes, alternando em estrofes as leituras e, ao final, lançaram flores sobre o túmulo a coroa de cipreste. Tal ato foi repetido pelos outros membros das duas classes.

Meninos.

De cypreste coroados,
 Pungidos de acerba dôr,
 Eis, Pereira, os desgraçados
 De quem era bemfeitor.
 (...)

Meninos.

A tua mão generosa
 Já pr'a nós de não estende;
 Teus labios já não nos louvão;
 O gelo da morte os prende
 (...)

Meninos

Mas gratidão e amizade,
 Capindo tua memoria,
 De tuas nobres virtdes,
 Exaltão a justa gloria.
 (...)

Meninos.

Lembrado será teu nome
 No seio da instituição,
 Que caridosa nos abre
 O caminho da instrucção.
 (...)

A publicação do jornal que teve apenas um número foi feita especialmente para divulgar a homenagem feita ao então presidente da Sociedade, tenente General Manoel Joaquim Pereira da Silva, nascido em Portugal em 6 de agosto de 1772. Foi comerciante ainda jovem e depois se alistou no 3º Regimento de Infataria de Linha. Exerceu a função de soldado em 1786 e em 1818 era coronel. E, 1821 foi governador de Angra dos Reis e Paraty.¹³⁶

A homenagem feita ao presidente teve a participação de membros da sociedade e também da leitura de uma nênia por meninos e meninas assistidos na associação. Através da publicação dessa homenagem, a sociedade mostrava a população que os jovens assistidos foram beneficiados e eram gratos ao presidente e de maneira geral, a associação; já que estes agora, podiam fazer até uma leitura em homenagem àquele que muito os ajudou.

A publicação apresentou também o que foi discutido em assembleia geral no dia

¹³⁵*Ibidem.* p. 7-9

¹³⁶*Ibidem.* p.3.

primeiro de agosto de 1839, o que foi apresentado e decidido através dela. Esclarecem através da publicação que a Sociedade não reunia um ato tão pomposo havia muitos anos. Enfatizou que o ato contou com um grande número de sócios, entre eles, grandes notabilidades do país, que puderam honrar com a sua presença.

No dia da realização da assembleia geral houve a inauguração do retrato de S.M.I Augusto Protetor da Sociedade, na sala de sessões, conforme deliberado pelo Conselho passado. A assembleia foi presidida pelo presidente do Conselho, reverendo Sr. Bernardo José da Silva Veiga.

No mesmo dia, ocorreu o exame de alunos e alunas que estavam presentes para tal procedimento. Os meninos receberam do presidente da Sociedade, livros de leitura e as meninas, lenços e vestidos. Presentes estes oferecidos por dois Conselheiros.

Destacaram seis meninos que, por quatro anos, comparecem para dar provas de seu adiantamento, tendo destaque no exame. O Lente responsável recebia o nome de Sr. Montaury.

Esclarecem no documento sobre a assembleia, que os pareceres das comissões encarregadas de rever o relatório e projeto de reforma foram debatidos e tiveram algumas partes rejeitadas. As rejeições foram: a parte que se opunha à continuação do jornal. O documento consta que tal parte foi rejeitada, pois não podem concordar com a comissão do relatório ao que se refere a desaprovação da continuação do jornal, já que o mesmo mostrou-se útil. Afirmam que, através dele, a Sociedade poderia se tornar conhecida por muitos que a ignoravam. Esclarecem, ainda, que, através do jornal, era possível noticiar o estado da Sociedade para aqueles que contribuía para a conservação da mesma. Defendem que o jornal possibilitaria também o aumento de sócios e o pagamento de mensalidades atrasadas de alguns sócios, que podiam não contribuir mais, devido ao fato de não saberem como a contribuição era aplicada. Sendo assim, a Sociedade poderia aumentar sua receita.

Na publicação sobre a assembleia, a Comissão defensora do projeto de reformas afirma que a comissão responsável em dar o parecer sobre o projeto de reformas apresentou ideias que eram opostas ao espírito do século, que tendia ao aperfeiçoamento das coisas humanas. Destacam a frase que constava no parecer da comissão responsável:

Todo edificio se resente dos choques e alterações que sofre o alicerce em que se
basêa, e facil se torna a ruina total d'elle quando abalado em seus fundamentos.¹³⁷

¹³⁷ *Ibidem.* p. 11

No documento esclarecem que não negam tal fato, no entanto defendem a necessidade de mudanças.

Não negamos: mas quantas vezes se toca no edificio para lhe dar mais solida existencia?¹³⁸

A Comissão que defendia a modificações nos Estatutos apresenta mais uma vez o posicionamento da Comissão encarregada pelo parecer, que era contrária a modificações de Leis:

As Leis, diz a nobre comissão, na apparencia as mais bem dictadas muitas vezes tornão-se na pratica inexequiveis.¹³⁹

A partir de tal afirmação, o Conselho que defendia a reforma dos Estatutos apresentou a seguinte afirmação:

He por esta mesma razão que os Estatutos actuais devem ser reformados, a experiencia mostrou a necessidade da reforma: o artigo 6 do Tit. 1º, por ex., tem dado lugar a muitas duvidas: elle exige para ser socio bemfeitor a mesma circumstancia que dispõem o artigo 33 do Tit. 5º para ser socioeffectivo: a isto não impece a marcha da administração? A commissão estabellecendo este principio quando tomava conhecimento do Projecto de reformas não sabemos qual a consequencia que tinha em vida: quereria ella conhecer da inexequibilidade das reformas ainda não postas em pratica? Seria necessario que ella demonstrasse que huma idea qualquer apresentava no Projeto he impraticável: o mais he antepor juízos, he mostrar espirito de antecipação.¹⁴⁰

A Comissão defensora das modificações enfatizou que a comissão (responsável pelo parecer) estava firme no princípio de que “ a Lei fundamental de huma associação deve ser tratada sempre com o mais religioso respeito.”¹⁴¹. A Comissão favorável às modificações defende:

nós professamos o mesmo principio, e cremos que o conselho que insentou e discutio as reformas jamais deixou de respeitar o Codigo da Sociedade, e que se tratou de reformal-o foi aconselhado pela experiencia, e convencido da necessidade de aperfeiçoal-o. Não prevalecem as ideas da commissão a vista de tantos Estados Políticos, de tantas Associações que, consagrando religioso respeito as suas Leis fundamentaes, com tudo as tem reformado sempre que urge a necessidade de melhoramento.¹⁴²

O relator do projeto de reformas era o Sr. Dr. Simmoni. O redator do jornal finaliza a parte destinada à Assembleia, afirmando que Simmoni não deixou nada a desejar acerca da defesa do projeto de reformas e que o mesmo recebeu expressa aprovação da assembleia geral da assembleia geral. As reformas foram aprovadas e resultaram nos Estatutos de 1840.

¹³⁸ *Idem.*

¹³⁹ *Idem.*

¹⁴⁰ *Idem.*

¹⁴¹ *Idem.*

¹⁴² *Idem.*

O jornal publicou ainda o balanço da *Sociedade Amante da Instrução*, com a receita e a despesa da Sociedade em que constava o valor das joias da Sociedade, as mensalidades atrasadas, correntes e adiantadas, juros de apólices, pagamentos, entre outras despesas em réis.¹⁴³

O quadro apresentado foi o seguinte:

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| Receita | |
| Saldo existente em 31 de maio; | |
| A saber: | |
| Em 5 Ap. val. Nom., (sic)..... | 4:800 000 |
| Na Caixa Economica | 246500 |
| Em dinheiro | 91810 |
| | _____ |
| | 5:138 310 |

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Joias | 76. 000 |
| Mensalidades atrasadas | 94 000 |
| _____ correntes | 121 000 |
| _____ adiantadas | 14 000 |
| Dom gratuito | 60 000 |
| Juros das Apolices | 144 000 |
| | _____ |
| | 5:647 310 |

| | |
|-----------------------------------|---------|
| Despeza | |
| Ord. e grat. ao Lente | |
| 3 mezes | 132 000 |
| <<<< á professora, id..... | 150 000 |
| << Ao Porteiro id..... | 36 000 |
| Commissão ao Agente | 46 000 |
| Expediente das Aulas | 20 000 |
| << do Conselho | 19 000 |
| Colocação do Retrato | |
| De S.M.I | 120 000 |
| Pintura da Casa | 80 000 |
| Imp. Do Projecto Ref. | 30 000 |
| Diferença para menos | |
| Na retirada do dinheiro | |
| Da Caixa | 27 600 |
| | _____ |
| | 662 080 |

| | |
|---------------------------------|-----------|
| Saldo Existente | |
| Em 5 apolices | 4:800 000 |
| Na caixa econômica | 128 000 |
| Em dinheiro | 56 330 |
| | _____ |
| | 5:647 340 |

¹⁴³*Ibidem*. p.12.

Através do balanço apresentado pela associação, embora alguns itens que constam na receita não sejam evidentes, nota-se que a mesma não apresentou dívidas, no entanto, o valor restante em caixa foi muito pouco. Sendo assim, a sociedade não dava lucro para os seus membros. Como já fora abordado, muitas vezes, elas precisavam recorrer a ajuda de outras associações, da população e do governo para eliminar dívidas e garantir a continuação de seu funcionamento.

No documento consta também o movimento das aulas de primeiras letras da Sociedade nos meses de junho a julho.

| Aulas | Existiam | Entraram | Total | Saíram | Existem (filhos de sócios) | Existem (Indigentes) | Total Final |
|----------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|---------------|---|---------------------------------|------------------------|
| 1ª | 132 | 6 | 138 | 14 | 25 | 99 | 124 |
| 2ª | 50 | ---- | 50 | ---- | 21 | 29 | 50 |
| Total das Duas turmas | 182 | 6 | 188 | 14 | 46 | 128 | 174 |

A Sociedade possuía em suas classes: alunos, filhos de sócios e alunos considerados indigentes. O número de alunos indigentes era superior nas duas turmas ao número de filhos de sócios. Na 1ª turma, havia 74 alunos indigentes a mais que os filhos de sócios, sendo os indigentes 99 alunos ao total e os filhos de sócios, 25. Na 2ª turma, a diferença eram de 8 alunos. Os indigentes totalizavam 21 alunos e os filhos de sócios 29.¹⁴⁴

Nota-se, através das publicações encontradas nesse trabalho, que as sociedades encontravam “voz” através das publicações que faziam nos periódicos.

Imprensa e sociedades pedagógicas estiveram interligadas. Os assuntos de grande destaque na imprensa foram os educacionais e as associações pedagógicas dependiam dos jornais para garantir o seu funcionamento e organização.

Considerações Finais

¹⁴⁴ *Idem.*

As associações exerceram importantes funções no período regencial. A imprensa foi uma grande aliada para que estas pudessem fazer suas divulgações, comunicar reuniões, a adesão de novos sócios, expor suas propostas e reivindicações. O período regencial presenciou um verdadeiro surto associativo.

Com a análise dos Estatutos e das notícias publicadas na imprensa em importantes jornais do período sobre as associações, neste trabalho, as sociedades: *Amante da Instrução* e *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*, podemos concluir que as sociedades possuíam um sistema de organização, de funcionamento e composição, eleições com duração de mandatos estabelecidos, voto secreto e uma espécie de comissão eleitoral. As sociedades possuíam sua estrutura de organização e administração estabelecida, descritas e validadas pelos Estatutos.

Na *Sociedade Amante da Instrução* era permitido o ingresso de mulheres. Elas eram excluídas do direito de votar, no entanto, estavam articuladas ao grupo e podiam assumir o cargo de inspetora nas aulas das meninas. A presença dessas mulheres já alterava o cenário e a estrutura da Sociedade.

Embora fossem sociedades com caráter pedagógico, desempenhavam a filantropia, já que os jovens, muitas vezes, indigentes e órfãos, recebiam outros serviços prestados pelos membros, como a disponibilização de vestimentas, serviços de farmácia e medicina.

Essas sociedades foram agentes de articulação e reunião de pessoas, que se reuniam por um bem comum ou devido à dependência dos serviços oferecidos por elas. Elas se tornaram importantes meios de mobilização coletiva para reivindicações e demandas sociais.

As associações, embora tivessem o pagamento de taxas mensais e de adesão por parte dos sócios, muitas vezes enfrentavam dificuldades para manterem seus serviços; sendo assim, recorriam a pedidos de ajudas a outras sociedades, a contribuição de não sócios e da ajuda do governo.

A sociedade passava por um processo de intensa transformação, em que, muitas vezes essas associações exerciam funções que eram atribuições do governo e recebiam o auxílio deste. No entanto, não era o suficiente para mantê-las.

As associações possuíam pessoas influentes e atuantes como membros. A *Sociedade Amante da Instrução*, figurou entre uma das três associações que receberam formalmente o Título de Proteção de D. Pedro II.

A presença de novas e variadas sociedades na Corte, a sua influência exercida na imprensa, a articulação com o Estado, outras sociedades e com a população eram características das mudanças que ocorriam no período. As sociedades pedagógicas, em

especial, demonstravam a emergência de uma nova estrutura social, com a necessidade de que as camadas mais baixas pudessem ter acesso ao ensino, aprendessem a leitura, a matemática, os ensinamentos religiosos e de moralidade.

Havia a urgência de novos atores sociais, jovens que soubessem ler, que fossem educados através de métodos estabelecidos pela sociedade, à qual faziam parte. Esses jovens, pertencendo a determinadas associações, eram agregados a um grupo que também possuía conotações políticas, exercia influências na sociedade e eram meios de arregimentação política.

Embora o atendimento a esses jovens pudesse ser uma prática de altruísmo resultante do sentimento de missão pedagógica que os homens de luzes poderiam apresentar, eram principalmente, consequência da transformação política e social que o momento atravessava. Esses homens letrados acreditavam ter a missão de esclarecer e civilizar as classes consideradas perigosas para a sociedade. Segundo eles, essa mudança só era possível com a transformação dessas classes em trabalhadoras, “moralizadas” e “civilizadas” através da educação.

Em termos educacionais, as associações apresentaram limitados avanços efetivos, já que o seu grande propósito era que estes jovens assistidos fossem educados através de ensinamentos religiosos e morais para que deixassem de ser perigosos. No entanto, não podemos deixar de considerar o importante papel desempenhado por essas instituições que evidenciaram a necessidade do surgimento de uma nova estrutura social.

Bibliografia e fontes:

Periódicos:

- *Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario*. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1831 a 21 de dezembro de 1835. Nos 469-1136. Redator: Evaristo Ferreira da Veiga. Linha: *liberalmoderado*. PR-SOR 36 (1-5).
- *O Independente*. Rio de Janeiro: Typographia de Thomas B. Hunt & Ca. / Typographia Nacional, 3 de maio de 1831 a 22 de abril de 1833. 165 nos. Redatores: Joaquim José Rodrigues Torres e Francisco de Sales Torres Homem. Linha: *moderado*. PR-SOR330 (1).
- *Jornal da Sociedade Amante da Instrução*. Órgão da associação homônima. 1 n°. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1839. PR-SOR 712 (1).

Estatutos:

- Artigos Substitutivos e adicionais aos Estatutos da Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro, adotados interinamente para facilitar o andamento da mesma Sociedade. Assinado pelo presidente F. C. Valdetaro.
- Estatutos da *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typographia de Thomaz B. Hunt & C. Maio de 1831.
- Estatutos da *Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro*. Typ. Flum. De Brito & Comp. 1834.
- Estatutos da *Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro*. “Tipografia do Diario, de N.I Viana”. 1836.
- Primeiro Mappa Estatístico da Escola da Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro. Apresentado ao Conselho em sessão de 13 de junho de 1833, pelo sócio efetivo e diretor da Escola, José da Costa Azevedo.
- Resumo Histórico sobre a *Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Typ. Do Diario, de N. I. Vianna. 1840.

Cartilhas e almanaques:

- DE SIMONI, Luiz Vicente *Ramalhete Poético do Parnaso Italiano*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. C. de Villeneuve, 1843.
- *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1859*. Fundado por Eudrado Laemmert. Décimo sexto anno. Rio de Janeiro em Casa dos Editores – proprietários Eduardo e Henrique Laemmert. Rua da Quitanda, n° 77. Ano: 1859.

Bibliografia

- ALAMINO, Márcia de Carvalho Jimenez. *Memórias de alunas do Colégio Sion: do vermelho ao violeta um arco-íris de cores*. In: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves;

Faria, Lia Ciomar Macedo de. (org.) *História de Pesquisa na Educação: Pesquisas na História da Educação* – Rio de Janeiro: Quaret – 2010.

- ALVES, Claudia Maria Costa. *A Visão Militar da Educação no Império* In: GONDRA, José (org.) *Dos Arquivos à Escrita da História: A educação brasileira entre o império e a república* – Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 80.
- BASILE, Marcello. *Movimento associativo e política regencial: A Sociedade Federal Fluminense*. Rev. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas. Seropédica, RJ, EDUR, v. 29, n.1, jan-jun. 2007.
- BASILE, Marcello. *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)*. In: Lúcia Maria Bastos P. das Neves; Marco Morel; e Tânia Maria Bessone da C. Ferreira. (Org.). *História da imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- BASILE, Macello. *O Império em Construção: Projetos de Brasil e Ação Política na Corte Regencial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ. 2004.
- BASILE, Marcelo. *O laboratório da nação. A era regencial (1831-1840)*. In: GRIMBERG, Keila, SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial, v.II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BASILE, Marcello Otávio. *Revoltas regenciais na Corte: o movimento de abril de 1832*. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298, jan./dez. 2004
- BERNSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: Rioux, Jean-Pierre, e SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. 7 vols. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902.
- BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, capítulo 1; e BURKE, Peter, e PORTER, Roy (org.). *História Social da Linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *Instituições Educacionais*. In: CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro (org.) *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro – um século de história (1850 – 1950)* – Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1.

- CARVALHO, Jose Murilo de. Cidadania: Tipos e Percursos. *In: Estudos Históricos*, v. 9 – n° 18 – *Justica e Cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842): matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes/Campinas: UNICAMP, 1979.
- DIAS, Marcia Hilsdorf. *A Escola Normal Paulista na Ótica dos Conservadores: O Jornal Católica A Ordem*. in GONDRA, José (org.) *Dos Arquivos à Escrita da História: A educação brasileira entre o império e a república* – Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica à moda brasileira: transições da cultura oral para a cultura escrita no ensino fluminense de 1746 a 1834*. São Paulo. Editora Unesp, 2013.
- FARIA, Lia Ciomar Macedo de.(orgs.) *Histórias de pesquisa na educação: Pesquisas na história da educação*– Rio de Janeiro: Qaurtet – 2010.
- FERNANDES, Ana Lúcia Cunha Fernandes. *O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação*. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânica Nacif (org). *Impressos e História da Educação: Usos e Destinos* – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No Gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Niterói: Muiraquitã, 2008.
- GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. Programa de pós graduação. São Paulo, 2002.
- GONDRA, José (org.) *Dos Arquivos à Escrita da História: A Educação Brasileira entre o Império e a República* – Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008 – Bibliografia básica da história da educação brasileira.
- GONDRA, José Gonçalves (org). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- JUNIOR, Carlos Fernando da Cunha. *O Imperial Collegio de Pedro II e o Ensino Secundário da Boa Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2008.

- MARTINS, Monica de Souza N. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MOREL, Marco. *As Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- MULLER, Dalila. *Sociedade Harmonia Pelotense: um espaço de sociabilidade e de distinção da elite pelotense (1851-1860)*. São Paulo.
- OLIVEIRA, Almeida de A. *O Ensino Público*. Brasília :Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- PENNA, Fernando de Araujo. *O “Currículo Colegial” do Colégio de Pedro II* In: CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro (org.) *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850 – 1950)*. Rio de Janeiro. Mauad X: Faperj, 2009. p. 41.
- RANGEL, Genaro. *Semeadura e Colheita: memória histórica da imperial sociedade amante da instrução*. Belo Horizonte, Lutador, 1979.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1998.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: RelumeDamará/ FAPERJ, 2002.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Recordação para Professoras: A história da educação brasileira narrada por Afrânio Peixoto* in: GONDRA, José (org.) *Dos Arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o império e a república – Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.*
- RODRIGUES, Maria das Graças Duvanel. *Tradição escolar alemã: os imigrantes e os primórdios do sistema educacional na Petrópolis-colônia(1843-1860)* In: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; Faria, Lia Ciomar Macedo de. (org.) *História de Pesquisa na Educação: Pesquisas na História da Educação – Rio de Janeiro: Quaret – 2010.*
- SCHELBAUER, Analete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza (org.). *História da educação: usos e destinos*.
- VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *Pesquisas na história da educação: sujeitos, fonte e instituições*. In: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; Faria, Lia Ciomar Macedo de. (org.) *História de Pesquisa na Educação: Pesquisas na História da Educação – Rio de Janeiro: Quaret – 2010.*

- VILLELA, Heloísa. A Imprensa Pedagógica e constituição da profissão docente: alguns embates. In: GONDRA, José. (org.) Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República. Bragança Paulista, EDUSF, 2001.

- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). In: *Topoi: revista de História*, v. 9 – nº 16. Rio de Janeiro: 7 Letras, janeiro – junho de 2008.